

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

SISTEMA MOBRAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Emílio Garrastazu Médici

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Jarbas Gonçalves Passarinho

M O B R A L

PRESIDENTE
Mário Henrique Simonsen

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Arlindo Lopes Corrêa

SUMÁRIO

O MOBRAL

HISTÓRICO	7
OBJETIVOS	7
PRIORIDADES	7
CARACTERÍSTICAS	8
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	8
OS NIVEIS ADMINISTRATIVOS DO MOBRAL	9
RECURSOS FINANCEIROS	14

PROGRAMAS DO MOBRAL

1. ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL	16
2. EDUCAÇÃO INTEGRADA	21
3. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	23
4. TREINAMENTO DOS ELEMENTOS DO SISTEMA	24
5. PROJETO DE SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA MOBRAL	26
1. MOBRAL CULTURAL	27
CONVÊNIO COM O INL	27
CONVÊNIO COM O INC	28
CONVÊNIO COM O SNT	28
CONVÊNIO COM O MIS	28
MOBRALTECAS	28
2. EDUCAÇÃO INTEGRADA — VIA RADIOFÔNICA	29
3. TREINAMENTO DE ALFABETIZADORES PELA TV	30
4. TREINAMENTO PROFISSIONAL	31
5. TESTES VOCACIONAIS	31
6. EFEITOS DO RÁDIO EM COMBINAÇÃO COM MONITORIA	32
7. CONVÊNIO MOBRAL/LB	32
8. MOBRAL INFORMA	32
9. IMPLANTAÇÃO DO PROCESSAMENTO DE DADOS	33

O MOBRAL

HISTÓRICO

O MOBRAL foi criado pela Lei 5.379, de 15/12/67. Iniciou suas atividades, regularmente, a 8 de setembro de 1970, DIA INTERNACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO. Sua atuação foi precedida de uma avaliação das prioridades educacionais, sociais e econômicas da sociedade brasileira, que identificou como propício o momento para o lançamento de um vasto programa de Alfabetização, fornecendo ainda subsídios que permitiram estabelecer a estratégia do Movimento, de modo a assegurar-lhe pronta deflagração e viabilidade.

OBJETIVOS

A erradicação do analfabetismo e a educação continuada de adultos são os principais objetivos do MOBRAL. Imperioso se tornava que ainda na década de 70, o analfabetismo fosse eliminado do quadro social brasileiro, já que, nas proporções em que se apresentava, era incompatível com os esforços e anseios da criação de uma sociedade moderna e desenvolvida. Igualmente imperioso era proporcionar, aos alfabetizados, oportunidades de educação a níveis mais elevados, numa perspectiva mais ampla de educação permanente.

PRIORIDADES

Ao iniciar suas atividades, o MOBRAL estabeleceu prioridades nas quais baseou sua ação:

Atendimento imediato à população urbana analfabeta

Esta população podia ser recrutada com maior rapidez, pois as facilidades da vida urbana permitiam a pronta instalação dos postos de alfabetização e a mobilização de professores. Além disso, a população urbana é a que mais se ressentia das carências educacionais, tendo em vista a complexidade da vida moderna e o sentido altamente competitivo da sociedade industrial; e, ainda, porque os adultos alfabetizados são elementos importantes na produtividade do sistema econômico. Embora o atendimento imediato fosse à zona urbana, é expressivo o número de postos que já atendem à população rural.

Atendimento prioritário da faixa etária de 15 a 35 anos

Esta faixa etária apresenta maior probabilidade de devolver, em termos de acréscimo de produtividade, os recursos investidos em sua formação. Além disso, há maior facilidade no ajustamento social desse grupo etário, por oferecer menor resistência às mudanças.

É importante consignar que não foram e não serão excluídos, pelo sistema MOBRAL, os grupos etários abaixo ou acima da faixa considerada prioritária.

Ênfase no Programa de Alfabetização sobre os de Educação Continuada

Esta abordagem justifica-se pelo caráter mais democrático da alfabetização, que satisfaz às necessidades socioeconômico-culturais de maior número de pessoas, além de apresentar maior dimensão em termos de justiça social, uma vez que os analfabetos constituem o contingente populacional de menor renda no quadro da população total.

CARACTERÍSTICAS

Eleitas as prioridades, o Movimento necessitava ter características ajustadas às dimensões do problema e que garantissem não só a viabilidade como o êxito do programa, respeitando as prioridades já estabelecidas. Estas características básicas são:

- a) Fontes de recursos financeiros próprios de natureza orçamentária, garantindo a plena execução do programa. Esses recursos constam de 24% da receita líquida da Loteria Esportiva Federal; deduções voluntárias de 1% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas e receita orçamentária que, somados, totalizaram, em 1972, cerca de 160 milhões de cruzeiros.
- b) Criação das Comissões Municipais como célula básica de atuação do MOBRAL, realizando, em todo o País, inédito movimento comunitário, que viria apresentar elevado dinamismo, refletindo-se no recrutamento dos analfabetos e na mobilização dos recursos da comunidade (físicos, humanos e financeiros).
- c) Apoio da iniciativa privada, que respondeu imediatamente à solicitação de grandes tiragens de material didático, a custos baixos e com colocação assegurada em qualquer ponto do território nacional.

Definidas as prioridades e estabelecidas as características básicas do MOBRAL, bastava acionar os mecanismos que deflagrariam o movimento em âmbito nacional.

Uma vasta campanha publicitária despertou os primeiros movimentos comunitários que se alastraram por todo o País, aproveitando a enorme capacidade ociosa das instalações e o potencial de alfabetizadores recrutáveis e proporcionaram, assim, um sensível impacto político, permitindo a consolidação da "mística da educação", necessária à implementação e à consolidação dos diversos projetos educacionais consubstanciados no Programa do Governo Federal.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Tendo em vista os objetivos e a estratégia propostos, a estrutura e o funcionamento do MOBRAL estão baseados nas linhas de orientação que se seguem:

- descentralização das ações;
- centralização do controle;
- relacionamento entre os diversos setores estabelecidos a partir de necessidades funcionais e não hierárquicas;

- fixação de objetivos como condição essencial para o funcionamento e a coerência entre os relacionamentos.

OS NÍVEIS ADMINISTRATIVOS DO MOBRAL

Para dar condições de operação a esses critérios, existem três níveis administrativos principais:

MOBRAL CENTRAL

COORDENAÇÕES ESTADUAIS

COMISSÕES MUNICIPAIS

Os verdadeiros agentes executivos dos programas do MOBRAL são as Comissões Municipais, espalhadas por todo o País, que se encarregam de mobilizar os analfabetos, os professores e monitores, obter as salas de aula, e de organizar os Cursos de Alfabetização. Essas Comissões reúnem elementos das prefeituras, empresários, membros do clero e das associações voluntárias de serviços, procurando juntar os esforços comunitários em prol da Alfabetização.

O MOBRAL/Central opera com essas Comissões Municipais por meio de convênios, fornecendo material didático, orientação técnica e verba para o pagamento de professores. Os cursos, predominantemente noturnos, aproveitam as horas ociosas em escolas, igrejas, sindicatos etc., de modo que o MOBRAL não precisa arcar com quaisquer despesas administrativas para a alfabetização nos municípios. Esses serviços são, na maior parte, prestados gratuitamente, embora uma parcela residual seja financiada com recursos da comunidade. Também compete ao MOBRAL/Central a fiscalização dos convênios e a avaliação dos resultados obtidos.

As Coordenações Estaduais têm por funções principais o planejamento, a coordenação e o controle das atividades-fim do MOBRAL, a nível de Estado. Procuram ativar as Comissões Municipais e acompanham programas, projetos, atividades e convênios em seus Estados.

Finalmente, cabe ao MOBRAL/Central desencadear o fluxo de decisões dentro de uma perspectiva nacional. Para isso possui uma organização interna que objetiva dar eficiência a esse fluxo, bem como se apóia nas Coordenações Regionais que atuam sem características executivas, apenas compatibilizando e assessorando os programas estaduais em uma mesma região. A figura que se segue apresenta os relacionamentos básicos entre os três níveis principais de decisão e a articulação de assessoramento representada pela Coordenação Regional.



- > FLUXO DE DECISÕES
- - - -> FLUXO DE DECISÕES E SUPERVISÃO
- · · · ·> FLUXO DE INFORMAÇÕES PARA A DECISÃO
- · - · -> FLUXO DE ASSESSORAMENTO E PESQUISA

PRESIDÊNCIA

À Presidência do MOBRAL compete a orientação, coordenação e direção das atividades da Fundação. É quem representa o MOBRAL em juízo e fora dele, recebendo bens, doações e ajudas financeiras a ele destinados. A Presidência pode delegar competência para a execução de determinadas tarefas ao Secretário-Executivo.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Ao Conselho Administrativo cabe, em íntima cooperação com a Presidência e a Secretaria Executiva, participar junto à primeira, da elaboração e melhoria de planejamentos básicos e na organização de estrutura dos órgãos do MOBRAL e, junto à segunda, auxiliá-la no desempenho das funções que lhe forem conferidas ou delegadas. Opina sobre projetos, doações, ajustes, criação de funções, operações relativas a imóveis, cabendo-lhe também a aprovação do regimento interno proposto pela Presidência.

CONSELHO DE CURADORES

É quem aprova orçamentos e a programação financeira da FUNDAÇÃO.

SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva administra o Sistema MOBRAL. Traça diretrizes de ação; aprova estudos das Assessorias e Gerências; mantém contato direto e permanente com as Coordenações Regionais e Estaduais.

GABINETE

O Gabinete, além de constituir-se em unidade de apoio pessoal do Secretário-Executivo, encarregado da triagem e seleção de assuntos de rotina que lhe são encaminhados, é ainda o órgão que o assessoria em assuntos que não sejam da competência específica das Assessorias Técnicas (ASSOM e ASSUP).

Ocupa-se, particularmente, das questões ligadas à Comunicação Aplicada e Relações Públicas, problemas jurídicos e trabalhistas, e contatos na área internacional, através das assessorias de Comunicação Aplicada (ASCAP), Jurídica (ASSUR) e de Relações Internacionais (ARINT).

À ASCAP cabe a tarefa de formação da imagem do MOBRAL e mobilização da opinião pública em torno de suas atividades. Para tanto, encarrega-se da divulgação sistemática dos objetivos e trabalhos do MOBRAL, por todos os meios de comunicação, da realização de campanhas promocionais, e das relações públicas em geral.

A ASSUR é a unidade responsável por todas as questões de ordem jurídica que envolvam os diversos aspectos do trabalho do MOBRAL. Encarrega-se, especialmente, de orientar, sob o aspecto jurídico, a realização de convênios com órgãos públicos e privados, de contratos administrativos para a obtenção de material ou serviço, das questões trabalhistas relacionadas com os servidores da Fundação, além de dar cobertura jurídica geral aos atos administrativos do MOBRAL.

A ARINT é responsável pela sistemática de relacionamento na área internacional, encarregando-se do intercâmbio de informações com os diversos países e órgãos internacionais, da assistência e orientação aos visitantes estrangeiros, da coordenação dos trabalhos ligados a reuniões, seminários e conferências, na área internacional, promovidos pelo MOBRAL, bem como da coordenação da preparação do material do MOBRAL destinado a reuniões no exterior, nas quais o MOBRAL se faça representar.

ASSESSORIAS

A nível de Assessoria os **meios** são garantidos pela **Assessoria de Organização e Métodos** (ASSOM).

Fundamentalmente a ASSOM planeja e programa as ações das atividades-meio do MOBRAL, basicamente os recursos financeiros e os de apoio da ação administrativa, subsidiando a Secretaria Executiva com esquemas táticos e disposições estratégicas para o atingimento dos objetivos do MOBRAL.

Os **fins** são garantidos pela **Assessoria de Supervisão e Planejamento** (ASSUP).

Fundamentalmente a ASSUP planeja e programa as atividades-fim do MOBRAL, estabelecendo metas e objetivos. Estimula o desempenho do Sistema MOBRAL até o limite máximo de sua capacidade operacional, subsidiando a Secretaria Executiva — maior autoridade operacional do MOBRAL — com esquemas básicos e disposições estratégicas capazes de levarem à consecução das metas e objetivos em prazos mais curtos e a custo global mais baixo, assegurando o rendimento máximo do processo ensino-aprendizagem.

GERÊNCIAS

O MOBRAL/Central possui cinco Gerências.

— Duas orientadas para as atividades-fim:

Gerência Pedagógica (GEPED) multidisciplinar, encarregada de organizar, programar, acompanhar e avaliar o processo educativo e de oferecer treinamento.

Gerência de Mobilização (GEMOB), encarregada de mobilizar recursos comunitários — institucionais, materiais e humanos — em todos os níveis e detectar os pontos de estrangulamento, criando bases que permitam a implantação, continuidade e ampliação dos programas do MOBRAL, integrando outras entidades com vistas ao desenvolvimento comunitário.

— Duas orientadas para as atividades-meio:

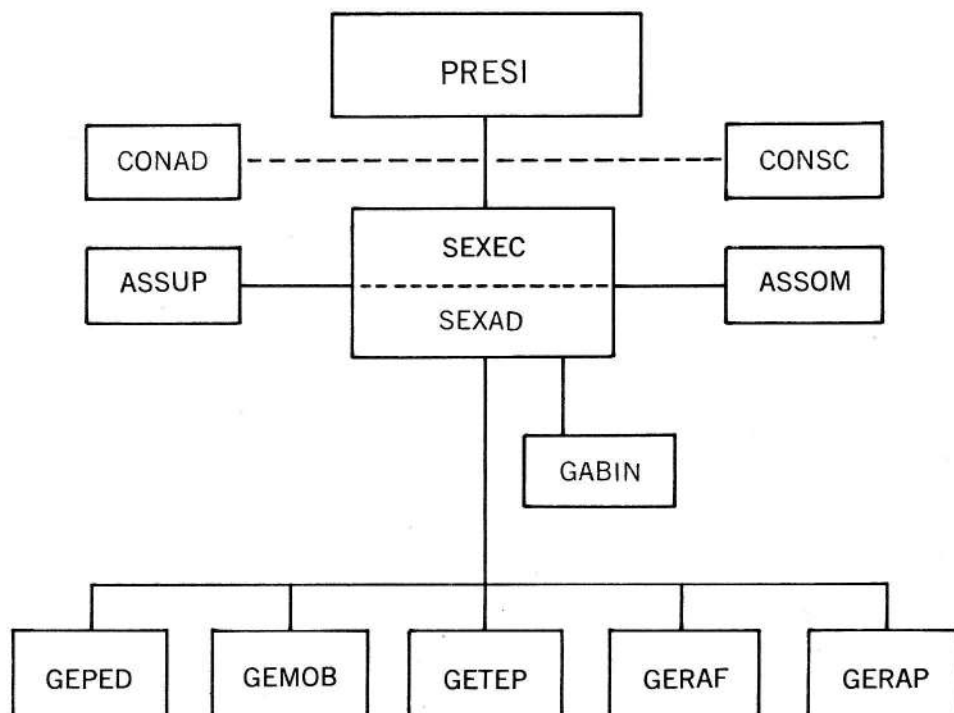
Gerência de Recursos Financeiros (GERAF) administra os sistemas orçamentários, financeiro e patrimonial do MOBRAL.

Gerência de Atividades de Apoio (GERAP) desenvolve ações relativas às atividades-meio, para o atingimento das atividades-fim do MOBRAL.

Uma orientada para atividades-fim e meio:

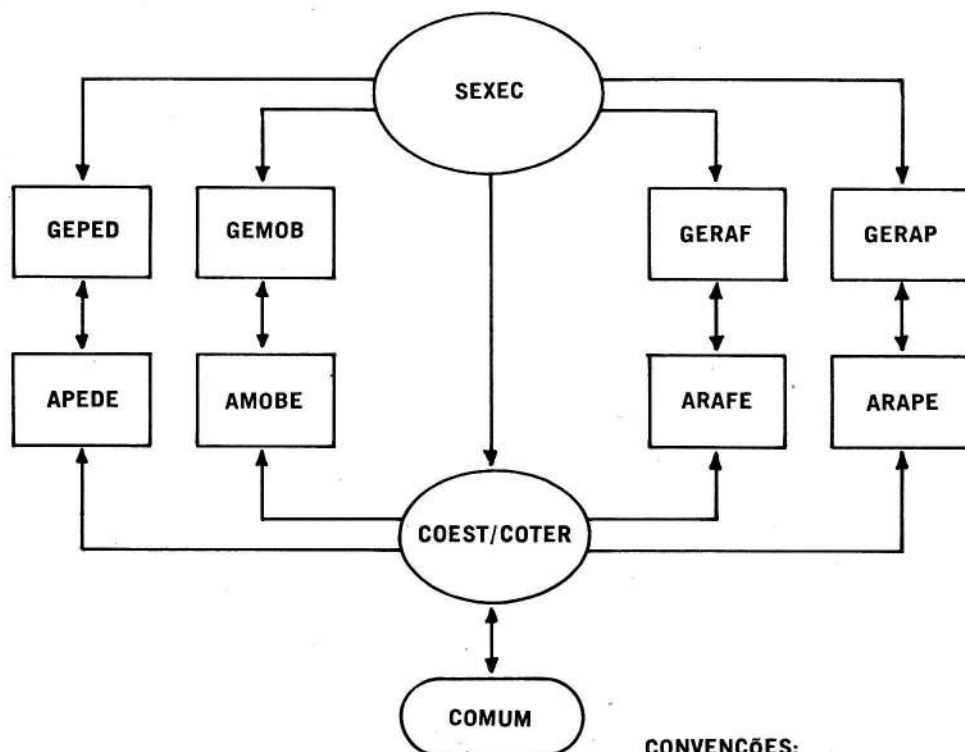
Gerência de Treinamento e Pesquisa (GETEP) que tem por objetivos o treinamento de elementos do MOBRAL em todos os níveis de atuação e também a pesquisa aplicada, visando a eficientizar o sistema MOBRAL e garantir sua realimentação sistemática.

ESTRUTURA DO MOBRAL CENTRAL



DETALHAMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS ADMINISTRATIVOS DO MOBRAL

O relacionamento entre os três níveis administrativos principais, agora dentro de uma perspectiva de participação das Gerências, é apresentado a seguir num esquema que inclui os **agentes**, isto é, os homólogos das Gerências ao nível das Coordenações Estaduais (ou territoriais, também existentes). A GETEP não consta desse esquema por ter ação aleatória sobre qualquer elemento da organização.



CONVENÇÕES:

→ FLUXO DE DECISÕES

↔ FLUXO DE NORMAS,
SUPERVISÃO E CONTROLE,
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

- SEXEC — Secretaria Executiva
- COEST — Coordenação Estadual
- COTER — Coordenação Territorial
- COMUM — Comissão Municipal
- GEPED — Gerência de Assuntos Pedagógicos
- GEMOB — Gerência de Mobilização de Recursos Comunitários
- GERAF — Gerência de Administração Financeira
- GERAP — Gerência de Atividades de Apoio
- APEDE — Agente de Assuntos Pedagógicos
- AMOBE — Agente de Mobilização de Recursos Comunitários
- ARAFE — Agente de Administração Financeira
- ARAPE — Agente de Atividades de Apoio

Por sua vez, o fluxo de decisões possui as seguintes características principais:

- delegar execução de tarefas;
- fazer circular informações de modo a ativar e coordenar ações dos gerentes e agentes;
- supervisionar o cumprimento de objetivos;
- detectar preventivamente os pontos de estrangulamento;
- promover contatos externos;
- compatibilizar os meios com os fins.

As definições abaixo visam melhor explicitar o relacionamento funcional.

Ao MOBRAL/Central cabe a formalização de normas, preservando-se a unidade estrutural e de procedimentos do Movimento, enquanto que cabe à COEST a complementação das normas por meio de objetivos permanentes ou eventuais, em conformidade com as peculiaridades locais.

A autonomia da COEST ou COTER é entendida como a iniciativa de assumir opções quanto ao atingimento dos fins, conforme a peculiaridade das situações locais. Prevê-se, para isso, compatibilidade com os objetivos gerais estipulados pela SEXEC e com os meios a serem mobilizados por intermédio dos demais inter-relacionamentos com as Gerências do MOBRAL/Central, na conformidade do fluxo de normas, supervisão e controle, assistência técnica e orientação estratégica.

A COEST ou COTER, sob a direção do seu Coordenador, funcionará basicamente pelo acionamento dos agentes, que terão em torno de si os demais funcionários, agrupados de acordo com uma disciplina operacional simples, sempre vinculada a objetivos definidos, de ordem permanente ou eventual. Quando houver carência de pessoal, os agentes poderão acumular funções.

A COEST ou COTER possui autonomia quanto à administração do pessoal, equipamentos e instalações, nas situações não regulamentadas por circulares ou normas.

As comunicações e as formalidades burocráticas são orientadas de modo a estreitarem progressivamente os contatos entre as Gerências e os agentes, permitindo consultas de natureza técnica e administrativa.

RECURSOS FINANCEIROS

Em 1972, o MOBRAL contou na sua receita com recursos de aproximadamente 160 milhões de cruzeiros (26 milhões de dólares).

Em 1973, a estimativa é a seguinte:

Decreto-Lei 1.124	Cr\$ 50.000.000,00
(aproximadamente 8 milhões de dólares)	
Loteria Esportiva 1973	Cr\$ 130.000.000,00
(aproximadamente 22 milhões de dólares)	
Saldo — 1972	Cr\$ 22.000.000,00
(aproximadamente 4 milhões de dólares)	
Total:	Cr\$ 202.000.000,00
(aproximadamente 34 milhões de dólares)	

**PROGRAMAS
DO
MOBRAL**

1 — ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

Objetivos Específicos

Procura levar a pessoa humana:

- à aquisição de um vocabulário que permita um aumento de conhecimentos, à compreensão de orientações e ordens transmitidas por escrito e oralmente, à expressão clara de idéias e à comunicação escrita ou oral;
- ao desenvolvimento do raciocínio;
- à criação de hábitos de trabalho;
- ao desenvolvimento da criatividade, visando entre outros, ao aproveitamento de todos os recursos disponíveis a fim de melhorar as condições de vida;
- ao conhecimento de seus direitos e deveres;
- ao empenho na conservação da saúde, na melhoria das condições de higiene pessoal, da família e da comunidade;
- à compreensão da responsabilidade de cada um na manutenção e melhoria das condições de limpeza e dos bens e serviços públicos da comunidade;
- à descoberta das formas de vida e bem-estar social dos grupos que participam do Desenvolvimento, à motivação para ser CONSTRUTOR E BENEFICIÁRIO desse desenvolvimento.

MÉTODO E MATERIAL DIDÁTICO

O MOBRAL não elegeu, por antecipação, nenhum método específico de alfabetização.

Pretendia-se a utilização dos diversos métodos conhecidos para, em função dos resultados iniciais obtidos, selecionar-se os melhores, atendendo às particularidades de cada região e de cada grupo populacional envolvido.

Após esta fase, o MOBRAL elegeu sua própria metodologia que se caracteriza em dar ao adulto consciência de sua condição de Homem e de suas possibilidades para se realizar como Pessoa, orientado, portanto, numa perspectiva existencial.

Do ponto de vista psicológico, se fundamenta nas motivações internas do indivíduo (adulto) e no estudo de interesses, dificuldades e possibilidades do analfabeto.

Sob o enfoque social, a mola mestra é a inserção do indivíduo na comunidade como agente e sujeito da transformação do mundo em que vive.

Do ponto de vista pedagógico, todo o trabalho é orientado sob o enfoque de uma pedagogia existencial, o que significa colocar o homem diante do mundo e lhe propiciar os elementos necessários ao seu desenvolvimento pessoal; mais ainda, promover o desenvolvimento da comunidade a que pertence, construindo seu próprio mundo.

Atendendo a esta metodologia, o material didático utilizado pelo MOBRAL foi elaborado pelos Departamentos de Educação de várias editoras. A idéia básica que orientou sua elaboração foi a escolha de palavras-chave que são usuais em todo território nacional e que aparecem com elevada frequência na linguagem comum. É um método silábico fonético, sendo que as palavras geradoras se fundamentam nas necessidades básicas do Homem.

Tal material é analisado pela equipe técnica do MOBRAL/Central, que se preocupa em selecioná-lo de acordo com sua adequação à realidade do educando, de modo a levá-lo a integrar-se no seu grupo e na sociedade, tornando-se um elemento participante no desenvolvimento do País.

Para o **PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO**, o material didático é assim constituído:

1. **De um conjunto didático**, isto é, o livro-texto e os livros de exercícios de matemática e linguagem para o aluno, o manual do professor e um conjunto de cartazes motivadores que o auxiliam nos cursos.

Todos os livros consideram a maturidade dos alunos a que se destinam. O material do professor contém uma orientação metodológica capaz de levá-lo a compreender o aluno e as características do adulto analfabeto; a ajudar o aluno a integrar-se na sua comunidade, participando do seu desenvolvimento.

2. **De dois livros de leitura continuada** que têm por objetivo desenvolver habilidades de leitura, despertar o gosto do aluno pelo trabalho, desenvolver a criatividade, criar hábitos de higiene e saúde, ensinar a viver em comunidade, dando assim oportunidade ao aluno de transferir a aprendizagem para sua vida diária. Um dos livros é destinado à formação do cidadão, ensinando-lhe seus direitos e deveres. Esses livros são entregues a partir do 3.º mês de alfabetização.

3. **Do Jornal do MOBRAL** que tem por fim incentivar e exercitar a leitura do alfabetizando, mantendo o aluno e a comunidade atualizados com as últimas notícias do País e do mundo. A tiragem deste jornal é de 2.000.000 exemplares quinzenais.

DURAÇÃO

A duração do programa é de **5 meses**, com 2 horas diárias.

Tendo em vista recuperar os alfabetizados que não conseguiram aproveitamento satisfatório no programa de alfabetização de 5 meses, o MOBRAL/Central decidiu acrescentar um 6.º mês melhorando, assim, o rendimento do sistema.

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

O MOBRAL Central recomenda às Comissões Municipais que os postos sejam próximos à casa do aluno ou ao seu trabalho, a fim de facilitar a frequência às aulas. A média de alunos por classe é de 25 a 30.

CONTROLE

É feito através dos Boletins de Frequência que, preenchidos pelos alfabetizadores, são remetidos mensalmente ao MOBRAL/Central.

A vista desses boletins são liberados os recursos para pagamento dos professores (Cr\$ 24,00/preço — aluno em 1973).

AVALIAÇÃO

O MOBRAL parte do princípio que avaliação é um processo global, contínuo e abrangente.

Assim recomenda-se ao alfabetizador o acompanhamento diário do desenvolvimento do aluno.

Como orientação para avaliação da aprendizagem, o MOBRAL estabeleceu 10 itens (Decálogo do MOBRAL), segundo os quais se considera o aluno alfabetizado quando é capaz de, com relativo desembaraço:

- ler e escrever o seu próprio nome, seu endereço e o de toda a sua família;
- escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, bem como redigir requerimentos, se for orientado para isso;
- resolver pequenos problemas simples, sobre os acontecimentos do dia-a-dia;
- somar ou conferir notas de compra;
- calcular os gêneros alimentícios que precisa comprar para a família;
- fazer troco com o dinheiro em circulação (notas e moedas);
- fazer o cálculo de tempo necessário para viagens e deslocamento em condução;
- expressar-se, oralmente e por escrito, de maneira simples mas compreensível, comunicando suas idéias sobre assuntos diversos;
- ler e interpretar pequenos trechos (jornais, revistas, cartas), como também consultar catálogos de telefones ou ruas;
- ler e executar ordens escritas.

O alfabetizador deve se guiar, durante o processo de Alfabetização Funcional, pelos dez itens acima relacionados, para avaliar o progresso dos alunos.

No entanto, o MOBRAL/Central pode interferir no processo, em certos momentos, para obtenção de dados sistematizados.

CUSTOS (*)

Os custos do programa de alfabetização funcional, para 1973, foram estimados considerando-se a mesma produtividade conseguida em 1972 (52%). Esta hipótese é pessimista, pois é válido esperar um acréscimo neste percentual com a implantação do Projeto de Supervisão.

Desta maneira, para um convênio de 100 alunos, foi previsto o seguinte comportamento ao longo dos 6 meses de duração do curso:

Conveniados	100
Frequência 1.º mês	95
" 2.º mês	91
" 3.º mês	88
" 4.º mês	85
" 5.º mês	81
Aprovados	42
Frequência 6.º mês	16
Aprovados	10
Total de aprovados	10 + 42 = 52

Partindo desta hipótese calculou-se inicialmente o custo do material didático, e, a partir do novo custo do aluno-programa Cr\$ 24,00 (aumento de 12% em relação a 1972), determinou-se o custo financeiro do alfabetizado e o custo do aluno conviado.

(*) Os custos apresentados representam os preços para o MOBRAL/Central. Os custos totais deverão incluir os recursos comunitários.

Assim temos:

MATERIAL DIDÁTICO

— Básico	
Preço de 1 conjunto	Cr\$ 3,70
preço p/100 conveniados	
Cr\$ 3,70 × 95 alunos (Frequência do 1.º mês)	Cr\$ 351,50
— Leitura Continuada	
Preço de 1 livro	Cr\$ 0,88
Preço p/100 conveniados	
2 livros × Cr\$ 0,88 × 88 alunos (Frequência do 3.º mês)	Cr\$ 154,88
— Jornal Quinzenal	
Preço de 1 exemplar	Cr\$ 0,05
Preço p/100 conveniados	
2 exemplares × Cr\$ 0,05 × 456 alunos (Frequência dos 6 meses)	Cr\$ 45,60
	<u>Cr\$ 551,98</u>
— Administração e Perdas — 10%	Cr\$ 55,20
— Total para 100 conveniados	Cr\$ 607,18
— Custo por conveniado	
Cr\$ 607,18	
<u> </u> = Cr\$ 6,07 por conveniado	
100 conveniados	
— Custo por alfabetizado	
Cr\$ 607,18	
<u> </u> = Cr\$ 11,68 por alfabetizado	
52 alfabetizados	

CUSTO DO ALFABETIZADO

— Custo do aluno-programa		Cr\$ 24,00
p/100 conveniados		
1.º ao 5.º mês — Cr\$ 24,00 × 85 alunos (Frequência do 4.º mês)	Cr\$ 2.040,00	
6.º mês — Cr\$ 4,20 × 16 alunos (Frequência do 6.º mês)	Cr\$ 76,80	
	<u>Cr\$ 2.116,80</u>	
— Custo financeiro de 1 alfabetizado		
Cr\$ 2.116,80		
<u> </u> = Cr\$ 40,70 por alfabetizado		
52 alfabetizados		
— Custo total (Custo do Material Didático + Custo Financeiro)		
Cr\$ 11,68 + Cr\$ 40,70	Cr\$ 52,38	
+ 10% de Administração e Perdas	Cr\$ 5,24	
	<u>Cr\$ 57,62</u>	

CUSTO DO CONVENIADO

— Custo Financeiro / 100 conveniados			
Cr\$ 2.116,80 ÷ 100 =	Cr\$	21,17	
+ 10% Administração e Perdas	Cr\$	2,12	
● Total	Cr\$	23,29	
— Custo Material Didático		Cr\$	6,07
+ 10% Administração e Perdas	Cr\$	0,61	
● Total	Cr\$	6,68	
— Total	Cr\$	29,97	

DADOS ESTATÍSTICOS

1. **Em 1970**, o MOBRAL alcançou um total de 510.000 **conveniados** em 613 municípios, alfabetizando um total de 170.000 alunos, com um rendimento global de 33%.
2. **Em 1971**, o MOBRAL alcançou um total de 2.569.000 **conveniados** em 3.405 municípios, alfabetizando um total de 1.130.000 alunos, com um rendimento global de 44%.
3. **Em 1972**, o MOBRAL alcançou um total de 4.275.000 **conveniados**, em 3.643 municípios, alfabetizando um total de 2.222.000 alunos, com um rendimento global de 52%.
4. **Em princípios de 1973**, devido à totalidade dos convênios de 1972, esta cifra atingirá mais de 3.500.000 de **alfabetizados** desde o início do MOBRAL.
5. Espera-se em 1973 conveniar 5.000.000 adultos, alfabetizando 2.775.000, com um aproveitamento global de 55%, estando, então, o MOBRAL presente na totalidade dos municípios brasileiros.

PRODUTIVIDADE DO SISTEMA MOBRAL — 1970/1973

Produtividade Ano	Conveniados	Deserção Mediata %	Deserção Imediata %	Aprovação %	Produtividade Global	Alfabetizados
1970	510.340	33	19	61	33	169.943
1971	2.569.862	9	20	62	44	1.139.509
1972	4.274.624	5	15	64	52	2.222.500
Total Geral	7.354.826	—	—	—	48	3.531.952
1973	5.005.000	5	14	67	55	2.775.291

2 — PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA

Paralelamente aos cursos de alfabetização, o MOBRAL desenvolveu, em 1971, um projeto experimental de Educação Integrada atingindo 34.000 alunos em 181 municípios, totalmente financiado e acompanhado pelo MOBRAL. Este Programa, com 12 meses de duração, equivale a um "curso primário" compacto (4 primeiros anos do atual ensino de 1.º grau), para adolescentes e adultos já alfabetizados.

Após este projeto experimental, o MOBRAL/Central ampliou seus cursos de Educação Integrada, através de convênios diretos com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, fornecendo-lhes material didático, treinamento de professores e orientação. Aos Estados e Municípios cabe toda responsabilidade administrativa e financeira adicional, como pagamento de professores, instalações etc.

Foram criados centros de leitura, organizados em alguns municípios, na proporção de um centro para cada 4 ou 5 postos, com o objetivo de proporcionar, aos alunos, oportunidades para o desenvolvimento do pensamento crítico, do pensamento científico, do hábito de leitura e pesquisa, do desejo de manter-se informado, enriquecendo o seu aprendizado através da troca de experiência (debates), da leitura de revistas e livros enviados pelas editoras, funcionando também como centro de pesquisa, comunitário e cultural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer aos alunos egressos do Programa de Alfabetização Funcional, e que esperam dar continuidade aos seus estudos, oportunidades de firmar e enriquecer conhecimentos, atitudes e habilidades adquiridas no processo de Alfabetização.
- Fornecer conhecimentos mais amplos usando uma melhor qualificação profissional.
- Desenvolver atividades que promovam a gradual autonomia do aluno, integrando-o na comunidade como produtor e consumidor.

MÉTODO E MATERIAL DIDÁTICO

O Programa foi elaborado obedecendo ao princípio da funcionalidade, procurando-se capitalizar, ao máximo, a experiência de vida do aluno e suas solicitações.

Assim, nos trabalhos de classe, parte-se da exploração do texto gerador, tendo como constante preocupação a integração de áreas de ensino numa seqüência quanto à crescente complexidade dos assuntos.

Dentro do esquema dos cursos, foram previstas técnicas específicas, cujo uso está estritamente ligado à motivação intrínseca da clientela:

- planejamento
- trabalho de grupo
- aceleração
- avaliação

As técnicas empregadas na aprendizagem dos alunos são do "trabalho de grupo", da "discussão" e da "descoberta".

Pelo "trabalho de grupo" tenta-se obter a participação de todos os alunos, oferecendo-lhes, assim, oportunidade para que todos se desenvolvam, com predominância do espírito associativo.

Pela "discussão" os alunos situam-se diante do que aprendem, do que vivem, enriquecendo-se com a troca de experiências e motivando-se para o trabalho de "descoberta", ou seja, para o trabalho de pesquisa.

MATERIAL DIDÁTICO

O material didático do programa de **Educação Integrada** é assim constituído:

1. **De um conjunto didático**, tal como o do programa de alfabetização, com o acréscimo de uma parte pedagógica voltada para a pesquisa, através da qual o professor iniciará os alunos da mesma.

ele se beneficia, como a família e a comunidade, pois pela apresentação e atualização dos temas, estes livros despertam o interesse de todos.

2. **De mais dois livros**, incluídos para a pesquisa do aluno, do qual não só
3. **Do "Jornal de Integração"** do Programa de Educação Integrada, que apresenta uma parte pedagógica, orientando o professor para a pesquisa, e outra parte que atualiza o aluno com as últimas notícias do Brasil e do mundo. A tiragem deste jornal é de 1.000.000 de exemplares mensais.

É pensamento do MOBREAL criar também um dicionário fartamente ilustrado que sirva para o aluno, não só durante o curso, mas na continuação de seus estudos.

DURAÇÃO

O Programa tem a duração de 12 meses (720 horas-aula) numa perspectiva de aproveitamento da experiência do adulto e do adolescente com o objetivo de conseguir suprir as ausências de escolarização e aprendizagem, respondendo aos fundamentos básicos de Educação Permanente e à necessária produção de recursos humanos no País. A média de alunos por classe é de 25 a 30.

AVALIAÇÃO

Envolve, como no processo de alfabetização, uma avaliação não apenas da aprendizagem mas também do comportamento tanto do indivíduo consigo mesmo, como com os outros e com a comunidade em que vive. É resultado de uma observação constante e continuada com períodos sistemáticos de avaliação no final dos quadrimestres.

Como decorrência desta avaliação progressiva admite-se:

— saída dos alunos ao término de cada quadrimestre, conforme tenha apresentado um conteúdo equivalente ao nível das primeiras séries do 1.º grau;
— a continuidade do aluno no programa e seu reagrupamento em novas classes.

A avaliação da aprendizagem é de responsabilidade das Secretarias de Educação. O MOBREAL oferece, como sugestão, medidas de avaliação.

CUSTOS (*)

— Jornal Integração — Mensal	
Custo de 1 exemplar — Cr\$ 0,05	
Custo total — 12 meses de curso	
12 × 0,05	Cr\$ 0,60
— Custo total (Material Didático + Jornal)	
Material Didático	Cr\$ 10,50
Jornal	Cr\$ 0,60
+ 10% Perdas e Administração	Cr\$ 1,11
Total	Cr\$ 12,21

DADOS ESTATÍSTICOS

Matriculados em 15-12-72	
N.º de alunos matriculados — Secretaria de Educação e Cultura/SEC	649.634
N.º de alunos matriculados — Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SEMEC	167.306
TOTAL	816.940
N.º de municípios conveniados — SEC — 1.794	
N.º de municípios conveniados — SEMEC — 483	
TOTAL	2.277
Estimativa de matrículas em 1973 — 1.500.000.	

3—PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Tem como objetivo geral levar os alunos alfabetizados a participarem da vida comunitária, oferecendo continuidade ao processo educativo até que se engajem nos programas de educação integrada.

Tem como objetivos específicos:

- lançar as bases de um processo de integração social do indivíduo e dos grupos que constituem a comunidade, através de uma metodologia específica para o programa;
- estabelecer atividades que possam desenvolver e aperfeiçoar o espírito de associação e trabalho em conjunto;
- despertar a consciência de obrigação coletiva no tocante à higiene, limpeza e a outros hábitos que a vida comum exige de todos;
- desenvolver habilidades, através do aproveitamento de recursos locais, tendo em vista o artesanato, a indústria, o comércio, a agricultura e a pecuária;

(*) Os custos apresentados representam os preços para o MOBRAL/Central. Os custos totais deverão incluir os recursos comunitários e recursos estaduais e municipais.

- reforçar a linguagem oral e escrita tendo em vista maior e melhor expressão e comunicação;
- levar as Comissões Municipais a se envolverem, mais de perto, com o processo de integração do homem à sua comunidade;
- levar as comunidades à compreensão da necessidade da participação de todos para a integração de seus membros.

MATERIAL DIDÁTICO

O material didático do programa de **Desenvolvimento Comunitário** é constituído de 3 livros que abordam, em níveis diferentes, os mesmos aspectos de desenvolvimento comunitário:

- o livro da Comissão Municipal (**Você É Líder**) tem como objetivo geral orientar a deflagração do programa fornecendo dados e orientação necessária, possibilitando a concretização de uma ação conjunta: Comissão Municipal, professor e aluno;
- o livro do professor (**Você É Ação**) contém a orientação pedagógica necessária para o desenvolvimento, em classe e junto à comunidade, desse processo de integração;
- o livro dos alunos (**Você É Importante**) levanta problemas da comunidade, através de trechos curtos e atraentes, e leva-os a desenvolver, ao final do programa, um plano de ação comunitária que responda às necessidades do meio onde vive.

DURAÇÃO

Este programa tem a duração de 2 meses.

CUSTO *	
— Custo do Aluno/Programa	Cr\$ 5,30 (destinado à gratificação dos animadores).
— Custo do Material Didático	Cr\$ 0,75
	Cr\$ 6,05
+ 10% de Administração e Perdas	Cr\$ 0,61
Total	Cr\$ 6,66 por aluno)

4 — TREINAMENTO DOS ELEMENTOS DO SISTEMA

A fim de capacitar o elemento humano envolvido nos programas do MOBRAL e permitir maior produtividade no desempenho de suas funções, o MOBRAL/Central, através de suas Gerências, vem oferecendo treinamento em diversas áreas. Em 1972 foram realizados os seguintes treinamentos para sustentação pedagógica dos programas do MOBRAL.

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO

Com relação a alfabetizadores, o treinamento foi realizado em duas modalidades: direto e radiofônico. O treinamento direto, retransmitido em

(*) Os custos apresentados representam as peças para o MOBRAL/Central. Os custos totais deverão incluir os recursos comunitários e recursos estaduais e municipais.

seguida, garantiu o seu efeito multiplicador. Assim, efetuou-se o treinamento de grupos técnicos a nível estadual e, numa segunda etapa retransmitido, a nível municipal, aos professores responsáveis pelas classes.

Entre 70/72, em treinamento direto, o MOBRAL atendeu a 785 alfabetizadores, que, por efeito de multiplicação, atingiu a outros 43.829.

O treinamento radiofônico, em convênio com o Projeto Minerva, responsável pela radiofonização e veiculação do programa, abrangeu 90.000 alfabetizadores para fazer face à meta proposta pela direção do MOBRAL.

Este treinamento teve recepção organizada, realizada em radiopostos, contando, para tanto, com a figura do monitor, elemento que trabalhou junto a uma turma de 20 a 25 "alfabetizadores treinandos".

Para treinar estes monitores, foi necessário realizar anteriormente a capacitação de um grupo de supervisores que retransmitiria o curso aos monitores.

Assim se estabeleceu o esquema básico de treinamento, cobrindo 3 etapas:

1.^a ETAPA

participantes:	58 supervisores
local:	Rio de Janeiro
duração:	4 dias
transmissão:	direta (utilizando aulas gravadas)
responsabilidade docente:	GEPED — MOBRAL/Central

2.^a ETAPA

participantes:	5.802 monitores
local:	capitais e/ou municípios-pólo
duração:	3 semanas, sendo de 4 dias a duração de cada curso
transmissão:	direta (utilizando aulas gravadas)
responsabilidade docente:	supervisores

3.^a ETAPA

participantes:	108.161 alfabetizadores
local:	municípios
duração:	12 dias
transmissão:	rádio
responsabilidade docente:	monitores

Essa 3.^a etapa foi transmitida no período de 31 de julho a 12 de agosto de 1972, através da rede nacional (17 horas), em 10 aulas com 30 minutos de duração, e mais 2 aulas de 60 minutos.

Após cada transmissão radiofônica, seguiu-se trabalho de grupo, com cerca de uma hora e trinta minutos, orientado pelo monitor.

As aulas foram transmitidas em outros horários, como garantia do pleno aproveitamento do programa, destacando-se nesta tarefa a Rádio Mauá que, através de convênio direto com o MOBRAL, repetiu em dois horários distintos as aulas já apresentadas.

EDUCAÇÃO INTEGRADA

O treinamento para este programa tem como objetivo capacitar os professores do quadro das Secretarias de Educação para a utilização dos métodos e técnicas referentes ao curso de Educação Integrada da 1.^a etapa.

Foi utilizado o treinamento convencional direto e retransmitido em seguida, garantindo o efeito multiplicador do treinamento. Na primeira etapa, efetuou-se o treinamento de grupos de técnicos a nível municipal e estadual e, na segunda, retransmissão a nível municipal aos professores responsáveis pelas classes.

Na primeira etapa foi realizada pelo MOBRAL/Central, obtendo por treinamento direto 2.000 professores e, por efeito multiplicador, 30.000 professores.

5 — PROJETO DE SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA MOBRAL

O projeto que, em 1973, determinará considerável impacto no aumento da produtividade, será o Projeto de Supervisão Global, criando nas Comissões Municipais (3.664) e nas Coordenações Estaduais e Territórios (26), um corpo técnico, com um encarregado da Supervisão em cada Município, mais 491 supervisores de área (1 para cada 8 municípios) e 63 supervisores estaduais (1 para cada grupo de 10 supervisores de área).

Este projeto tem como objetivo conseguir um melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais; coordenar o desenvolvimento harmônico de planos e programas em todos os níveis; orientar e coordenar o trabalho de todas as atividades do sistema MOBRAL; enfim, promover a avaliação integral do sistema MOBRAL, para assegurar sua eficácia, estabelecendo padrões mínimos universais.

O MOBRAL/Central está, no momento, elaborando um projeto para avaliação geral dos diversos programas desenvolvidos, aprofundando a análise desses programas, criando condições que garantirão sua qualidade, preservando a realimentação do sistema, no tocante à sua performance pedagógica.*

A par dos esforços para ampliar quantitativamente os programas que vem desenvolvendo sem se descuidar da qualidade dos mesmos, o MOBRAL, consciente de sua missão, está elaborando projetos, alguns já na fase final, que virão aumentar as oportunidades de educação e cultura de sua clientela e melhorar a capacidade administrativa do sistema.

São eles:

(*) Este tema será apresentado em documento especial intitulado: Supervisão e Avaliação dos Programas de Educação de Adultos.

1 — MOBRAL CULTURAL

Em decorrência dos resultados já alcançados nos seus programas de Alfabetização Funcional e Educação Integrada, o MOBRAL teve, como desdobramento normal de seus objetivos, a atenção voltada para um Programa Cultural.

Justifica-se este programa, não só pelo que representa como meio de fixação da aprendizagem, evitando-se assim o fenômeno natural de regressão, como também pela necessidade de ampliação do universo cultural do homem brasileiro e, em especial, dos Mobaralenses. Se tivermos em vista a clientela MOBRAL, verificamos que ela se caracteriza pelo seu baixo nível de escolaridade, horizonte cultural restrito e, quase sempre, baixo poder aquisitivo. Deste modo, um programa cultural promovido por um órgão como o MOBRAL — com sua vasta rede de postos que atinge a grande maioria dos municípios brasileiros e que tem nos seus alunos expressiva amostra de uma faixa da população carente de recursos — representará um incentivo a atividades culturais, bem como uma valorização das diferentes expressões regionais de cultura.

O objetivo geral do MOBRAL Cultural é de contribuir de maneira informal, flexível e dinâmica para a ampliação do universo cultural do aluno do MOBRAL e do homem brasileiro, visando ao desenvolvimento de suas potencialidades diversas, estimulando a sensibilidade de cada um e procurando elevar seu nível profissional e despertar sua autoconfiança.

Para cumprir as metas do plano — haviam de estar necessariamente ligadas às mais diferentes formas de expressão artísticas e cultural — o MOBRAL está assinalando convênios com entidades culturais, tais como o Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional do Cinema, Museu da Imagem e do Som e Serviço Nacional de Teatro. Estes convênios pretendem fornecer atividades paradidáticas para preenchimento das horas de lazer.

CONVÊNIO COM O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

O convênio com o I.N.L. visa a preencher uma lacuna existente na publicação de livros no Brasil ao pretender o atendimento de uma faixa da população (que tem nos alunos do MOBRAL uma amostra aproximada) até então carente de uma literatura adequada às suas características.

Este convênio desenvolver-se-á em três fases:

- 1.^a) Edição de obras já existentes, na íntegra, selecionadas segundo as características da clientela e a ser atingida.
- 2.^a) Edição de obras que serão adaptadas para esta clientela.
- 3.^a) Edição de obras novas, feitas especialmente para este tipo de clientela.

Tais obras numa tiragem de 1 milhão de exemplares serão distribuídas gratuitamente aos alunos de Educação Integrada do MOBRAL, permitindo-se, também, a comercialização pelas editoras quando acima desse número. Considerando-se a grande tiragem que este convênio proporciona, fica garantido o baixo custo destes livros, inclusive para o público que não está ligado aos programas do MOBRAL.

CONVÊNIO COM O INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA

Este convênio prevê 2 fases:

1. Distribuição e programação pelo MOBRAL de filmes e diafilmes do acervo do I.N.C., selecionados de acordo com as exigências do público, ao qual o programa cultural está especialmente dirigido.
2. Produção pelo I.N.C. de filmes e diafilmes que se ajustem aos objetivos do Programa Cultural do MOBRAL, com temas e abordagens previamente definidos pelos dois órgãos.

CONVÊNIO COM O SERVIÇO NACIONAL DO TEATRO

O convênio com o S.N.T. tem como objetivo geral levar o teatro às camadas da população que, seja pelo seu afastamento dos grandes centros culturais, seja pelo seu baixo poder aquisitivo ou mesmo pelo desconhecimento desta forma de manifestação artística, nunca a ela tiveram acesso.

Para alcançar os seus objetivos, este convênio estipula:

- Formação de grupos teatrais itinerantes que acompanharão as unidades volantes do MOBRAL (Mobraltecas).
- Estímulo à criação de núcleos teatrais nas localidades em que os grupos se apresentam e o conseqüente acompanhamento destes grupos.
- Incentivo à criação de peças acessíveis a públicos variados.
- Contribuição para formar o acervo das Mobraltecas, na parte referente a teatro.

CONVÊNIO COM O MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

Por este convênio o M.I.S. se responsabiliza pelo fornecimento, às Mobraltecas, de elementos do seu acervo, que dizem respeito à música popular brasileira.

MOBRALTECAS

A sistemática operacional do Programa Cultural do MOBRAL será baseada, na sua primeira fase, em unidades volantes, **Mobraltecas**, e unidades fixas, **Postos Culturais**. Numa segunda fase serão apresentadas as **Feiras Culturais**, manifestações itinerantes das atividades culturais de um estado ou região, com o objetivo de difundir e intercambiar as culturas locais e, simultaneamente, estimular o processo de integração nacional.

Considerando a grande extensão territorial de nosso País, e também a larga rede de postos do MOBRAL, surgiu a idéia de se criarem as unidades volantes — Mobraltecas — que pudessem servir de apoio às várias atividades culturais programadas. Tendo em vista o acervo que se formará a partir dos convênios acima citados, estas unidades volantes representarão o meio mais adequado para que sejam atendidas essas faixas da população, até então carentes de informações e sem acesso a atividades artísticas e culturais.

As Mobraltecas disporão de biblioteca, receptor de televisão e vídeo-tapes, equipamento de som, projetores de filmes, diafilmes e **slides**. Com esta aparelhagem, será possível colocar à disposição da clientela todas as for-

mas de arte e cultura que constituirão o acervo de uma Mobralteca. Além disso, possuindo, também, máquinas filmadoras e fotográficas, uma Mobralteca poderá ter, como uma de suas funções, registrar hábitos, costumes, tipo de trabalho, paisagem etc. de cada localidade por onde passar. Registrados estes dados, numa determinada região, passarão eles a constituir parte de programação a ser levada a outras regiões.

Para que se tenha uma idéia ainda mais exata da importância desta atividade, convém lembrar que, além de constituir um fator de integração nacional, poderá vir a representar importante subsídio para um diagnóstico da cultura brasileira.

Não se pode esquecer, por outro lado, que uma Mobralteca, pela inovação que representa, se constituirá num poderoso veículo de divulgação do MOBREAL, podendo, desta maneira, ser um forte meio de mobilização.

Deve-se ainda considerar que o monitor do MOBREAL encontrará nas Mobraltecas um instrumento de apoio às suas tarefas, já que estas unidades volantes contarão com obras literárias de consulta e outras, como também irão representar motivação para trabalhos e atividades a serem desenvolvidas em sala de aula.

Para que seja evitado um desgaste, praticamente inútil, de recursos e energia, as Mobraltecas devem representar muito mais que uma visita ocasional e fortuita deste tipo de posto cultural volante.

Para tanto, as Mobraltecas terão, também, a função de despertar, nas comunidades, o interesse por atividades culturais permanentes. Este trabalho terá, como etapa seguinte, e como consequência natural de sua passagem por cada localidade, a criação de **Postos Culturais** fixos.

Nestes postos serão encontrados os materiais fornecidos, através dos convênios assinados pelo MOBREAL e as outras entidades anteriormente citadas, bem como outros materiais eventualmente doados pelas comunidades. Tais postos deverão, também, representar centros de valorização de artesanato locais onde se realizarão conferências, debates, sessões de música etc., servindo as Mobraltecas como um meio de constante reatualização.

Enfim, o Programa Cultural do MOBREAL pretende detonar todo um processo que deverá culminar com atividades culturais permanentes em todo o território nacional, ao mesmo tempo em que despertará a valorização de todas as formas de cultura do País.

2 — EDUCAÇÃO INTEGRADA — VIA RADIOFÔNICA

O MOBREAL irá desenvolver, a partir de abril, um projeto-piloto, no Rio Grande do Norte, em convênio com a Secretaria de Educação e o Serviço de Assistência Rural (SAR), com elevada carga de inovações metodológicas, utilizando o mesmo conteúdo do programa de Educação Integrada já apresentado.

O programa desenvolver-se-á no prazo de 16 meses, em 4 fases de 4 meses. Permitirá aos alunos, de acordo com suas características individuais e culturais, receber o certificado de conclusão do antigo "curso

primário". O programa exigirá o máximo de atenção às potencialidades individuais. Para tanto, os professores deverão ser especialmente treinados no manejo de classes heterogêneas com grupos diversificados.

Uma parte significativa do projeto deverá atender à hipótese especial de escolarização, em zonas de grande dispersão demográfica, sem o exercício da monitoria.

Esta hipótese é relevante por testar a utilização do Rádio Educativo nas zonas onde mais se faz sentir a sua influência — zonas de rarefação demográfica — apresentando-se como única alternativa viável para estas regiões.

A hipótese de conclusão do curso, não necessariamente ao final do programa, deverá motivar aqueles que, tendo o primário incompleto, necessitam de apenas um reforço para consolidar sua aprendizagem. Com um mínimo de escolarização, poderão satisfazer as atuais exigências do mercado de trabalho, quanto à apresentação do certificado do antigo curso primário.

3 — TREINAMENTO DE ALFABETIZADORES PELA TV.

O MOBREAL e a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa acabam de assinar um Termo de Ajuste, pelo qual a FCBTVE assegurará ao MOBREAL a prestação de serviços referentes à produção e realização de uma série de programas de televisão, destinados ao treinamento de alfabetizadores e experimentalmente à Alfabetização Funcional.

Será dado o enfoque dos problemas de alfabetização do Adolescente e Adultos através de sínteses visuais dos princípios psicológicos e metodológicos.

A planificação de cada programa observará:

- motivação
- aula de alfabetização (leitura, escrita e matemática)
- atividades em grupo e debates
- inserção comunitária
- resenha metodológica

A primeira parte do programa será a apresentação de turma-laboratório, recebendo aula de alfabetização funcional, dentro de condições que possibilitem a formulação de mensagens pedagógicas específicas, com teatralização das situações de vida e aprendizagem.

A segunda parte do programa será a apresentação de programas metodológicos, destacados das atividades observadas na primeira parte do programa, para análise e debate pelos candidatos e alfabetizadores.

Prevê-se a filmagem a cores para uso triplice: transmissão em circuito aberto, em "vídeo-cassette" ou em cinema, num total de 36 programas com duração de 15 minutos cada um.

4 — TREINAMENTO PROFISSIONAL

O MOBRAL vem mantendo entendimentos com agências de treinamento, notadamente o Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho (DNMO) e o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra. Estas agências devem proporcionar aos egressos dos programas do MOBRAL treinamento para qualificação profissional. Prioritariamente serão atendidos os alunos desempregados e egressos do programa de Educação Integrada.

Contatos, no mesmo sentido, estão sendo feitos com o SENAI, SENAC, SESI e SESC.

O Convênio a ser assinado com o PIPMO, em 1973, tem por objetivo o aproveitamento adequado, na força do trabalho, dos adolescentes e adultos alfabetizados ou concluintes do curso de Educação Integrada. Mediante treinamento através de cursos intensivos de formação profissional será possibilitada a educação continuada e oferecidas oportunidades de integração no meio social, através da semiquificação e qualificação profissional.

Serão atendidos, num primeiro convênio, 30.000 mobralenses em todo o País, obedecendo às seguintes escalas de prioridades:

- 1 — Adolescente e/ou adulto que concluiu o curso de Educação Integrada e está desempregado.
- 2 — Adolescente e/ou adulto que concluiu o curso de Educação Integrada.
- 3 — Adolescente e/ou adulto que concluiu o curso de Alfabetização e está desempregado.

O MOBRAL e o PIPMO despenderão recursos da ordem de Cr\$ 1.500.000,00, cada um, e as entidades executoras do treinamento oferecerão uma suplementação, quando necessária.

5 — TESTES VOCACIONAIS

O Instituto de Seleção e Orientação Profissional — ISOP — da Fundação Getúlio Vargas iniciou em 1970 um trabalho para a elaboração de uma “Bateria de Testes” que medisse as aptidões e interesses de indivíduos adultos, visando uma orientação profissional e expedita. Para tanto, o ISOP firmou convênio com o Estado-Maior das Forças Armadas, pelo qual os testes foram aplicados e validados nos alistandos do Serviço Militar, o que representa a população masculina na idade de 16 a 22 anos. Ao final de 2 anos, a equipe do ISOP conseguiu montar a “Bateria de Testes”, que consta de 4 testes diferentes para analfabetos, semi-alfabetizados e alfabetizados.

Em 1972, o ISOP pretendeu expandir o alcance da “Bateria de Testes” para toda a população, isto é, masculina e feminina, na faixa de idade de 15 a 35 anos. Em face disso, recorreu ao MOBRAL, cujo campo de atuação se ajusta a esse propósito.

Para o MOBRAL é de todo interesse esse convênio, uma vez que se poderá aliar a orientação profissional à Educação Integrada, contribuindo assim para que o aluno do MOBRAL seja um elemento mais capaz e ativo na sociedade brasileira.

O Convênio entre o MOBRAL e o ISOP, em estudo, encontra-se em fase adiantada, permitindo uma previsão dos trabalhos para 1973/74.

Numa primeira fase, o ISOP aplicará os testes existentes em algumas classes-piloto, na população masculina, e numa faixa de idade mais restrita. A finalidade será a de aquilatar o desempenho da população MOBRAL nos quatro testes acima citados.

Numa segunda fase, o ISOP expandirá os testes para toda a população MOBRAL, culminando com a validação dos instrumentos e elaboração de manuais e rotinas, para a orientação profissional expedida.

Paralelamente, serão iniciados os estudos e entendimentos com os diversos órgãos envolvidos com orientação profissional, visando à montagem de uma estrutura nacional e/ou regional de orientação profissional expedita.

O MOBRAL arcará com parte das despesas do convênio, realizando a supervisão do projeto através da GETP.

6 — EFEITOS DO RÁDIO EM COMBINAÇÃO COM MONITORIA, NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

O projeto a ser desenvolvido em municípios da Zona da Mata, Estado de Minas Gerais, assume importância para o MOBRAL, uma vez que será usado o rádio, como meio para a penetração da alfabetização no meio rural.

OBJETIVO

Considerando estudos anteriores que acentuam a ocorrência de efeitos (ganhos) significativos, quando o rádio é usado na alfabetização; e considerando que um dos pontos críticos na utilização do rádio reside no fato de que a monitoria não tem a sua extensividade, o projeto pretende investigar a eficácia do rádio associado à monitoria no processo de alfabetização de adultos, através da utilização de três grupos:

- monitoria diária — Rádio
- monitoria de 7 em 7 dias — Rádio
- monitoria

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O projeto será desenvolvido em três municípios (Ponte-Nova, Ubá e Viçosa) da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais.

POPULAÇÃO/ALVO

Em cada município serão selecionadas (aleatoriamente) 6 classes totalizando, aproximadamente, 180 alunos. Considerando os 3 municípios ter-se-iam 540 alunos.

7 — CONVÊNIO MOBRAL/LBA

O Convênio MOBRAL/Legião Brasileira de Assistência visa ao atendimento de sua clientela (da LBA) em relação à alfabetização funcional de adolescentes e adultos, à educação integrada, ao programa de desenvolvimento comunitário realizados pelo MOBRAL, bem como aos serviços que visem ao bem-estar social da mulher, da criança e do adolescente, através da família, ao atendimento nas atividades de educação para o trabalho, médicas e jurídicas, de competência da LBA.

8 — MOBRAL INFORMA

Este projeto constituirá um sistema de treinamento não-convencional, realizado através do processo de correspondência. É dirigido às pessoas ou entidades ligadas direta ou indiretamente ao Sistema MOBRAL.

O MOBRAL INFORMA tem uma tiragem de cerca de 20.000 exemplares com periodicidade mensal. Objetiva transmitir a todas essas pessoas não só o conteúdo doutrinário e filosófico do MOBRAL, como também pretende transformar-se num permanente veículo de comunicação normativa dos setores de operação deste Movimento.

Complementado ainda com informações fundamentais da ação do MOBRAL, esse instrumento pretende ser veículo de tratamento da informação que fertilizará o processo de treinamento externo realizado por esta Fundação.

9 — IMPLANTAÇÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EM LARGA ESCALA, NO MOBRAL

A rápida expansão do MOBRAL verificada por sua ação em quase todos os municípios brasileiros, desde o início de suas atividades e mais acentuadamente no último ano, tornou clara a necessidade de estudos internos, para a implantação de um sistema mecanizado de processamento de dados.

Os objetivos básicos para a implantação de uma Central de Informações são:

- a) possibilidade de obter, imediatamente, informação sobre os processos desenvolvidos pelo MOBRAL, com relação a número de alunos em aula, municípios conveniados, alunos alfabetizados, causas de evasão;
- b) possibilidade de serem analisados todos os fatores intervenientes no processo MOBRAL, a qualquer instante e em grau razoável de complexidade;
- c) possibilidade de acompanhamento da população de alunos, vinculada às turmas do MOBRAL.

Serviços de empresa especializada foram contratados e já se iniciou a implantação da Central de Informações

Além dos projetos já em desenvolvimento e dos que serão desenvolvidos em 1973, o MOBRAL vem participando de diversos projetos que visam ao desenvolvimento do País, como o de alfabetização funcional no eixo Altamira—Santarém (Transamazônica), que prevê o atendimento a 4.200 analfabetos e o treinamento de 160 alfabetizadores necessários ao programa de Educação Sanitária e Alimentar em colaboração com o Ministério da Saúde. O primeiro passo para esse programa foi a inclusão de elementos gerais de educação sanitária e alimentar no material didático utilizado pelo MOBRAL.

Em pouco mais de dois anos de atividades efetivas, o MOBRAL, pela introdução de novos programas, projetos e convênios, baseados numa avaliação constante de necessidades e possibilidades, vem-se reformulando, criando e renovando constantemente. Vai-se aproximando, assim, de seu objetivo maior: a erradicação do analfabetismo e a educação continuada de adultos, num trabalho que, se muitas vezes é desafio, transforma-se sempre em realidade, pela cooperação entusiasta de todos que nele se envolvem.

Ministério da Educação e Cultura

Mobral:
sua origem e
evolução

Rio de Janeiro, 1973

coleção mobral

Presidente da República:
EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI

Ministro da Educação e Cultura:
JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

Presidente do MOBRAL:
MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

Secretário Executivo:
ARLINDO LOPES CORRÊA

Secretário Executivo Adjunto:
MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA

Brasil —

Movimento Brasileiro de Alfabetização
Assessoria de Organização e Métodos

MOBRAL: Sua Origem e Evolução.

Rio de Janeiro, 1973

1. Educação de Adultos — Brasil —

2. Alfabetização.

I — Título

CDU 374.7 (81)

CDD 374

APRESENTAÇÃO

A alfabetização de adultos não constitui experiência nova nem no Brasil nem em qualquer outra parte do mundo. Mas a alfabetização de milhões de pessoas por ano representa, por certo, movimento sem precedentes em nossa História. O MOBRAL tem sido o responsável por esse movimento, graças à conjugação do apoio do Governo Federal com a ampla adesão das comunidades à causa da erradicação do analfabetismo. O lema "Você também é responsável" parece ter mobilizado toda a população brasileira no sentido de levar o conhecimento da leitura, da escrita e do cálculo às classes menos favorecidas e aos rincões mais afastados do país.

Entre setembro de 1970 e setembro de 1973, 4,9 milhões de adolescentes e adultos aprenderam a ler e a escrever nos cursos do MOBRAL, e o programa custou apenas um terço do que seria orçado pelos critérios internacionais. Tal como o recente êxito brasileiro nas taxas de desenvolvimento econômico, o MOBRAL não representa um milagre, mas o resultado de um trabalho árduo e pragmático. Procuramos ser realistas e, nesse sentido, a primeira preocupação foi a de assegurar a solidez financeira do Movimento, conseguindo receitas da Loteria Esportiva e do Imposto de Renda; procuramos ser econômicos, aproveitando a capacidade ociosa das escolas e das estruturas municipais de ensino fundamental para alfabetização de adultos em cursos noturnos; procuramos ser funcionais, descentralizando os nossos critérios de ação e confiando as principais tarefas executivas da alfabetização às Comissões Municipais.

O atual ritmo do MOBRAL nos convence de que chegaremos a 1978 com índices de alfabetização semelhantes aos das nações de maior progresso econômico e social. E estamos certos de que esse movimento, que não é mais uma promessa e sim uma realização, atesta o que o povo brasileiro pode construir pela conjugação do seu entusiasmo com uma administração racional.

Mário Henrique Simonsen
Presidente do MOBRAL

APRESENTAÇÃO

O Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — foi criado e deflagrado a partir de um modelo original que viabilizou sua atividade educacional de massa, mantendo padrões qualitativos adequados. A fuga aos modelos internacionais conhecidos, até agora incapazes de solucionar o grave problema do analfabetismo em todo mundo, não se fez sem a adoção de uma série de medidas táticas e estratégicas originais e cuja divulgação nacional e internacional é imprescindível. No SEMINÁRIO INTERAMERICANO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS ficou evidenciada a excelência do MOBRAL em inúmeros aspectos de suas operações. Além da excelência, merece ser ressaltada a originalidade já referida.

A Coleção MOBRAL foi criada com a finalidade de transmitir o “know-how” desenvolvido no MOBRAL, em seus primeiros três anos de atividades de modo que as demais agências de educação, no Brasil e no exterior, possam beneficiar-se da sua experiência.

A Coleção inicia-se pelo documento que descreve a evolução histórica do MOBRAL, desde sua concepção legislativa até sua operação efetiva, que já ultrapassou algumas fases normais de evolução das instituições em geral.

A finalidade deste primeiro documento é exatamente mostrar o dinamismo da Organização e Métodos no MOBRAL e como, cientificamente, foram ultrapassadas as diversas fases de desenvolvimento da organização, sem que suas atividades-fim fossem prejudicadas. Foi necessário um trabalho extremamente difícil no campo da Organização e Métodos uma vez que o MOBRAL, por sua enorme responsabilidade no quadro educacional brasileiro, não poderia sequer desacelerar qualquer de suas atividades para dar-lhes uma nova conotação. Foi sempre necessário manter o movimento com sua dinâmica natural, e, ao mesmo tempo, adaptá-lo gradualmente às novas exigências que o seu próprio desenvolvimento ia gerando. O primeiro documento da Coleção MOBRAL conta como isso se tornou possível.

Arlindo Lopes Corrêa
Secretário-Executivo

O objetivo genérico do Programa de Publicações é o de codificar, divulgar e preservar o *know-how* do Sistema Mobral, valorizando o trabalho dos técnicos a ele pertencentes.

Esses trabalhos são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores; as opiniões nele emitidas não exprimem necessariamente o ponto de vista da Instituição.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I — Origem	9
CAPÍTULO II — Diagnóstico de Organização e Métodos	15
1. Considerações Preliminares	15
2. Diagnóstico de O e M no MOBRAL	16
3. Objetivos Específicos da O e M	17
4. Objetivo Geral da O e M	19
5. Relacionamentos Básicos	19
6. Coordenação	20
7. Considerações Complementares	22
CAPÍTULO III — Evolução do Sistema MOBRAL e Anexos	23

MOBRAL: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO

CAPÍTULO I

ORIGEM

O analfabetismo no Brasil, de grandes proporções e repercussões negativas em nosso contexto socioeconômico, exigia um ataque prioritário e efetivo. Diversos programas governamentais e privados tinham sido desencadeados nas últimas décadas sem conseguir solucionar o problema.

O censo demográfico de 1940 indicava que, para uma população adulta (15 anos ou mais) de 23.631.769 pessoas, existiam 13.279.899 analfabetos, isto é, 56% da população adulta brasileira era formada por analfabetos.

Essa percentagem tinha decrescido ao longo das décadas seguintes, apesar do número absoluto de analfabetos ter continuado a aumentar.

O resultado do censo de 1970 foi de 17.936.887 analfabetos de quinze anos ou mais, correspondendo a 33% da população adulta.

Em termos de educação de adultos, observada genericamente, o esforço governamental revigorara-se em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20/12/61, que possibilitou a formação de classes especiais ou cursos supletivos para aqueles que não tivessem podido obter educação primária na faixa de 7 a 14 anos. Assim, a organização dos cursos de educação de adolescentes e adultos — de responsabilidade das Unidades da Federação, pelo princípio de descentralização do ensino no País — era semelhante ao ensino formal, com adaptação às condições socioeconômicas das regiões e às características do adulto. Desde então a educação de adultos foi sendo organizada, em parte, conjuntamente com o sistema formal e, em parte, separadamente, caracterizando-se, sobretudo, pela dispersão de esforços e falta de uma política definida e integrada ao ensino formal. A partir de 1964, devido ao esforço governamental para expansão do ensino, houve substancial aumento de vagas e elevação das

taxas de escolarização nos diversos graus de ensino.

Entretanto, o dimensionamento da clientela específica para os cursos de educação de adultos no Brasil era difícil, dada a elevadíssima taxa de analfabetismo, gerando profunda repercussão negativa no sistema socioeconômico. A extensão do fenômeno exigia abordagem compatível com a situação, de modo a assegurar a virtual erradicação do analfabetismo ao longo da década de 70.

A 8 de setembro de 1967, Dia Internacional da Alfabetização, o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Tarso Dutra levou à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Costa e Silva, decretos e anteprojetos de lei relativos à matéria. Após a avaliação do sério problema com que a nação se defrontava, o presidente anunciou que enviaria ao Congresso o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos, precedido de anteprojeto de lei pelo qual a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada passariam a ser atividades prioritárias permanentes do Ministério da Educação e Cultura e no qual ficaria instituída a Fundação MOBRAL como seu órgão executor.

Os objetivos traçados pelo Plano eram os seguintes:

- a) assistência financeira e técnica para promover a obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos;
- b) extensão da escolaridade até a 6.^a série;
- c) assistência educativa imediata aos analfabetos que se situam na faixa etária de 10 a 14 anos;
- d) promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais em programas

que assegurem a avaliação dos resultados;

e) cooperação dos movimentos isolados de iniciativa privada, desde que comprovada sua eficiência;

f) alfabetização funcional e educação de adultos para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos ou diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com duração de 9 meses;

g) assistência alimentar e recreação qualificada, como fatores de fixação de adultos nos cursos, além de seus efeitos educativos;

h) prioridades em relação aos cursos diretos previstos no item f:

— condições socioeconômicas dos Municípios;

— faixas etárias que congreguem idades vitais ao pleno uso das técnicas e práticas adotadas;

i) integração, em todas as promoções de alfabetização e educação de adultos, de práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação;

j) promoção progressiva de cursos de continuação (diretos, radiofônicos ou televisados), visando a estender a alfabetização funcional;

l) instalação de centros de integração social e cívica, para sociabilidade dos adultos e fixação de hábitos e técnicas adquiridos;

m) descentralização da ação sistemática, com execução pelos Estados, Territórios, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas, mediante convênio.

Na mesma data foram baixados, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, diversos decretos:

— Decreto 61.311 de 8/9/67, que “prevê a constituição de um grupo de trabalho interministerial, para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização”;

— Decreto 61.312 de 8/9/67 que “prevê a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização”;

— Decreto 61.313 de 8/9/67 que “prevê a constituição da Rede Nacional de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos e dá outras providências”;

— Decreto 61.314 de 8/9/67 que “prevê a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo”.

Como o Plano sobre Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos não previa recursos financeiros para sustentar sua ação, surgiu a necessidade, antes mesmo da aprovação pelo Congresso, de fazer funcionar o Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo citado Decreto 61.311.

O Grupo entrou imediatamente em atividade, sendo composto dos seguintes membros: Dr. Miguel Jerônimo Ferrante, do Ministério da Justiça; Capitão-de-Fragata Flávio Simões Lopes, do Ministério da Marinha; Major Nilo Chaves Teixeira Filho, do Ministério do Exército; Embaixador Wladimir do Amaral Murinho, do Ministério das Relações Exteriores; Dr. Oswaldo Behn Franco, do Ministério da Fazenda; Coronel Stavro Sava, do Ministério dos Transportes; Dr. José Feliciano de Oliveira, do Ministério da Agricultura; Dr. Edson Franco, do Ministério da Educação e Cultura; Dr. Fernando Luís Duque Estrada, do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Major Intendente da Aeronáutica Hélcio Chavadian Esteves, do Ministério da Aeronáutica; Dr. Edmar Terra Blois, do Ministério da Saúde; Dr. Nilson Cunha Silva, do Ministério das Minas e Energia; Dr. Eduardo Rios Neto, do Ministério da Indústria e do Comércio; Dr. Arlindo Lopes Corrêa, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; Professor José Camarinha do Nascimento, do Ministério do Interior e Dr. Washington Bolivar de Brito, do Ministério das Comunicações. Foi eleito presidente do Grupo Interministerial o Dr. Arlindo Lopes Corrêa, atualmente Secretário-Executivo do MOBREAL.

No decorrer dos trabalhos o grupo julgou necessário aprofundar-se em alguns pontos do Plano, da maior importância, para situar o nível quantitativo e a qualidade da contribuição do Governo Federal para o Movimento de Alfabetização. Ficou decidido utilizar, de imediato e eficientemente, o rádio e a televisão e recrutar os contingentes de alfabetizandos nas quantidades previstas no plano, discordando apenas no referente ao custo orçado para sua execução e às faixas etárias por ele abrangidas. No custo, o Grupo não considerou despesa com o aluguel de locais para a alfabetização, em virtude da natureza do Movimento

aconselhar que os mesmos fossem obtidos gratuitamente, com a utilização dos próprios sistemas de ensino formal já estabelecidos e graças à colaboração da comunidade. Concluiu ainda o Grupo que, em face do disposto na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases quanto à educação compulsória, as crianças analfabetas de 10 a 14 anos seriam atendidas pelas Secretarias Estaduais de Educação, dentro dos seus sistemas de ensino primário.

Como fontes de recursos mais viáveis para utilização no Movimento, o Grupo indicou o Selo Adicional Obrigatório de Educação e o Concurso de Prognósticos Esportivos que era matéria de projeto de lei em tramitação no Congresso. A idéia do Selo de Educação foi posteriormente abandonada, em virtude do Departamento de Correios e Telégrafos ter-se transformado em empresa pública.

Este Grupo Interministerial de Trabalho encerrou suas atividades em novembro de 1967 e finalmente, a 15 de dezembro de 1967, foi promulgada a Lei 5.379 pela qual ficava instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização nos termos do Artigo 4.º: "Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e forç para Brasília".

A 21 de março de 1968, mais um passo é dado para incentivar a erradicação do analfabetismo: é sancionada a Lei n.º 5.400, prevenindo a alfabetização de adultos em idade militar.

Pela Portaria Ministerial n.º 28 de 18 de janeiro de 1968 foi designada uma comissão especial encarregada da elaboração dos Estatutos do MOBRAL. Faziam parte dessa comissão: Antonieta Barone, Nilo Ruschel, Dulcie Kannitz Vicente Vianna, Maria Elisa Carrazoni, Marcílio Augusto Velloso, Maria de Freitas, João Ribas da Costa, Alfredina de Paiva e Souza, Edgar Gomes, José Nilo Tavares, Paulo P. Ramos, Marília Santos de F. Veloso, Hélio Ribeiro e Remi Gorga. Os Estatutos do MOBRAL foram aprovados pelo Decreto 62.484, de 29 de março de 1968, e registrado no Cartório Álvaro César de Melo Meneses, sob n.º 18.963, em 30 de abril de 1968.

Em decorrência do Art. 8.º da lei que instituiu o MOBRAL, seu presidente era o titular do Departamento Nacional de Educação, e suas instalações iniciais foram no Ministério da Educação e Cultura, no Gabinete do presidente do

DNE Seus funcionários eram, quase na totalidade, os do DNE, recebendo complementação salarial do MOBRAL, não tendo havido, em 1968, dotação orçamentária para a Fundação.

Todos esses elementos foram entregues ao Diretor do DNE para sua aprovação, sendo então os documentos básicos remetidos aos Ministérios, aos governos das unidades da Federação e às entidades a mobilizar para colaboração com o MOBRAL, de acordo com as instruções do Senhor Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura; preparou-se um projeto de campanha para esclarecimento da opinião pública e mobilização da comunidade para lançamento do MOBRAL. Elaborou-se, neste período, um esboço de quadro próprio de pessoal que não chegou a ser preenchido.

Organizou-se um fluxo operacional para o Movimento, com a instalação dos grupos federais de coordenação e o treinamento de equipes federais locais. Foi apresentado um estudo para utilização de rádio e televisão no Plano Nacional de Alfabetização, de autoria da Professora Alfredina de Paiva e Souza.

Em 2 de julho de 1969 foi promulgado o Decreto-Lei n.º 665, alterando o Artigo 8.º da Lei n.º 5.379 de 15/12/67 (fundação do MOBRAL). Por este Decreto-Lei "o presidente da Fundação será nomeado pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Educação e Cultura, com mandato de três anos". Com o advento deste decreto-lei ficou também insubsistente o Artigo 9.º e seu parágrafo único do Decreto 62.484 — de aprovação do Estatuto do MOBRAL, e que reafirmava o prescrito na lei de fundação do MOBRAL.

Em setembro de 1969 foram nomeados pelo Senhor Ministro Tarso Dutra os componentes do Conselho de Administração: Dr. Hélio de Alcântara Avellar, General Taunay Drumond Coelho Reis, Dr. José Cláudio Vilhena de Moraes, Professora Alma Albertina de Castro Figueiredo e Dr. Paulo Cabral de Araújo.

Finalmente, em novembro de 1969, foi designado presidente do MOBRAL o Dr. Jorge Boaventura de Souza e Silva, agora não mais por ser o Diretor do DNE, mas em virtude da alteração efetuada pelo Decreto-Lei 665. Primeiro presidente por indicação ministerial, os fatos relevantes de sua gestão foram:

a) transferência para o MOBRAL, pelo então Ministro Tarso Dutra, do Plano de Aplicação de Recursos oriundos do excesso de arrecadação do salário de educação;

b) concessão de um auxílio de cinquenta mil cruzeiros novos para despesas com a realização do I Encontro Nacional de Teleeducação de Adultos, coordenado pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura, com a cooperação do Instituto de Solidariedade Internacional da Fundação Konrad Adenauer;

c) convênio firmado com a Cruzada ABC, pelo qual esta instituição recebia do MOBREAL a quantia de 6 milhões de cruzeiros novos oriundos da USAID, para saldar dívidas já vencidas, decorrentes de sua ação alfabetizadora no Nordeste;

d) providências, quase concretizadas, para dotar o MOBREAL de sede própria, mas suspensas pelo presidente quando tomou a decisão de se exonerar do cargo;

e) convênios firmados com diversas entidades;

f) curso para alfabetização com utilização da televisão.

Nesse período inexistia o cargo de secretário-executivo, nunca tendo sido preenchido o de secretário-geral de que falava o Estatuto:

Em março de 1970, já tendo se exonerado do cargo o então presidente Jorge Boaventura, encontramos o MOBREAL não propriamente em situação de acefalia — pois o Conselho Administrativo decidiu se reunir uma vez por semana até o preenchimento do cargo — mas de um certo marasmo administrativo, cuidando apenas dos casos de rotina que eram de sua competência.

Não tinha mais o Conselho, em virtude das alterações do citado Decreto-Lei 665/69, o poder de indicar quem respondesse pela presidência. Surgiram problemas prementes como a proposta orçamentária, o repasse de recursos para instituições beneficiadas com auxílio e pagamento de pessoal. Embora o Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 900, que alterara o Decreto-Lei 200/67 (Reforma Administrativa), houvesse excluído, expressamente, as fundações criadas por lei federal e com recursos da União, da administração pública permaneciam as mesmas sob supervisão ministerial.

Decidiu o Conselho oficial ao Secretário-Geral do MEC, Dr. Mauro Costa Rodrigues, para que, por seu intermédio fosse cientificado da situação o Excelentíssimo Senhor Ministro Jarbas Passarinho.

Pelo Decreto n.º 66.118, de fevereiro de 1970, fora concedida vinculação de parte da receita da Loteria Esportiva aos programas de alfabetização de adultos supervisionados pelo Ministério da Educação e Cultura.

Em maio foi designado Presidente do MOBREAL o Dr. Mario Henrique Simonsen, preenchendo-se finalmente o cargo de secretário, que passaria a chamar-se secretário - executivo, com a indicação, para exercê-lo, do Padre Felipe Spotorno, anteriormente assessor do Senhor Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura. Ao iniciar-se o mês de julho, já a administração se defrontava com o problema da falta de espaço, apresentando-se como solução de emergência a colocação de parte do Órgão na Fundação Getúlio Vargas.

Em 8 de setembro de 1970, dia oficial do lançamento da nova fase do MOBREAL, foi assinado pelo Exm.º Senhor Presidente Emílio Garrastazu Médici o Decreto-Lei n.º 1.124 permitindo que as pessoas jurídicas, ao invés de pagar 1% do imposto de renda devido, doassem a quantia correspondente ao MOBREAL.

O novo presidente traçou as linhas gerais da orientação que pretendia imprimir, transformando o MOBREAL em órgão normativo, supervisor e controlador, descentralizando a ação normativa a nível regional, estadual e municipal.

A nova administração elaborou um novo quadro de pessoal do MOBREAL, e um organograma dentro do qual seria o mesmo estabelecido. Com esta reformulação e por delegação do presidente do Órgão, transferiu-se para o secretário-executivo o cerne da administração do MOBREAL.

Finalmente, a 8 de setembro de 1971, comemorou-se o primeiro aniversário da presidência do Dr. Mario Henrique Simonsen e a inauguração das novas instalações da sede do MOBREAL, à Rua Voluntários da Pátria 53. Nesta data reuniu-se a título extraordinário o Conselho de Administração, tendo presidido a sessão o Exm.º Senhor Ministro Jarbas Passarinho.

O Secretário Executivo Padre Felipe Spotorno exerceu suas atividades até 14 de abril de 1972, quando foi exonerado, sendo designado para substituí-lo o Dr. Arlindo Lopes Corrêa.

Com a presidência do Dr. Mario Simonsen, o MOBREAL encontrou recursos novos e uma perspectiva de grande crescimento. Com a posse, na Secretaria Executiva, do Dr. Arlindo Lopes Corrêa, grande autoridade em Educa-

ção, o MOBRAL ampliou suas linhas de ação. Imediatamente foi refeito o quadro de pessoal, uma vez que o existente fora aprovado provisoriamente pelo Conselho de Administração, por não apresentar perfis profissionais nem definição de cargos. Foram criadas uma Secretaria Executiva Adjunta, duas Assessorias de elementos técnicos especializados e uma Gerência de Mobilização. Para a reorganização que se processou então, foi realizado um diagnóstico que é apresentado no capítulo seguinte.

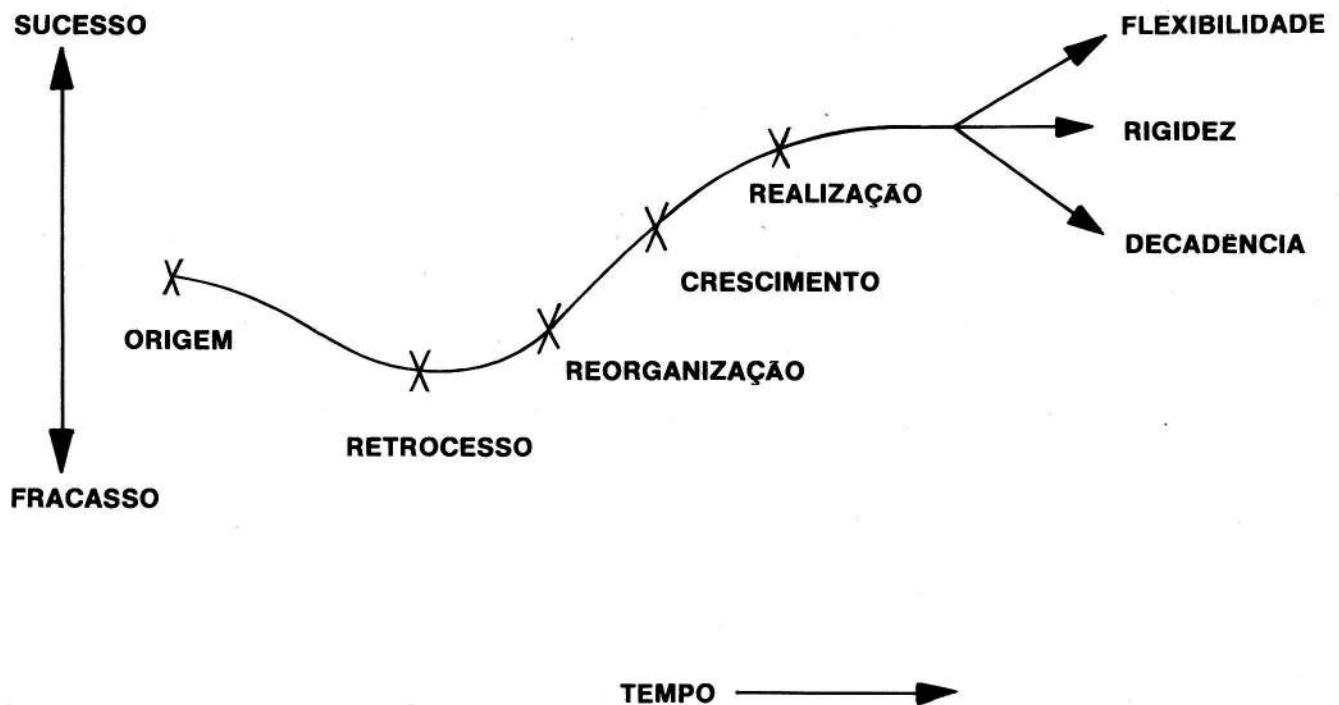
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As atuais dimensões do MOBRAL — um dos maiores movimentos comunitários do mundo — mostram uma incontornável necessidade de um **aperfeiçoamento** na organização e nos métodos de trabalho.

— Esse amadurecimento representa um crescimento progressivo e natural do risco de

deterioração administrativa, requerendo, assim, **prevenção de longo alcance e não medidas paliativas.**

— Todas as organizações parecem possuir um ciclo de vida semelhante (vide figura abaixo) no qual o MOBRAL, **até o momento**, está perfeitamente enquadrado:



* Realizado em maio de 1972

— Portanto, se considerarmos que o MOBRAL **ainda** está na fase de crescimento, a estratégia de Organização e Métodos (O&M) se apóia em dois grandes objetivos de referência geral:

(1.º) estabelecer medidas de prevenção contra a rigidez e a decadência, bus-

cando maior **flexibilidade** nas ações (isto significa, em O&M, maior **descentralização**)

(2.º) aumentar a **agressividade** em relação às iniciativas, de modo a alongar a fase de crescimento

2. DIAGNÓSTICO DA O & M DO MOBRAL

— A operacionalização das grandes referências citadas — ou seja: o desdobramento dos objetivos gerais em específicos, de maneira a prever a definição de ações a serem executadas no correspondente alcance desses objetivos — depende, em termos de planejamento, da realização de um **diagnóstico**.

— Um diagnóstico simplificado e de rápida realização (necessidade óbvia, dado o risco permanente, no MOBRAL, dos fatos ultrapassarem as soluções) pode ser assumido pela identificação dos impedimentos mais evidenciados quanto a uma maior eficiência no setor de O&M:

- **casuística** (casos diversos que pressionam os dirigentes por soluções) intensa e variada, em razão da abrangência e diversificação do universo de atuação do MOBRAL 3.940 municípios, em todas as regiões do Brasil;
- **pontos de estrangulamento em excesso**, originados principalmente da ausência de circulação adequada de informações e de treinamento do pessoal envolvido nas diferentes tarefas;
- **pressão permanente** quanto à implantação e/ou execução dos programas e **cumprimento simultâneo das formalidades** administrativas;
- **objetivos não claramente definidos** ou frequentemente alterados;
- **dificuldade em coordenar as ações** que se processam simultaneamente e, em consequência, no desencadeamento de novas;
- **carência de conhecimentos técnicos** sobre administração;
- **tendência ao isolamento** entre os diversos elementos que compõem a organização do MOBRAL/Central;
- **pressão externa de outras entidades** (comunitárias, públicas e privadas) envolvidas ou que desejam envolver-se com o MOBRAL, provocando **distorção de prioridades**;
- tendência latente ao **empreguismo**;
- **inconsciência quanto ao uso da moderna tecnologia** administrativa nos pontos mais sensíveis e adequados da estrutura do MOBRAL Central;
- **ausência de planejamento** dos meios, no sentido de maior produtividade (uso desproporcionado dos meios existentes em relação aos fins);
- **receio à inovação**, usualmente interpretada como risco aos resultados já alcançados;
- **ausência de critérios de seleção** e de observação da produtividade do pessoal;
- **centralização** excessiva do MOBRAL/Central;
- falta de iniciativa por parte de alguns gerentes e coordenadores;
- tendência à transmissão de conhecimentos e **experiência por via oral**, dificultando a sistematização de informações e a substituição de pessoal nas diferentes rotinas;
- **incapacidade profissional** em importante parcela do pessoal, em face das rotinas em operação;
- **resistência ao reajustamento** de rotinas existentes;

- **ausência de critérios de supervisão** e controle,
- **tendência à sofisticação** administrativa por parte de algumas coordenações;
- **estratificação** das funções-chave.

Esse inter-relacionamento é básico porque permite configurar o **sistema** em sua forma inicial mais simplificada. Algumas caracterizações são necessárias para um melhor entendimento:

- O aspecto hierárquico da organização (o organograma, por exemplo) é de **importância secundária** para a estratégia que se propõe: as atenções devem ser orientadas sobre os **relacionamentos funcionais** e estes no sentido dos **objetivos**. A hierarquia será normalmente observada quanto às implicações legais e burocráticas. Assim se procede à vista da reconhecida tendência das organizações se polarizarem em torno da estrutura de poder, em prejuízo das condições de maior eficiência operacional.
- O SEXEC e as COEST se **especializarão em decidir**, delegando a execução de tarefas, fazendo circular informações de modo a ativar e coordenar ações dos gerentes e agentes, supervisionando o cumprimento de objetivos, detetando preventivamente os pontos de estrangulamento, fazendo os contatos externos e compatibilizando os meios com os fins.
- A autonomia das COEST é entendida como

a **iniciativa de assumir opções** quanto ao atingimento dos fins, conforme a peculiaridade das situações locais. Naturalmente deverá haver compatibilidade com os objetivos gerais estipulados pelo SEXEC e com os meios a serem mobilizados através do sistema MOBREAL. Cabe ressaltar que não há impedimento quanto a busca de meios locais para reforçar o apoio.

- As COEST deverão, de imediato, indicar, dentre o pessoal disponível, os agentes, e delegar as funções correspondentes a fim de facilitar a implantação do sistema. O MOBREAL/Central providenciará progressivamente a emissão de documentos consolidando e/ou estabelecendo normas, critérios e orientações obedecendo à nova forma de trabalho.
- As comunicações deverão ser aperfeiçoadas de modo a se prever um **contato cada vez mais estreito** entre as gerências e os agentes, permitindo consultas de natureza técnica e administrativa.
- As COEST deverão evitar a estruturação administrativa sofisticada. Essencialmente necessita-se de **agentes para áreas consideradas básicas** e em torno destes os demais funcionários poderão ser agrupados conforme uma disciplina operacional simples, ligada a **objetivos definidos**. Haverá assim a flexibilidade conveniente para os diferentes locais e meios disponíveis. Eventualmente, quando houver carência de pessoal, os agentes poderão acumular funções.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA O&M

- As deficiências em destaque podem ser transformadas em cursos de ação por meio de agrupamentos que permitam sínteses e que, naturalmente, conduzam à definição de objetivos específicos. Assim, o quadro que se segue apresenta os

impedimentos básicos reunidos com a preocupação de convergência (em lugar da importância que redundam em soluções casuísticas, isto é, "remendos", uma vez que não atingem as diversas circunstâncias coerentemente com o todo):

<p align="center">IMPEDIMENTOS BASICOS (ENUNCIADO RESUMIDO)</p>	<p align="center">CURSOS DE AÇÃO (OBJETIVOS ESPECIFICOS)</p>
<p>CASUÍSTICA INTENSA PONTOS ESTRANGULAMENTO PROGRAMAÇÃO/FORMALIDADES ADM. ISOLAMENTO ELEMENTOS ORGAN. INCONSCIÊNCIA TECNOLÓGICA RECEIO A INOVAÇÃO CENTRALIZAÇÃO EXCESSIVA TRADIÇÃO ORAL AUSENCIA SUPERVISÃO & CONTROLE SOFISTICAÇÃO ADM. COORDENAÇÕES ESTRATIFICAÇÃO FUNÇÕES CHAVES</p>	<p>Implantação de um sistema, formalizado num grau adequado de descentralização e flexibilidade, que possibilite a circulação, registro e recuperação de informações; que seja adaptável a normas gerais de funcionamento; que seja receptativo à supervisão e controle e ao reajustamento em qualquer ponto e que possa assimilar inovações e independa de funções chaves.</p>
<p>CARÊNCIA CONHECIMENTOS TÉCNICOS FALTA DE INICIATIVA INCAPACIDADE PROFISSIONAL RECEIO A INOVAÇÃO</p>	<p>Implantação de rotinas intensivas de treinamento</p>
<p>PONTOS ESTRANGULAMENTO ISOLAMENTO ELEMENTOS ORGANIZAÇÃO CENTRALIZAÇÃO EXCESSIVA AUSENCIA SUPERVISÃO & CONTROLE ESTRATIFICAÇÃO FUNÇÕES CHAVES DESCOORDENAÇÃO AÇÕES DESpropORÇÃO MEIOS/FINS</p>	<p>Implantação de assessorias (órgãos "staff" ou de "Estado Maior" na linguagem técnica) capacitadas a detectarem pontos de estrangulamento nas atividades-fim e nas atividades-meio, exercendo a supervisão e controle, e realizando o planejamento estratégico.</p>
<p>OBJETIVOS INDEF./CONTRADITÓRIOS DESpropORÇÃO MEIOS/FINS PRESSÃO ORGANIZAÇÕES EXTERNAS RESISTENCIA REAJUSTAMENTO AUSENCIA CRITÉRIOS SUP. & CONTROLE</p>	<p>Exigência rigorosa quanto à definição de objetivos e controle de resultados.</p>
<p>EMPREGUISMO LATENTE AUSENCIA CRITÉRIOS SELEÇÃO/PRODUT. FALTA DE INICIATIVA INCAPACIDADE PROFISSIONAL AUSENCIA CRITÉRIOS SUP. & CONTROLE ESTRATIFICAÇÃO FUNCIONAL</p>	<p>Estabelecimento de uma política de pessoal.</p>
<p>CASUÍSTICA INTENSA PRESSÃO ORGANIZAÇÕES EXTERNAS EMPREGUISMO LATENTE CENTRALIZAÇÃO EXCESSIVA INCAPACIDADE PROFISSIONAL AUSENCIA CRITÉRIOS SEL. & CONTROLE</p>	<p>Implantação de assessorias especializadas em assuntos jurídicos e em relações públicas, ligadas diretamente ao Secretário-Executivo ("staff" ou Estado-Maior pessoal), assim como um elemento adjunto, com "status" suficiente para substituição e auxílio no processo decisório.</p>

4. OBJETIVO GERAL DA O&M

A consolidação das conclusões preliminares (item 1 deste documento) com as obtidas

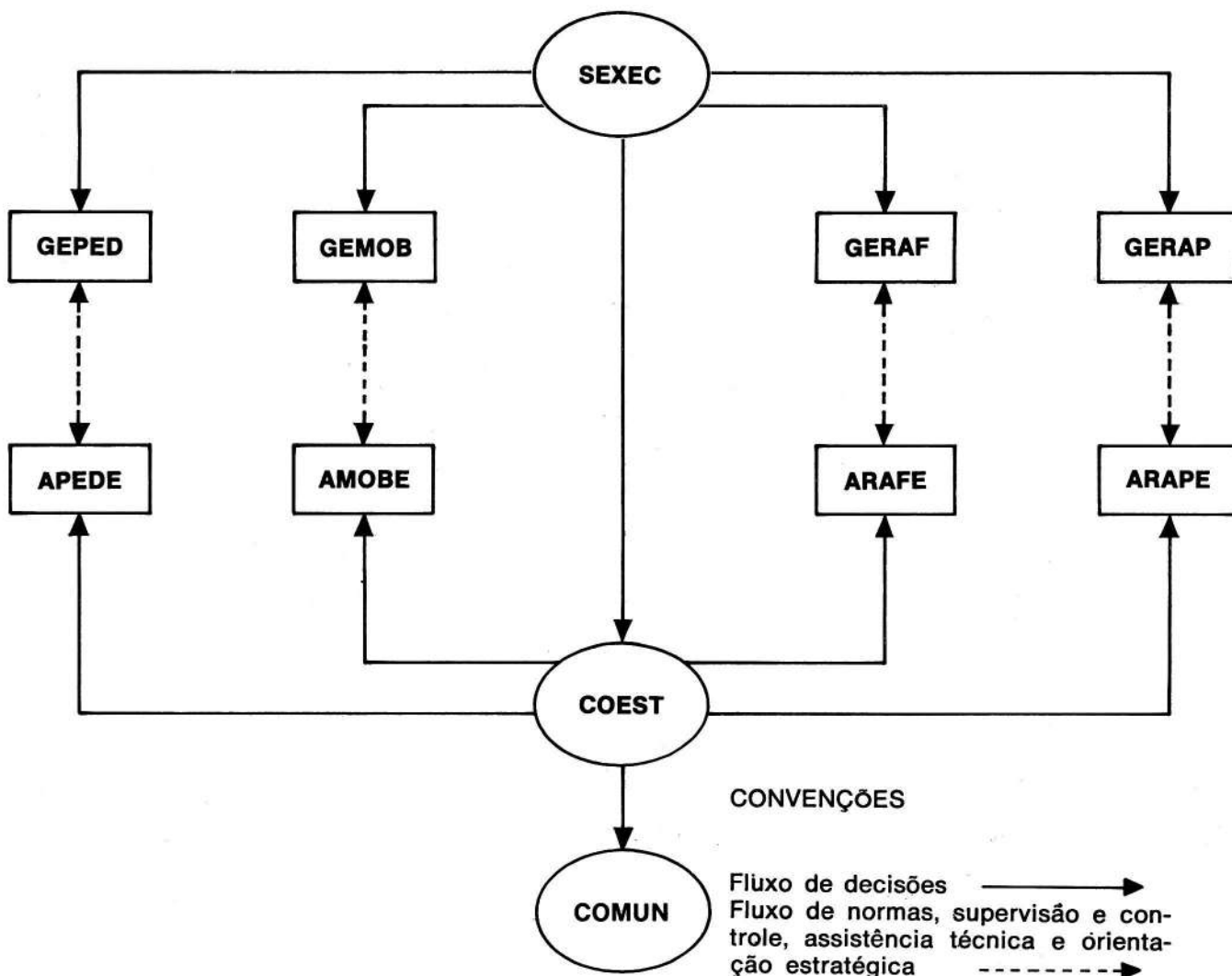
no item anterior indicam o objetivo geral da estratégia de O&M:

EVOLUIR PARA UM SISTEMA SIMPLES E RACIONAL, FORMALIZADO NUM GRAU DE DESCENTRALIZAÇÃO E FLEXIBILIDADE QUE POSSIBILITE RESPOSTAS IMEDIATAS E EFICIENTES AOS OBSTÁCULOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA DO MOBRL E QUE SE MANTENHA EM PERMANENTE REFORMA DE ATUALIZAÇÃO.

5. RELACIONAMENTOS BÁSICOS

O atingimento do objetivo geral da O&M implica numa providência inicial no sentido da definição dos relacionamentos básicos (estrutura e funções do MOBRL). O esquema abai-

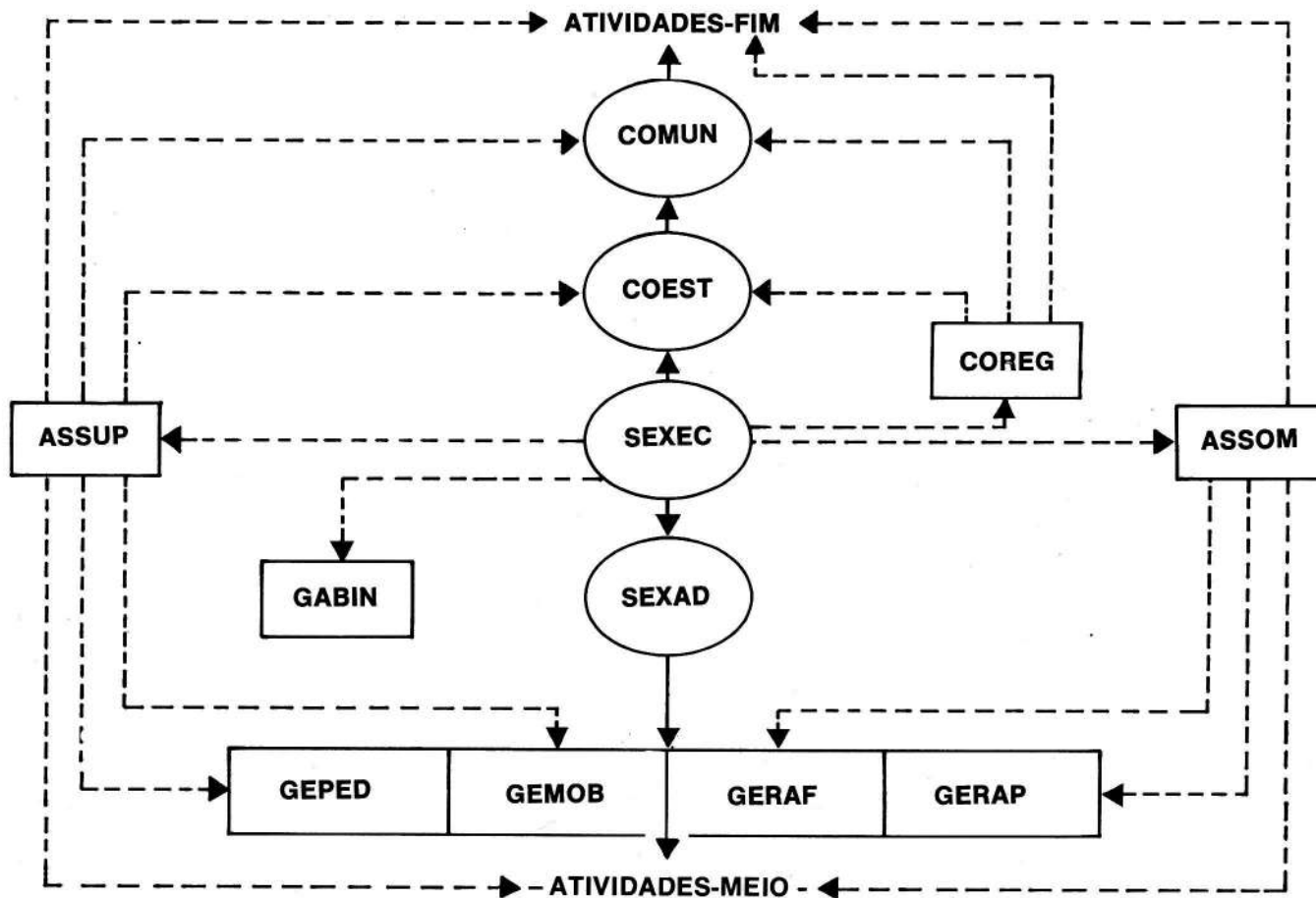
xo (um fluxograma e não um organograma) representa a solução proposta; tendo-se em vista um sistema descentralizado:



6. COORDENAÇÃO

A determinação de estrutura e funções num relacionamento básico, como apresentada no item anterior, implica numa definição — genérica, numa primeira tomada de posição — das condições operacionais, ou seja, do modo de coordenar os diferentes elementos da estrutura (SEXEC, COEST, etc.) no exercício de

suas funções. A figura que se segue (também um fluxograma) mostra o desdobramento dos relacionamentos básicos, colocando agora em jogo as Assessorias (previstas nos objetivos específicos), o Secretário-Executivo Adjunto e as Coordenações Regionais.



SEXEC — Secretário-Executivo

SEXAD — Secretário-Executivo Adjunto

COREG — Coordenação Regional

ASSOM — Assessoria de Organização e Métodos

COEST — Coordenação Estadual

COMUN — Comissão Municipal

ASSUP — Assessoria de Supervisão e Planejamento

GEPED — Gerência Pedagógica

GEMOB — Gerência de Mobilização de Recursos Comunitários

GERAF — Gerência de Administração Financeira

GERAP — Gerência de Atividades de Apoio

GABIN — Gabinete

CONVENÇÕES

Fluxo de supervisão e controle - - - - ->

Fluxo de decisão —————>

Outras caracterizações são agora apresentadas, complementando as anteriormente destacadas na apreciação dos relacionamentos básicos (item 6):

- o fluxograma de coordenação é um instrumento para divulgação interna, ao passo que o referente aos relacionamentos básicos foi produzido para divulgação **ostensiva**. Este último, por sua simplicidade, oferece uma imagem de rápida assimilação, realça os pontos principais de decisão, separa os meios dos fins, incide a atenção sobre o relacionamento-chave descentralizado entre SEXEC e COEST e dá uma idéia da estratégia num sentido amplo (aproximação progressiva e eficiente entre o MOBRAL/Central e as COEST), enquanto que o primeiro constitui um guia operacional, cujos desdobramentos darão origem aos diferentes **manuals de operação** (normas de correspondência, material didático, administração financeira etc.)
- a ênfase do fluxograma de coordenação nas atividades-fim e nas atividades-meio é proposital, uma vez que o sucesso da O & M do MOBRAL dependerá, por parte dos diversos elementos envolvidos, da identificação, planejamento e controle dos meios e dos fins.
- o SEXAD aparece no fluxograma de coordenação conjugado com o SEXEC e não como um **intermediário** entre este último e as gerências: trata-se da **segunda pessoa** na escala hierárquica do MOBRAL, acompanhando em contato estreito as decisões do SEXEC e substituindo-o nas eventualidades; sendo também um **executivo** como o SEXEC, está desvinculado das Assessorias, a não ser em casos de substituição; no relacionamento entre o SEXEC e as gerências, o SEXAD participa de modo a separar o acessório do principal, deixando livre o SEXEC para avaliações rápidas e decisões compatíveis com o esquema estratégico do MOBRAL bem como conformando roteiros de acompanhamento das ações a serem desencadeadas; o SEXAD, portanto, é o elemento de que dispõe o SEXEC para a **coordenação das ações táticas**.
- a ASSUP e a ASSOM, por seu turno, são as assessorias de que dispõe o SEXEC para a **coordenação das ações estratégicas**, isto significando que exercem suas funções em três dimensões principais:

a) planejando;

b) penetrando nas gerências, e eventualmente nas COEST, para agilizar as ações de longo prazo;

c) detetando pontos de estrangulamento e desvios diversos.

- a ASSOM, nestas condições, orienta sua participação com ênfase sobre as áreas de administração financeira e de atividades de apoio, enquanto que a ASSUP dá prioridade às atividades pedagógicas e à mobilização de recursos comunitários; em termos de coordenação geral, a ASSOM está vinculada às atividades-meio e a ASSUP às atividades-fim, embora para efeito de equilíbrio a ASSOM se referencie aos fins e a ASSUP aos meios; ambas as Assessorias, neste contexto, cumprem seus propósitos por intermédio de normas (circulares, manuais etc.), supervisão direta (contratos, visitas etc.) e indireta (questionários, solicitação de relatórios etc.), controle (avaliação de resultados, prestação de contas etc.), assistência técnica (cursos, reuniões, treinamento, atendimento a consultas etc.) e orientação estratégica (documentos de base, treinamento de coordenadores etc.), devidamente homologados pelo SEXEC; além disso, executam as funções de planejamento (estudos e pesquisas, diagnósticos, alternativas de estratégias, acompanhamento, avaliação etc.); prevê-se, ainda, um entrosamento permanente entre a ASSOM e a ASSUP, com a finalidade de se obter equilíbrio e compatibilidade dos meios com os fins; cabe relevar, finalmente, que as ações dessas Assessorias — características de "staff" ou de Estado Maior (vide item 3) — não devem ser **restritivas** mas sim **preventivas**, não se confundindo, **em nenhuma hipótese**, com decisões.
- as COREG, no presente esquema de coordenação, são também elementos "staff" ou de Estado Maior, da mesma forma que a ASSOM e a ASSUP, ou seja, constituem instrumentos do SEXEC, a nível regional, para planejamento, penetração nas COEST para agilizar as ações de longo prazo e detetação de pontos de estrangulamento e desvios diversos; ligam-se diretamente com o SEXEC, fornecendo informações e recebendo orientação de procedimentos diversos preferencialmente no relativo às atividades-fim; não são **intermediários** do SEXEC nem **decidem** a nível regional, atuando rotineiramente com base nos diversos documentos emitidos pelo MOBRAL/Central; a organização das COREG, seguindo forma semelhante às COEST, deve ser simples e funcional,

dividindo-se os técnicos entre táticos (penetração nas COEST, detetação de pontos de estrangulamento e desvios diversos) e estratégicos (planejamento em suas diversas funções), reunidos em torno do Coordenador Regional; ao contrário dos agentes, que se ligam diretamente às gerências, as COREG **não** estão conectadas organizadamente com a ASSOM ou com a ASSUP, assim se procedendo à vista da necessidade do SEXEC decidir com referências estabelecidas a partir de perspectivas tanto nacionais como regionais, assumidos sem interferências mútuas; eventualmente, prestam assistência técnica às COEST

- "o staff" ou o Estado Maior pessoal do SEXEC é constituído pelo GABIN, que dispõe da ASSUR, ASCAP e ARINT (vide item 3); esses elementos, além da ligação direta com o SEXEC, podem penetrar em qual-

quer área do MOBREAL, no cumprimento de seus objetivos, quando devidamente homologados pelo SEXEC; para as ações estratégicas, de longo prazo, a ASSUR contratará seus objetivos com a ASSOM e a ASCAP e a ARINT com a ASSUR, em razão da necessidade de compatibilização com o planejamento dos meios e dos fins respectivamente. Essês contatos com a ASSOM e ASSUP processar-se-ão através do GABIN.

- para efeito de definição de autoridade e para prevenir o aparecimento de reconhecido fenômeno da fricção entre o "staff" (Assessorias) e a linha (Gerências), os gerentes do MOBREAL/Central são do mesmo nível funcional dos coordenadores das Assessorias, enquanto as COEST são equiparadas às COREG, excluindo-se os casos de autoridade delegada pelo SEXEC para cumprimento de objetivos específicos.

7. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

— A ação que se seguirá ao presente documento, por parte da ASSOM, no cumprimento do objetivo geral da O & M, será a de definir cursos de ação relativos aos objetivos específicos (item 3); estando já implantadas as Assessorias, as Gerências e a Secretaria Executiva-Adjunta, serão abordados, conforme programação a estabelecer:

a) desenho do sistema (racionalização das rotinas operacionais dos diversos elementos do sistema MOBREAL coerentemente com os diferentes fluxos);

b) elaboração de um plano de treinamento em função do desenho do sistema;

c) introdução progressiva de uma mentalidade de objetivos sempre conectados a prazos e a recursos (humanos, financeiros e materiais), como preparação à implantação futura da **Administração por Objetivo (APO)** e da **Atitude Gerencial**;

d) esboço de uma política de pessoal com base na observação direta (visitas) da ASSOM às COEST e COREG;

e) circulares de orientação, documentos de estratégia e manuais de operações.

— Paralelamente à **ação programada**, a ASSOM estipulará objetivos táticos referentes a pontos de estrangulamento que impedem as reformulações pretendidas; esses impedimentos — que implicam em penetração nas gerências — foram identificados como se segue:

a) desatualização dos registros da administração financeira;

b) providências em andamento, anteriores à atual linha estratégica ou originadas de decisões dos níveis superiores ao MOBREAL (regularização e controle orçamentário, instalação de minicomputador e implantação de normas de administração financeira);

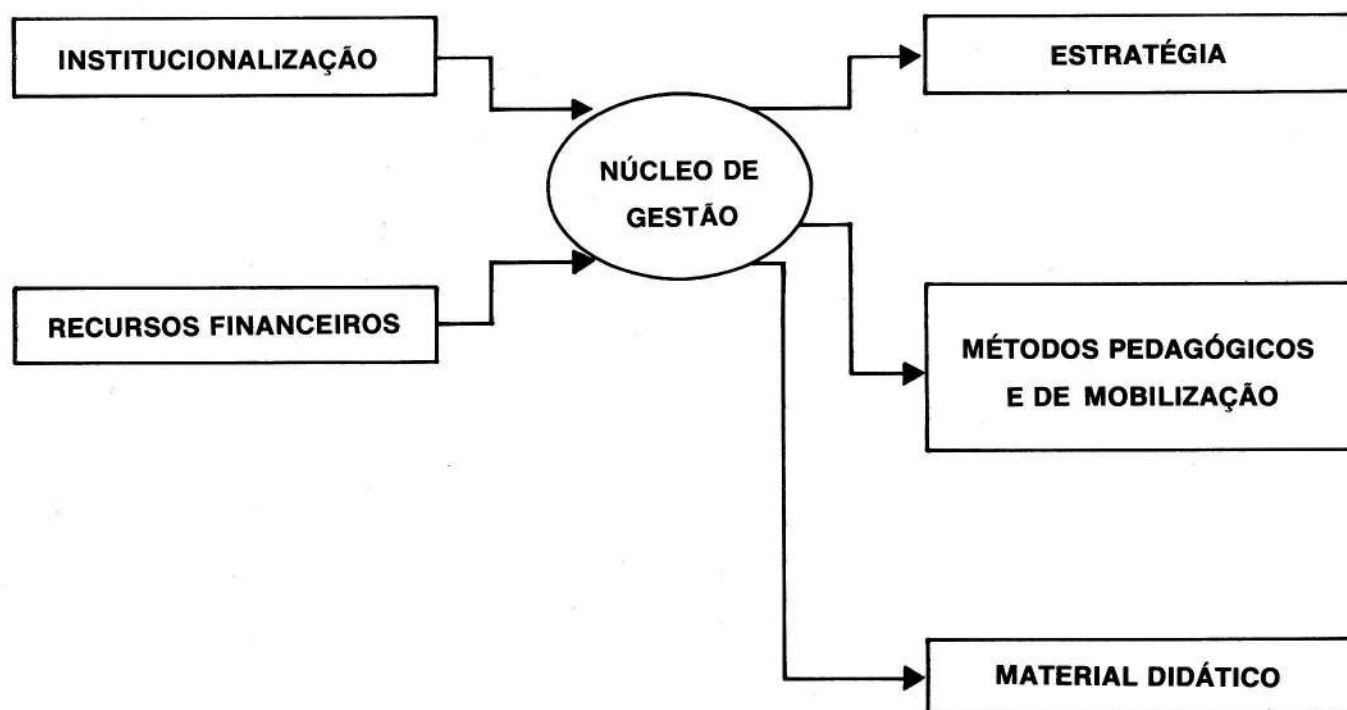
c) inexistência de normas de procedimentos para controle do material didático;

d) carência importante da infra-estrutura (comunicações, transporte, instalações e equipamentos) das COEST;

e) metodologia deficiente em relação às necessidades de decisões táticas e de estudos estratégicos, por parte do processamento de convênios e boletins de freqüência.

— A ASSOM, finalmente, completando seu quadro de providências relativas ao objetivo geral de O & M, iniciará, ainda durante o período de atuação tática para eliminação de pontos de estrangulamento, os estudos de viabilidade para computadorização eletrônica; a orientação a ser assumida é a de controlar **primeiramente** o sistema usando rotinas manuais de fácil reajustamento, permitindo assim segurança e eficiência na implantação de equipamentos sofisticados; em qualquer hipótese, prevalecerá a visão global da O & M, observando-se as repercussões de cada reformulação nos diversos elementos sobre **todo** o sistema.

1.º ESTÁGIO — INÍCIO SETEMBRO DE 1970



CARACTERÍSTICAS

a) O movimento foi deflagrado por intermédio de um núcleo de gestão simples, informal e adaptável a um processo de "feedback" contínuo, de prazos curtos, referenciado aos objetivos constantes no DOCUMENTO BASE DE IMPLANTAÇÃO (anexo 1), que estipulou "a priori" a estratégia operacional do MOBRAL.

b) Este Núcleo de Gestão teve origem na

decisão ministerial com base nos atos legais do anexo 2, viabilizados através de recursos financeiros oriundos dos instrumentos institucionais dos anexos 3 e 4.

c) O Núcleo de Gestão teve suas diretrizes gerais de ação estipuladas pela Presidência do MOBRAL, de modo a haver compatibilidade com a estratégia e estilo da ação governamental brasileira.

d) Basicamente o Núcleo de Gestão tinha suas decisões centralizadas pelo Secretário-Executivo — de modo a acelerar o processo de “feed-back” —, apoiado por uma “Unidade Técnica” (encarregada dos métodos pedagógicos e de mobilização e das diretrizes sobre material didático), por uma administração financeira e pelos serviços gerais.

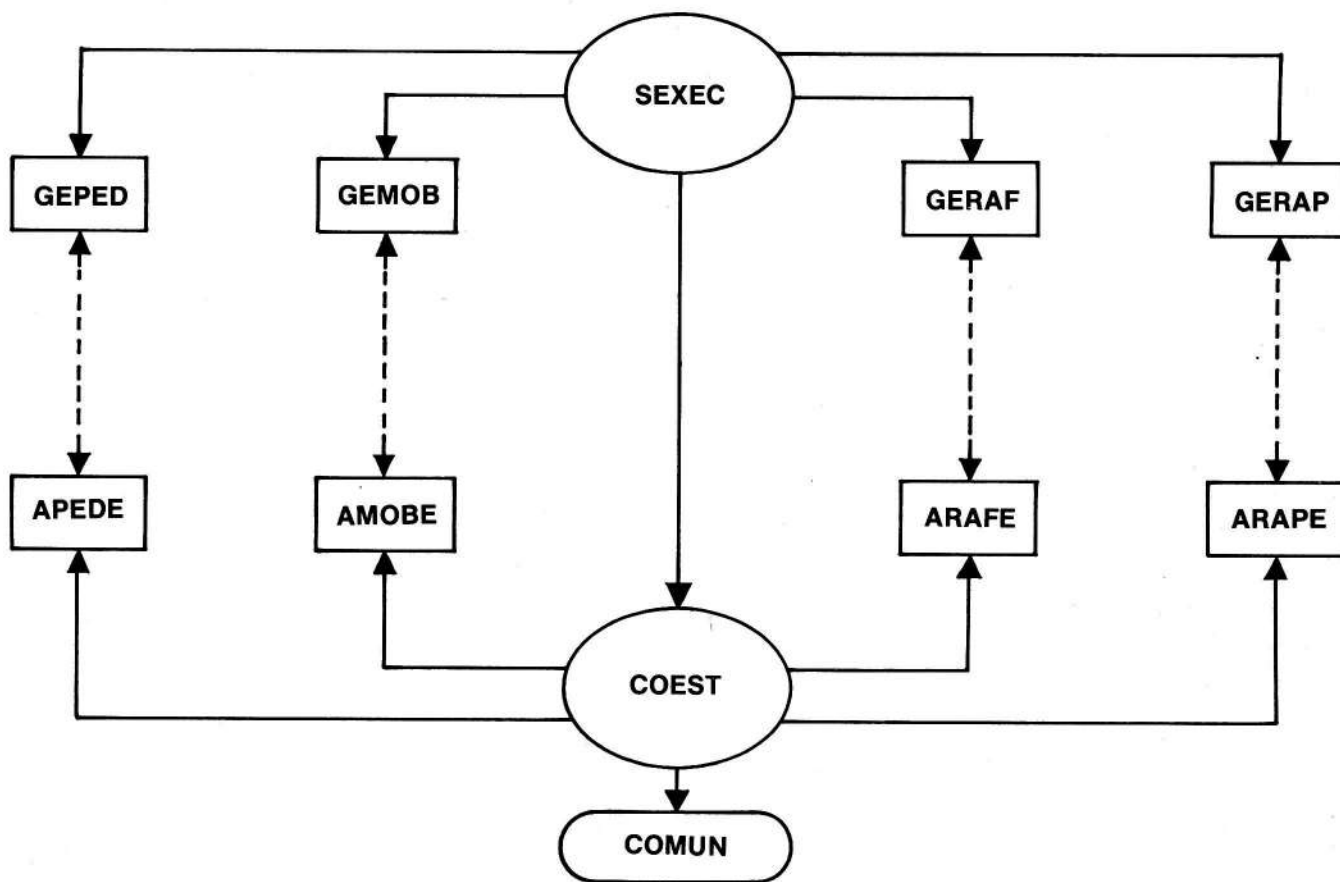
e) A logística e a elaboração do conteúdo do material didático foi entregue à iniciativa privada em regime de competição.

f) A ação política da Presidência e do Secretário-Executivo foi essencialmente móvel, dada a caracterização geográfica do

País, e visou a ativação das Coordenações Estaduais e a criação das Comissões Municipais.

g) Dada a flexibilidade permitida pelos instrumentos institucionais (os quais, à semelhança dos demais modelos de desenvolvimento brasileiro, não definem sistemas formalmente projetados, mas sim condicionantes sujeitos a alterações conjunturais dinâmicas, adaptáveis de acordo com os resultados) deu-se início ao processo de “ensaio e erro” que naturalmente conduziu o desenvolvimento do MOBRAL para outro estágio, de características diferentes.

2.º ESTÁGIO — INÍCIO ABRIL DE 1972



CONVENÇÕES

Fluxo de Decisões →

Fluxo de Normas, Supervisão & Controle, Assistência Técnica e Orientação Estratégica - - - - - →

CARACTERÍSTICAS

a) O crescimento das atividades do MOBREAL deu origem à dificuldade, progressivamente importante, de realizar o controle das ações desencadeadas, em virtude da manutenção das decisões centralizadas pelo Secretário-Executivo.

b) Em função disso foi estabelecida uma estratégia de Organização e Métodos (vide Capítulo II da presente publicação) capaz de permitir uma adaptação das condições operacionais do MOBREAL, sem originar prejuízos para a dinâmica do movimento.

c) A Estratégia de Organização e Métodos implicava, portanto, em introduzir a descentralização e as normas de modo progressivo, aceitando assim, um superposicionamento do 1.º com o 2.º estágios (condição importante, dada a diversidade das situações estaduais), como também permitindo o treinamento e a motivação para a mudança.

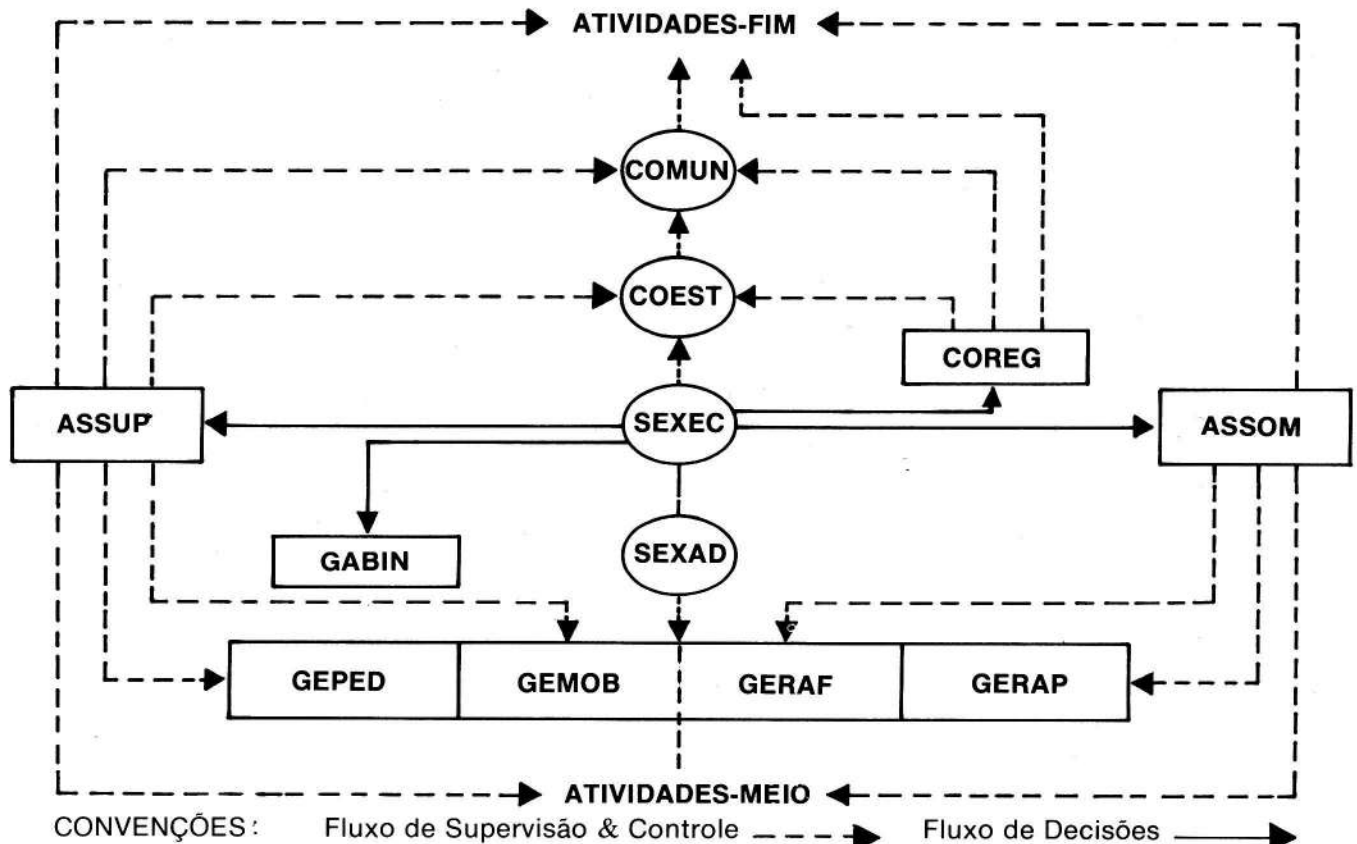
d) A descentralização implicava no desdobramento da Unidade técnica do MOBREAL/Central em duas "gerências" (ênfase na fi-

losofia gerencial, isto é, maior iniciativa por parte do 2.º escalão de decisão e nas técnicas do "management"): pedagógica e mobilização de recursos comunitários (o MOBREAL/Central ficou com quatro gerências, contando as de finanças e de apoio). Ao nível das Coordenações Estaduais foram criados os cargos de Agentes, homólogos às quatro Gerências do MOBREAL/Central.

e) A necessária coordenação induziu o surgimento do projeto de duas assessorias (ASSUP = Assessoria de Supervisão e Planejamento, ASSOM = Assessoria de Organização e Métodos), órgãos "staff" orientados para os fins (ASSUP) e os meios (ASSOM), ligados diretamente ao Secretário-Executivo, bem como a criação de funções de assessoria pessoal ao SEXEC, de relações públicas, de assuntos jurídicos e de relações internacionais.

f) A figura que se segue mostra o interrelacionamento dos elementos organizacionais, procurando equilibrá-los em relação aos meios e fins. Essas condições viabilizam o que se passou a chamar de "Sistema MOBREAL".

SISTEMA MOBREAL



3.º ESTÁGIO — INÍCIO SETEMBRO DE 1972

CARACTERÍSTICAS

- a) Evolução da estratégia no sentido da qualidade: maior ênfase na "Educação Integrada", na supervisão, nas tecnologias avançadas e introdução de normas formais na organização & métodos.
- b) Criação de uma quinta gerência, para direção do treinamento e da pesquisa, no

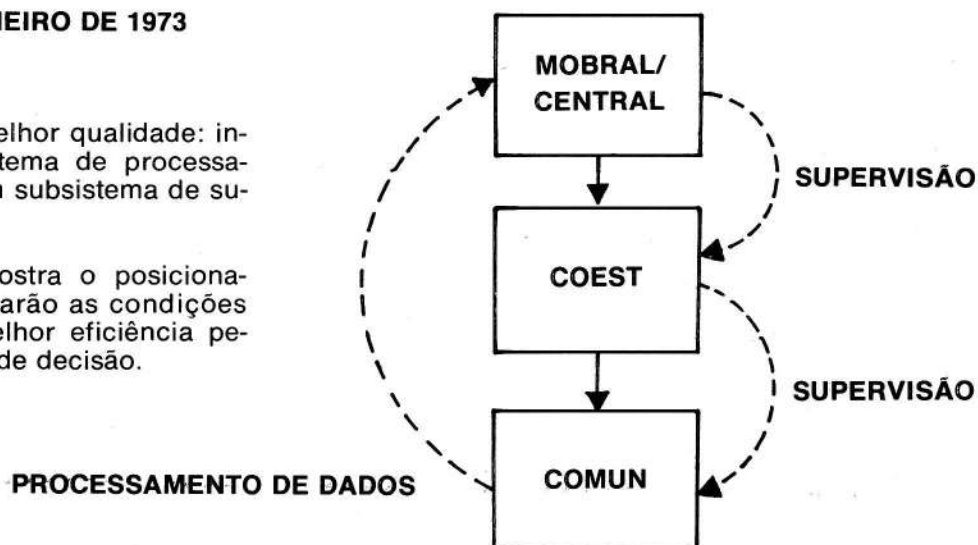
sentido do desenvolvimento dos fins e meios do MOBRAL.

- c) Este estágio também apresentará um superposicionamento em relação ao 1.º e 2.º, de maneira a não haver solução de continuidade nas diferentes ações do MOBRAL.

4.º ESTÁGIO — INÍCIO JANEIRO DE 1973

CARACTERÍSTICAS

- a) Ainda na busca de melhor qualidade: introdução de um subsistema de processamento de dados e de um subsistema de supervisão global.
- b) A figura seguinte mostra o posicionamento dos fluxos que darão as condições essenciais para uma melhor eficiência pedagógica e do processo de decisão.



Ministério da Educação e Cultura

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL

DOCUMENTO BASE DE IMPLANTAÇÃO

Guanabara, 1971

Senhor Prefeito,

A Fundação MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização, está iniciando nova fase de suas atividades, de modo a realizar um programa de impacto para a alfabetização de adolescentes e adultos, sobretudo na faixa até 35 anos de idade. Por meio de Reformas Legislativas, que dotem o MOBRAL dos recursos necessários à execução dessa tarefa, o Governo Federal pretende dar novo ímpeto à erradicação do analfabetismo no Brasil, não a situando como Campanha transitória, mas como um movimento permanente que só se extinguirá quando deixar de existir o problema do analfabetismo em nosso país.

A orientação do MOBRAL é da ampla descentralização administrativa. A direção central pretende apenas agir dentro de princípios normativos, de fiscalização e de avaliação, delegando a execução ao nível municipal. O Município e o esforço comunitário são considerados como a célula principal a partir da qual se deverá erguer o Movimento de Alfabetização.

Em particular, o MOBRAL não pretende fazer imposições, porém no que se refere à metodologia e material didático, faz-se necessária uma ressalva. Independentemente de outros recursos didático-pedagógicos que possam ser usados como complementação ao trabalho, o material a ser utilizado no programa de Alfabetização deverá ser sempre fornecido pelo MOBRAL. Esta medida, deve-se ao fato de ter sido este material elaborado dentro das características ligadas ao método da alfabetização funcional, que é a metodologia do MOBRAL.

Dentro dessa orientação, vimos pedir a Vossa Senhoria o apoio para o movimento de alfabetização a ser promovido em nosso país. Sabemos que muito já tem sido realizado, tanto no campo do ensino primário quanto no do supletivo, mas pretendemos realizar mais. Para tanto, o MOBRAL poderá auxiliar as comunidades, com suplementações financeiras, com material didático, etc. Os pormenores sobre a ação pretendida pelo MOBRAL se acham indicados nos documentos em anexo. Nesse sentido, o MOBRAL pretende instalar, nos principais Municípios do país, postos de assistência configurados em Comissões Municipais que possam levantar as facilidades já existentes para a alfabetização e examinar as necessidades específicas de cada área.

Esperando a colaboração de Vossa Senhoria nesse programa, que se antecipa como da mais alta prioridade para o desenvolvimento nacional, apresento meus protestos de elevada consideração.

Mário Henrique Simonsen
Presidente

PALAVRAS INICIAIS

Senhor Prefeito,

Permita-nos encontrar em V. S.^a um aliado inicial e permanente do que pretendemos realizar.

Temos certeza dessa constante colaboração, pois o sabemos, vivamente interessado na solução de problemas de qualquer ordem, visando o bem público.

Solicitamos que, o quanto antes possível, ponha V. S.^a em execução o que está contido no documento que segue.

Pode ser que em seu Município já esteja sendo realizada a Alfabetização Funcional, ou seja, além do ensino da linguagem, da contagem, da higiene, etc., esteja sendo também realizado paralelamente o processo de semiquificação.

Nosso pensamento não é destruir as iniciativas já existentes, e sim aproveitá-las, inclusive ampliando-as, para que o MOBRAL local realize seu objetivo.

Pode ser, também, que esses programas estejam voltados somente para o ensino da linguagem, contagem e higiene.

Por isso, encarecemos a V. S.^a:

- convidar os líderes locais para constituírem a Comissão de que falaremos adiante;
- reunir e proceder a eleição;
- instalar a dita Comissão;
- informar que, na atual etapa, o trabalho deve iniciar-se pela zona urbana e zona rural nucleada, sendo que, posteriormente, haverá orientação quanto à zona rural dispersa;
- dar, de imediato, a partida a seu labor patriótico;
- comunicar o recebimento deste documento.

Solicitamos, também, que compreenda nosso desejo de que V. S.^a torne possível o engajamento de sua assessoria na Comissão Municipal como, por exemplo, do encarregado do ensino no Município, que pode ser o Secretário-Executivo do MOBRAL local, por se tratar de elemento competente na área da educação, além de contar com auxiliares à altura da tarefa que será executada. Tão logo seja possível, encarecemos que V. S.^a nos envie o nome desse auxiliar.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Arlindo Lopes Corrêa
Secretário-Executivo

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que no Brasil se tem falado em combater o Analfabetismo.

Muitas campanhas têm sido desenvolvidas e o assunto tem preocupado a Governos sucessivos.

As causas dos insucessos têm sido várias.

Não vemos necessidade de enumerá-las, pois são do conhecimento de todos os interessados em educação.

Cabe contudo destacar:

- a) a atuação de órgãos isolados, apenas subvencionados pelo Governo e sem qualquer orientação;
- b) a ausência de acompanhamento e avaliação de métodos e da rentabilidade das subvenções;
- c) a preocupação de ensinar somente a ler e escrever, o que não é suficiente para retirar o semi-alfabetizado da sua condição de marginalização.

MOBRAL

O Movimento Brasileiro de Alfabetização, através do presente documento, pretende divulgar e colocar em prática, sua modalidade operacional, com o objetivo de, efetivamente, e no mais curto prazo, tentar a solução do problema de alfabetização em nossa Pátria.

A filosofia da "Modalidade Operacional" é fruto, entre outras coisas, dos pensamentos que se seguem:

- a) ao governo não cabe a responsabilidade total dos problemas nacionais;
- b) as comunidades que formam uma nação têm sua parcela na solução dos problemas;
- c) a comunidade que se omite, que não se une para dar a partida de solução aos seus problemas é um peso morto no esforço desenvolvimentista de uma nação;
- d) a iniciativa privada, em qualquer dos

seus ramos operacionais cabe também uma parcela na solução de problemas, uma vez que fazendo parte de comunidades podem exercer influências e contribuir para o engrandecimento local.

Contudo, por melhor e eficiente que nos pareça o pretendido, não temos a pretensão de nos livrar de falhas e equívocos.

Pelo contrário, e para que as falhas sejam mínimas, fomos examinar na história tentativas de solução do problema da alfabetização, tudo de positivo ou negativo acontecido. Assim poderemos, de um lado, usufruir as experiências válidas, e por outro lado, como aviso de suma importância, onde e como evitar as não válidas.

Além disso, o acompanhamento, a avaliação e o controle sistemáticos durante o processo, oferecem condições para intervir e modificar o curso do trabalho, quando isto se fizer necessário.

O ENCAMINHAMENTO DO PROBLEMA DE ALFABETIZAÇÃO PELO ATUAL MOBRAL

O analfabeto não é apenas do Governo; é de toda a comunidade, conforme expressamos genericamente em páginas anteriores.

Todos são responsáveis, principalmente os que gozaram dos privilégios da escola, que ele não teve.

Por isso o MOBRAL, além da ação direta do Governo, entende como aliados e peças decisivas:

I — A INICIATIVA PRIVADA

Houve uma preocupação de parte do MEC no sentido de que coubesse à iniciativa privada, a Direção do MOBRAL, nos seus vários níveis: Nacional, Regional, Estadual e Municipal.

A iniciativa privada deve visar a alfabetização, não apenas como procedimento patriótico, mas como investimento.

Alfabetização + semiquificação = maior

rendimento, melhor salário, melhor nível social, um gerador de riquezas, um melhor consumidor.

Queremos convencer o empresário brasileiro de que a expansão do seu mercado interno, está em função desse padrão social, que se pretende elevar pela Alfabetização Funcional.

II — A COMUNIDADE: MOLA-MESTRA DA OPERAÇÃO MOBRAL

A estratégia escolhida e que V.S.^a verá traduzida em gráficos, encerra, em sua parte orgânica, a fixação na comunidade das origens de todas as atividades que vitalizam e valorizam o Homem. Cabe a comunidade conhecer seus problemas, diagnosticá-los e objetivar os meios para proceder às soluções que mais se coadunam com as realidades sociais, culturais e econômicas.

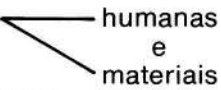
Na parte dinâmica, pretendemos reunir e dar condições de efetivo labor a entidades que se pressupõem como, há mais tempo, labutando neste setor, bem como colocar em mãos dos que têm por hábito criticar, a oportunidade de uma ação em termos não apenas verbais e, mais ainda, mobilizar uma enorme massa de jovens que pensam e sonham no futuro do país e se acham sedentos de uma parcela que lhes caiba na construção, ainda hoje, do que promoverá o amanhã tão esperado.

Convém recordar que toda comunidade que se preze não pode se sentir como peso morto num todo Nacional e que deve envidar esforços para, de maneira eficiente, tentar a solução de seus problemas e só derivar para auxílios extra-comunidade, quando esgotados os seus recursos.

Cabe à Comunidade

- I — Conhecer
- Pesquisar
- Diagnosticar

a) os aspectos — negativos e positivos

b) as potencialidades  humanas
e
materiais
dos elementos que a formam

II — Determinar:

a) normas de integração da capacidade operacional;

b) melhor aplicação dessa capacidade em busca de metas prefixadas;

c) a partir de que instante, após perfeita aplicação de suas forças reservas morais, procede o pedido extra-comunidade;

d) os termos e modalidades do auxílio extra-comunidade.

É, em síntese, o que denominamos uma

Comunidade-Ativa.

Em outras palavras: a bola de neve — o ímpeto avassalador da parcela de uma pequena força integrada progressivamente.

No parágrafo acima está a nossa estratégia de ação:

- a) todos a conhecem;
- b) todos a consideram simples;

Porém:

- a) falta quem dinamize uma comunidade;
- b) falta quem nela acredite;
- c) há a descrença da comunidade, causada por inúmeros movimentos que têm mais o sentido de promoção pessoal;
- d) falta quem se determine engrená-la.

Reconhecendo sua força avassaladora, quando montada em busca de fins concretos, sentimentos e temos fé de que o anseio de desenvolvimento socioeconômico, já não será só de cunho particular e de alguns indivíduos, mas já, definitivamente, conscientizada na pequena e grande **COMUNIDADE alicerçada**.

III — ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

Pretende o MOBRAL levar à frente a idéia da Alfabetização Funcional, isto é, **Alfabetizar sempre pensando em Educar**.

Dar ao Alfabetizando, no sentido de integrá-lo na comunidade, condições de aprendizagem, semiquificação ou aperfeiçoamento profissional cabível. Isso a curto prazo para que, de imediato, ele sinta as vantagens da educação e passe, por esforço próprio, a outros estágios de aprimoramento, dentro das necessidades locais, e de um maior benefício individual e comunitário.

O nosso pensamento básico é que uma cidade ou centro populacional seja zoneado, numa divisão mínima possível, para que a Comissão Municipal preveja:

- a) onde o aluno receberá os conhecimentos de linguagem, contagem e outros;

b) onde terá ele uma semiquificação, aprendizado ou aperfeiçoamento.

A COMISSÃO MUNICIPAL

Caberá ao Sr. Prefeito Municipal, convocar os elementos, presidir a reunião e eleição dos que ocuparão os cargos e chefias, que se fizerem necessários.

Julgamos como de bom senso e indicamos que:

a) a Presidência deva ser ocupada por alguém representativo da iniciativa privada (empresa, cooperativas, comércio, etc.);

b) não seja a Presidência ocupada pelo Prefeito do Município;

c) o cargo de Secretário-Executivo, se atribua ao respectivo de Educação no Governo Municipal.

I — CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL

A — CARGOS

I — Conselho Comunitário

II — Presidente

III — Secretário Executivo

IV — Coordenador Geral

V — Encarregado de Assuntos Financeiros

VI — Encarregado de Propaganda e Divulgação

OBSERVAÇÃO: Devem ser criadas subcomissões ligadas à Coordenação Geral, sempre que necessário, como por exemplo:

- Subcomissão de levantamentos;
- Subcomissão de determinação de áreas operacionais
- Subcomissão de preparação de monitores;
- Subcomissão de avaliação;
- Subcomissão de transporte;
- Subcomissão de fiscalização;
- e outras em atendimento às características locais e do programa.

B — CONVOCAÇÃO DE ELEMENTOS

Reforçamos aqui, o que foi externado antes quando da apresentação dos CARGOS e solicitamos, dentro do possível, que os eleitos sejam de reconhecida capacidade de ação pois os cargos não devem ser considerados, apenas, como honoríficos.

A Comissão Municipal deverá conter elementos representativos das forças vivas da Comunidade:

- Poder Executivo
- Poder Legislativo
- Poder Judiciário
- Poder Eclesiástico (todos os cultos)
- Forças Armadas
- Forças Auxiliares
- Órgãos do Governo Federal
- Órgão do Governo Estadual
- Associação Comercial
- Associação Industrial
- Associação Rural
- Associação de Profissionais liberais
- Associação de Professores
- Associação de Pais e Mestres
- Clubes Sociais
- Clubes Esportivos
- Clubes de Mães
- Clubes de Serviço
- Bandeirantes
- Escoteiros
- Sindicatos
- Cooperativas
- Empresas de Construção
- Empresas de Transporte
- Empresas de Propaganda
- Empresas de Publicidade e Jornalismo
- Colégios da rede privada
- Colégios da rede pública
- Bancos e outros da área financeira, e, de outras entidades representativas do local.

C — CONSELHO COMUNITÁRIO

O Conselho Comunitário, peça viva da atuação da comunidade, se constituirá de Representantes de todos os matizes e forças de trabalho, **inclusive de 1 aluno do MOBREAL**. Terá como função participar na formação das linhas-mestras de execução da Comissão Municipal do MOBREAL, bem como, conhecer as atividades desenvolvidas no Município.

II — COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO MUNICIPAL

A Comissão Municipal é o órgão EXECUTIVO do MOBREAL, dada a sua descentralização operacional; daí a importância do trabalho em equipe pois, da perfeita adequação de suas missões dependerá o êxito ou fracasso do que pretendemos.

DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA EM NÍVEL MUNICIPAL

PRESIDENTE

Cabe-lhe as diretrizes e comando do MOBRL Municipal, em harmonia com o MOBRL Estadual, Regional e Central; gerir o Fundo Especial do Município, com o assessoramento do Encarregado de Assuntos Financeiros. É o executor do MOBRL em âmbito Municipal, em delegação de competência

SECRETÁRIO EXECUTIVO

COORDENADOR

Coordenar e supervisionar as atividades operacionais e assessorar o Presidente na formulação dos programas e atividades.

ASSUNTOS FINANCEIROS

Terá a responsabilidade de desenvolver um trabalho junto à Comunidade a fim de arrecadar recursos complementares ao Movimento.

Organizar e manter atualizada a contabilidade do MOBRL Municipal.

Elaborar relatórios do movimento financeiro e o balanço anual.

Gerir, juntamente com o Presidente o Fundo Especial do Município.

PROPAGANDA E DIVULGAÇÃO

Utilização dos meios de divulgação locais (escritos e falados) e utilização de AUDIO-VISUAIS, no sentido de levar a comunidade a atuar efetiva e ativamente.

Divulgar as metas e o que está sendo realizado. Receber e divulgar toda a matéria de motivação e propaganda, enviada pelo MOBRL ou por quem devidamente autorizado.

Exercer todas as incumbências de Relações Públicas do MOBRL.

SUBCOMISSÕES

LEVANTAMENTO

Levantamento do que já existe na comunidade em alfabetização (movimentos, cursos, esforços individuais, etc.) **como, por quem e a quem** está atingindo; número de analfabetos, entidades, locais que possam atuar no movimento, locais disponíveis, etc.

DETERMINAÇÃO DAS ÁREAS OPERACIONAIS

Indicação dos locais onde se devem desenrolar

as ações, quer no campo da alfabetização, quer no campo do Treinamento de Alfabetizadores e da semiquificação.

PREPARAÇÃO DE ALFABETIZADORES

Recrutamento, seleção e treinamento dos alfabetizadores (Observação: os alfabetizadores deverão ser recrutados de preferência entre professores e normalistas).

TRANSPORTE

Estabelecimento de contatos com empresas, entidades públicas e privadas e ainda com particulares para facilitar o deslocamento necessário ao Movimento, inclusive dos alfabetizadores.

FISCALIZAÇÃO

Acompanhamento do que está sendo feito com o fim de se verificar se está sendo cumprido o planejado.

AVALIAÇÃO

Acompanhamento e avaliação do que está sendo feito com o fim de se medir a validade das ações, corrigir os erros e criar bases para novas etapas.

INSTRUÇÕES DIVERSAS

1 — Deverá ser comunicado ao MOBRL Estadual os Componentes da Comissão Municipal.

2 — Tão logo instalada, a Comissão deverá entrar em ação.

3 — Deverá ser levantado e enviado ao MOBRL Estadual, tudo que existe sobre Alfabetização no Município, no momento.

4 — Em relatórios separados as subcomissões Municipais deverão remeter ao MOBRL Estadual, a montagem do que lhe compete realizar, especificando de melhor maneira:

- a) quantos e quais locais destinados para a alfabetização;
- b) quantos e quais locais destinados à semiquificação;
- c) número de matriculados por faixa etária de 12 a 35 anos (prioritária) e acima de 35 anos;
- d) previsão quanto ao número de alfabetizadores;
- e) material didático necessário;
- f) as modalidades de semiquificação mais necessárias à comunidade (devem abranger todos os ramos de atividade).

MOBRAL — SUA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1 — ORGANOGRAMA

O MOBRAL tal como fazemos chegar a V. Senhoria, tem como seu órgão executivo a Comissão Municipal; os órgãos normativos e de apoio técnico e financeiros são:

- O MOBRAL
- ESTADUAL
- REGIONAL
- CENTRAL

em competências emanadas e delegadas deste último aos demais.

Haverá um Coordenador

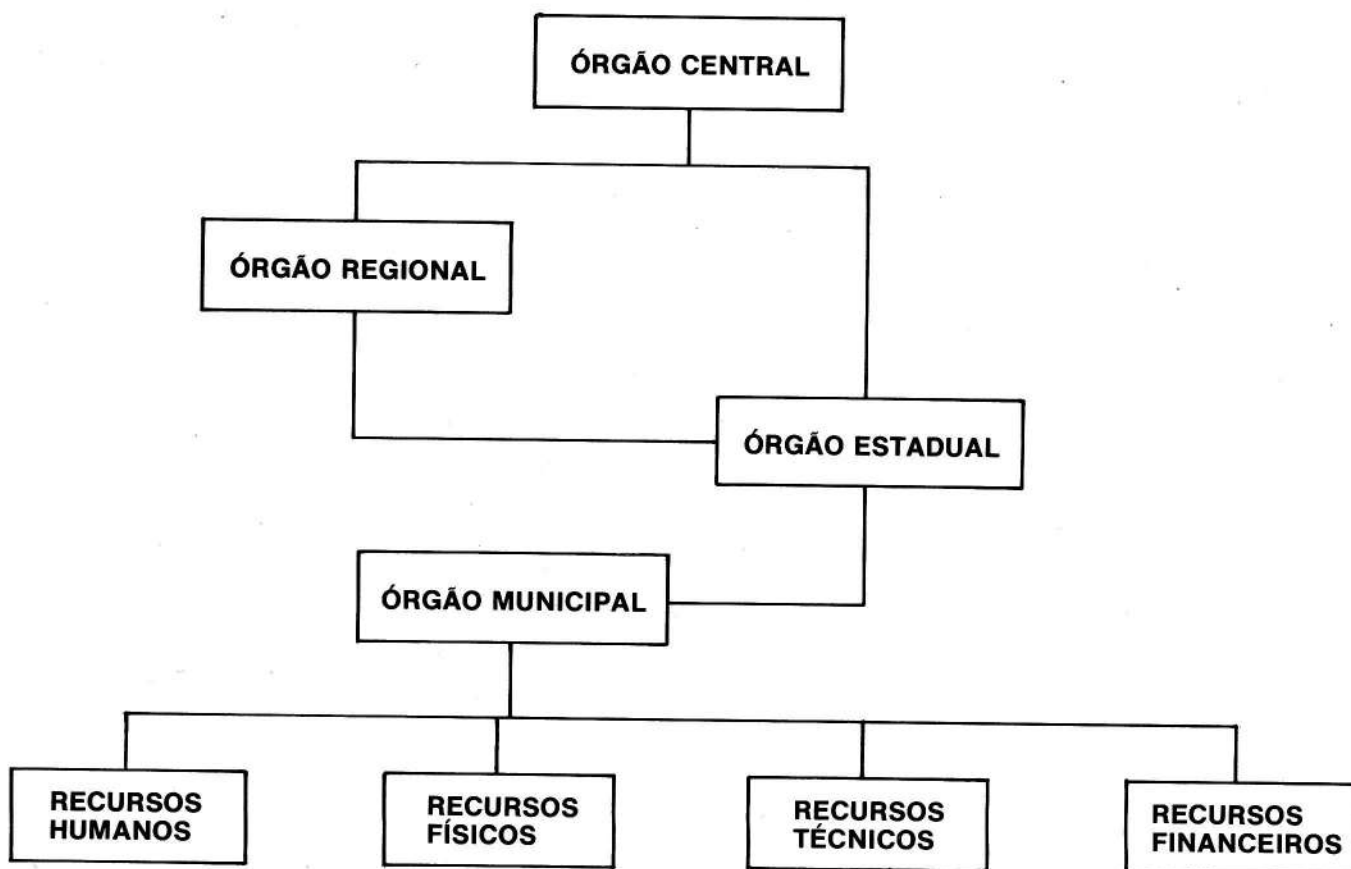
a) no Estado

b) na Região

O apoio financeiro irá, sempre, em **caráter supletivo**, pois acreditamos que a Comunidade possa e deva ter a seu cargo uma parcela dos gastos totais.

Idem quanto ao apoio técnico.

MOBRAL — ORGANOGRAMA



2 — MOBRAL — COMPETÊNCIAS

ÓRGÃO CENTRAL Normativo
<p>COMPETÊNCIA: Coordenação Geral Política Educacional Diretrizes Didáticas Planejamento Contrôlê Avaliação Recursos Financeiros Assistência Técnica</p>

ÓRGÃO REGIONAL Normativo
<p>COMPETÊNCIA: Coordenação Regional Controle Regional Avaliação Regional Recursos Humanos Assistência Técnica</p>

ÓRGÃO ESTADUAL Normativo
<p>COMPETÊNCIA: Coordenação Estadual Controle Estadual Avaliação Estadual Assistência Técnica Recursos Humanos</p>

ÓRGÃO MUNICIPAL	EXECUTIVO
<p>Composto por Representantes de todas as forças vivas da Comunidade.</p>	<p>COMPETÊNCIA: Definição de áreas Levantamento dos analfabetos Levantamento e diagnóstico que está sendo feito em alfabetização Planejamento Execução da Campanha Treinamento Acompanhamento Avaliação Fiscalização Aspectos legais da cidadania E outros</p>

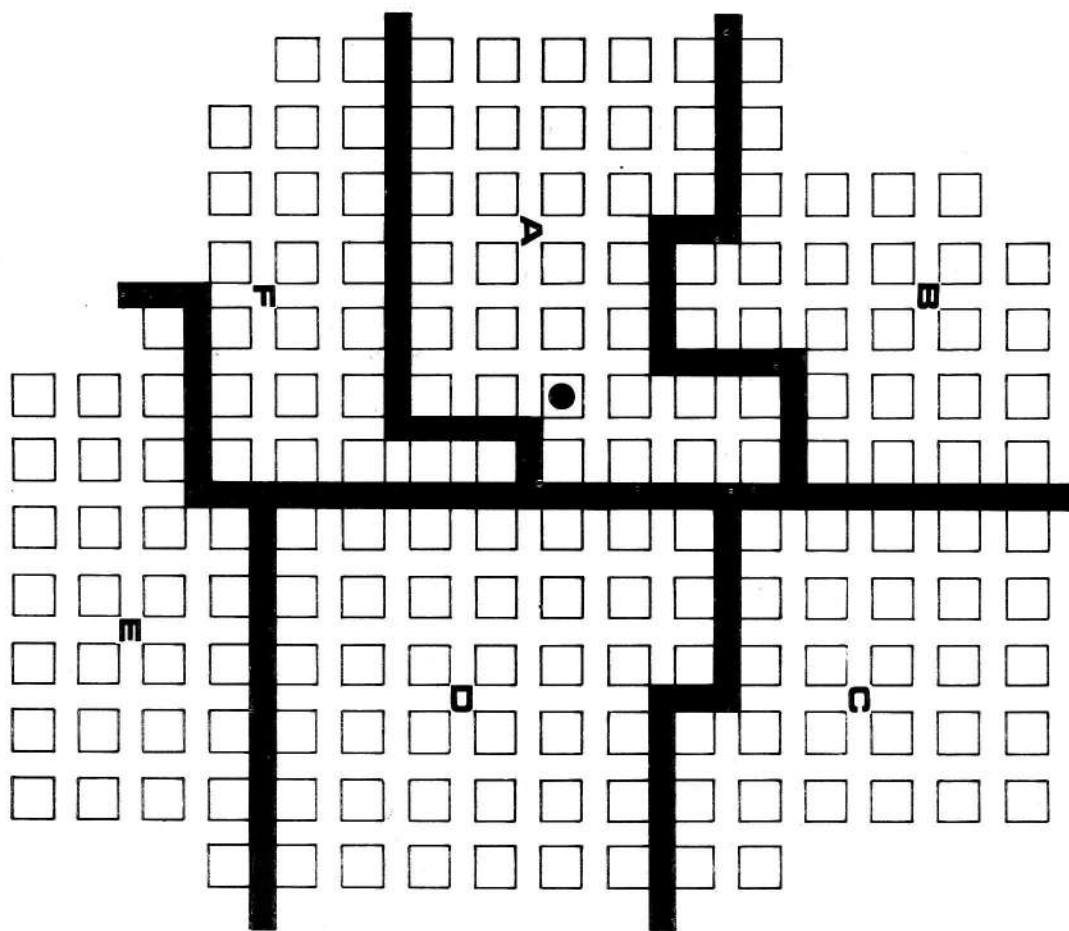
3 — MOBRAL — RECURSOS MUNICIPAIS

1	2
<p>RECURSOS HUMANOS P/LEVANTAMENTO</p>	<p>RECURSOS FÍSICOS P/POSTOS DE ALFABETIZAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> — Bandeirantes — Escoteiros — Estudantes — Associação de Classe — Clubes de Serviço — Entidades Religiosas — Clubes Esportivos — Entidades Assistenciais <p>P/ALFABETIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> — Professores — Normalistas — Estudantes — Outros Profissionais — Voluntários 	<ul style="list-style-type: none"> — Escolas — Clubes — Igrejas — Centros de Culto — Fábricas — Galpões, etc. — Quartéis — Sindicatos — Hospitais <p>P/SEMIQUALIFICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> — Fábricas — Oficinas — Obras — Granjas — Estabelecimentos Rurais — Outras Atividades
3	4
<p>RECURSOS FINANCEIROS</p>	<p>RECURSOS TÉCNICOS P/MOBILIZAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> — Cada Município montará seu esquema de obtenção de recursos locais, para complementação, se necessário, ao recebido do MOBRAL/Central através de Convênio. 	<ul style="list-style-type: none"> — Rádio — Televisão — Cinema — Slides — Imprensa

DOCUMENTOS AUXILIARES A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO

1 — A DIVISÃO DA CIDADE EM ÁREAS OPERACIONAIS — ETAPAS

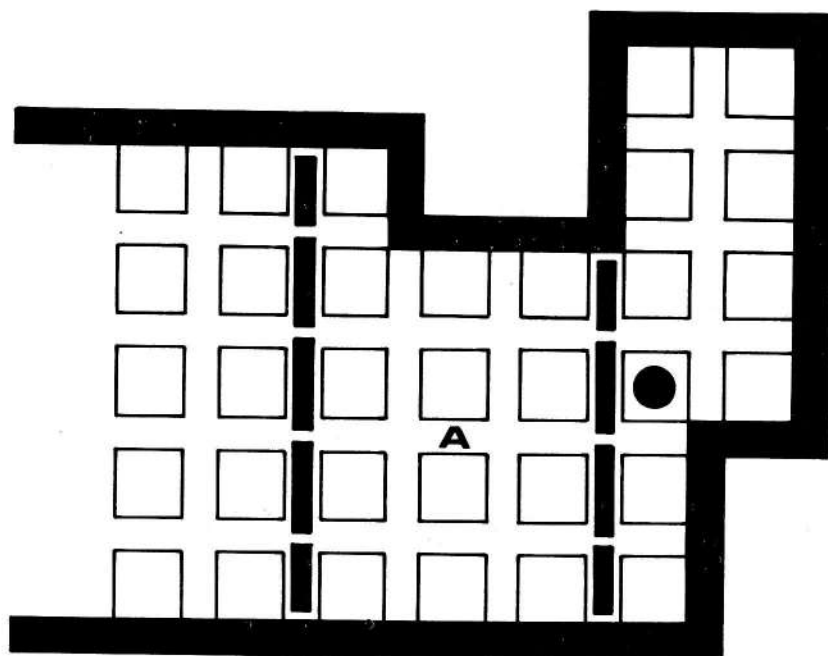
1.^a ETAPA — PARA QUE UM PROBLEMA SEJA SOLUCIONADO EM SEU TODO, FAZ-SE NECESSÁRIO ANALISAR SEUS COMPONENTES, ISTO É, ANALISAR O PROBLEMA DIVIDINDO-O EM PROPORÇÕES MENORES



2.^a ETAPA — ASSIM DIVIDE-SE A CIDADE EM BAIRROS OU VILAS OU USANDO-SE OUTRO CRITÉRIO ADEQUADO

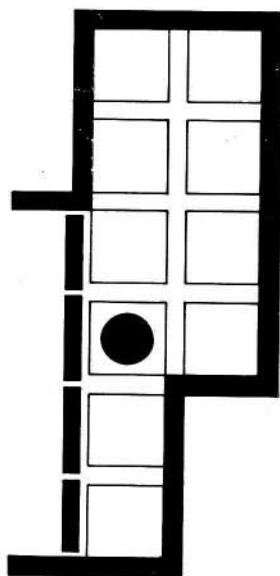
3.ª ETAPA — É NECESSÁRIO DIVIDIR PARA ATENDER AS CARACTERÍSTICAS NATURAIS DOS BAIRROS (VILAS ETC.)

4.ª ETAPA — O BAIRRO É DIVIDIDO EM NÚCLEOS POPULACIONAIS (ZONAS)



5.ª ETAPA — PARA QUE O CUMPRIMENTO DO ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO POSSA SER MAIS EFICIENTE E ATINGIR OS OBJETIVOS DO LEVANTAMENTO E DA CAPACIDADE OPERACIONAL

6.ª ETAPA — ASSIM TEMOS O ZONEAMENTO DE UM BAIRRO EM NÚCLEOS POPULACIONAIS (ZONAS) PARA



postos de alfabetização que atendem os alunos residentes dentro dessa zona

7.ª ETAPA — ELABORAR O TRABALHO PREVISTO NOS ITENS 3, 4 E 8 (COM QUADROS RESPECTIVOS). DESSE MODO, O TRABALHO SE DESENVOLVERÁ DENTRO DO MAIOR SENTIDO PRÁTICO, UMA VEZ QUE TERÁ COMO BASE O NÚMERO DE INDIVÍDUOS QUE SERÃO ATENDIDOS EM CADA ZONA, A RESIDÊNCIA DOS MESMOS E OS PROVÁVEIS LOCAIS EM QUE PODERÃO SER AGRUPADOS OS ALUNOS

2 — CRIAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL PARA ALFABETIZAÇÃO

Aconselhamos e achamos medida acertada que seja criado em cada Município o Fundo Especial para Alfabetização.

A razão óbvia é que, sendo o Município órgão executor e fundamentalmente o responsável do Movimento Brasileiro de Alfabetização, é de se entender que a ele caberá gerir a parte financeira do MOBRAL/Municipal.

Farão parte deste Fundo:

- 1) verba do próprio Município;
- 2) recursos da Comunidade;
- 3) recursos oriundos do MOBRAL/Central,

mediante convênio e liberados parceladamente.

A parte da "Verba do próprio Município" prende-se à necessidade de que, também, financeiramente, o Município participe. O "quantum" dependerá da disponibilidade de cada Município e deverá ser destinado ao Fundo logo no início do Convênio.

Como verba extra-orçamentária, seriam agregados aos demais:

- a) recursos da comunidade;
- b) suplementação por parte do MOBRAL/Central através de convênios.

3 — CONVÊNIOS

Nos convênios constarão esclarecimentos sobre:

- a) o "quantum" por aluno alfabetizado;
- b) número de matriculados;

- c) duração do curso;
- d) o "quantum" de suplementação do MOBRAL/Central;
- e) o número de parcelas;
- f) a data para o início das aulas.

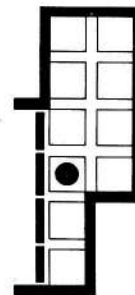
4 — DESCENTRALIZAÇÃO

Através de todos os nossos documentos referentes à implantação do MOBRAL, temos insistido no encaminhamento dos trabalhos dentro do espírito da maior e mais efetiva descentralização.

Esta descentralização nós a preconizamos no setor operacional em cada cidade ou comunidade.

Dada a importância da microzona operacional, estampamos a mesma neste documento com o objetivo de reafirmar nossa intenção de que seja perfeitamente entendida e colocada em prática.

Insistimos nesse particular por ser esta uma das razões de esperarmos a solução do problema do analfabetismo.



5 — CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DE CONVÊNIOS

Para dar maior uniformidade aos planos municipais, os convênios serão assinados com os Municípios que apresentarem entre outras, as seguintes informações:

- a) levantamento completo e número de matriculados;
- b) localização dos postos para alfabetização (localizar em um mapa simples);
- c) numerar de 1 em diante os locais de alfabetização;
- d) número de alunos que frequentarão os postos numerados;
- e) relação nominal dos alfabetizadores, in-

cluindo o endereço e o número do posto.

Uma classe para alfabetização não deve ter mais de 25 elementos; o ideal seria de 20 a 25 alfabetizandos; todavia, em obediência ao trabalho de uma mini-área operacional (zona, talvez, em alguns casos, a turma poderá ser maior ou menor de acordo com as características dessa mini-área.

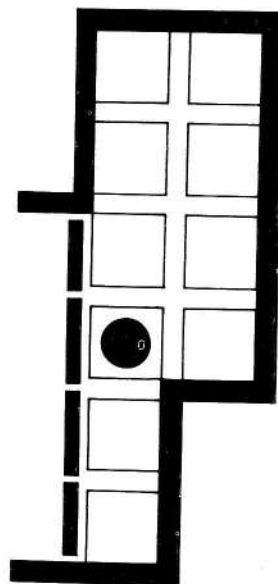
Temos plena consciência das limitações que certos Municípios sofrem e em consequência disso esperamos que gradativamente possamos, através da união de esforços, atingir nossos objetivos.

6 — LOCALIZAÇÃO DE POSTOS PARA ALFABETIZAÇÃO

Quanto menor a área operacional, tanto mais fácil será o levantamento dos analfabetos: tanto melhor, também, o relacionamento alfabetizador-aluno, valiosíssima no entrosamento e condição capital na comunicação de ensinamentos, principalmente em se tratando de adultos.

Recomendamos que, sempre que possível, o alfabetizador seja morador da mesma área porque:

- talvez já conheça os moradores;
- evita o deslocamento noturno;
- evita o natural constrangimento do analfabeto;
- na falta de outro lugar, sua casa poderá servir de Posto de Alfabetização;
- permitirá a ida do alfabetizador à casa do analfabeto sempre que necessário, como por exemplo: evasão, assistência, etc.;
- criará a consciência de liderança local, dentro de uma ação social.



7 — PESQUISA PARA LEVANTAMENTO DE ANALFABETOS NO MUNICÍPIO — UM EXEMPLO

HISTÓRICO DA PESQUISA

O QUESTIONÁRIO DA PESQUISA INVESTIGOU NO QUADRO DISCRIMINATIVO SOMENTE ANALFABETOS QUE NÃO ESTIVESSEM FREQUENTANDO ESCOLA.

A PESQUISA REALIZADA POR 102 ALUNOS DO CURSO NORMAL DO COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA NORMAL "JOÃO BLEY" FOI PROCEDIDA DAS 13 ÀS 17 HORAS, DO DIA 3 DE JULHO DE 1970.

AS INSTRUÇÕES PARA O LEVANTAMENTO FORAM DADAS PELO CHEFE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA, ÓRGÃO DA

FUNDAÇÃO IBGE, QUE TAMBÉM ORGANIZOU O QUESTIONÁRIO, SUPERVISIONOU OS TRABALHOS E PROCEDEU À APURAÇÃO.

A APURAÇÃO PRELIMINAR, QUE CONSTA NO QUADRO ANEXO, FOI REALIZADA EM 3 HORAS DE TRABALHO COM AUXÍLIO DE UM FUNCIONÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

DEMONSTRATIVO DOS LEVANTAMENTOS

LOCALIZAÇÃO DE MAIOR INCIDÊNCIA (85%) DE ANALFABETOS DAS FAIXAS DE 7 A 35 ANOS E DE 36 A 100, NA ÁREA INVESTIGADA NA CIDADE

LOGRADOUROS	7 A 35	36 A 100
RUA NITERÓI	39	69
RUA VEREADOR ANÍSIO NOVAIS	30	24
ESPLANADA DO CASTELO	20	48
RUA CARLOS SILVA	19	23

APURAÇÃO PRELIMINAR DA PESQUISA DO MUNICÍPIO DE CASTELO — ESPÍRITO SANTO

LOGRADOUROS	POPU- LAÇÃO	DOMI- CÍLIOS	DOMICÍ- LIOS S/ANAL- FABETOS	DOMICÍ- LIOS C/ANAL- FABETOS	7 A 35 ANOS/MASC.	7 A 35 ANOS/FEM.	36 A 100 ANOS/MASC.	36 A 100 ANOS/FEM.
GARAGEM	154	27	9	18	6	13	6	21
RUA VIEIRA DA CUNHA	216	36	30	6	1	4	0	2
RUA FREI MANOEL	66	14	10	4	0	5	0	0
RUA THIERS VELOSO	51	7	4	3	0	3	0	0
RUA EDMAR DIAS DA SILVA	36	6	5	1	0	0	0	1
RUA ARISTEU BORGES DE AGUIAR	79	15	10	5	0	4	0	1
RUA CRUZ MAIA	45	6	5	1	0	0	0	1
RUA MUNIZ FREIRE	72	12	9	3	1	3	0	0

8 — CHAPECÓ — OUTRO EXEMPLO

CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM CHAPECÓ — (CERRAC)

“Partimos com a idéia através do Lions Club, e desde já apelando e obtendo apoio de outros clubes de serviço, órgãos públicos e entidades civis e religiosas.”

“Apelamos à Indústria e Comércio e obtivemos de cada organização a contribuição mensal de Cr\$ 5,00.”

“Aceitação Total”	“35 Cursos”
Total das despesas	Cr\$ 7.646,20
Custo aluno	Cr\$ 9,56
Gratificação do Alfabetizador	Cr\$ 40,00 p/mês
Duração	4 meses

“E assim 800 alunos foram alfabetizados”

9 — ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO DO MOBIL MUNICIPAL

- 1 — ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO
TRABALHO DO PREFEITO
Escolher os elementos da comissão entre os líderes locais.
Enviar decreto à Câmara dos Vereadores formalizando a comissão e o seu Regulamento.
- 2 — PROPAGANDA DO MOVIMENTO
TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DE PROPAGANDA
Usar discos, rádios, imprensa, cartazes etc.
- 3 — LEVANTAMENTO DO N.º DE ANALFABETOS NA ZONA URBANA

TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DE LEVANTAMENTO

Dividir a cidade em setores (bairros, vilas, etc.).

Dividir os setores em zonas menores (núcleos populacionais).

Fazer uma ficha para ser preenchida em cada casa visitada.

Alunos de colégio percorrerão as casas das pequenas zonas preenchendo as fichas e **fazendo as inscrições para o curso.**

para o curso.

Levantar os locais prováveis para funcionamento das classes.

Organizar o quadro “Resumo do Levantamento”.

ZONAS	N.º DE ANALFABETOS	N.º DE ANALFABETOS DE 12 A 35 ANOS	N.º DE ALUNOS INSCRITOS
			12 A 35 ANOS DE MAIS DE 35 ANOS

4 — LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE ALFABETIZAÇÃO EM UM MAPA TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DE LEVANTAMENTO

Instalar um posto **para cada conjunto de 25 alunos inscritos**, localizado dentro da **zona de residência**.

Numerar os postos de 1 em diante, localizando-os em um mapa simples.

5 — CONVOCAÇÃO DE ALFABETIZADORES TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DE PREPARAÇÃO DE ALFABETIZADORES

Recrutar os alfabetizadores entre os professores e estudantes.

Treinar os alfabetizadores.

OBSERVAÇÃO: Este trabalho precisa ser muito bem feito. Siga o roteiro anexo.

6 — LEVANTAMENTO DAS DESPESAS TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DE FINANÇAS

Calcular o volume das despesas tendo em vista:

- a) pagamento dos Alfabetizadores;
- b) pagamento do material didático (no valor de Cr\$ 2,83);

c) outras despesas que julgarem necessárias;

d) fazer o cálculo do preço-aluno, que é igual a:

(Pagamento do alfabetizador x n.º de meses) + material didático + outras despesas

N.º de alunos

7 — CRIAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE ALFABETIZAÇÃO

TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DE FINANÇAS

O Fundo será constituído de:

- a) verba da Prefeitura;
- b) verba da Comunidade (doações ao MOBRL);
- c) verba do MOBRL/Central.

8 — REMESSA DA DOCUMENTAÇÃO AO MOBRL ESTADUAL

TRABALHO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

a) Relação dos nomes que compõem a Comissão Municipal.

b) Quadro Resumo de que trata o item 3.

c) Mapa com os postos de alfabetização de que trata o item 4.

d) Quadro com os seguintes dados:

N.º DO POSTO	ENDEREÇO	NOME DO ALFABETIZADOR	N.º DE ALUNOS
--------------	----------	-----------------------	---------------

a) Levantamento das despesas e do Fundo.

9 — ASSINATURA DO CONVÊNIO

Na capital com a presença de:

Prefeito

Presidente da Comissão

(ou representantes unidos de procurações)

1.1 — a filosofia do Movimento;

1.2 — a sistemática de trabalho;

1.3 — o acompanhamento, a avaliação e o controle.

2 — Objetivos educacionais e instrucionais do MOBRL:

2.1 — a nova concepção da educação de adultos e adolescentes;

2.2 — o atendimento quantitativo e qualitativo;

2.3 — a metodologia, processos e técnicas;

2.4 — a pesquisa para a ação: instrumentais.

10 — INÍCIO DAS AULAS

O trabalho do alfabetizador deverá ser orientado, acompanhado e avaliado por pessoas designadas pela Comissão Municipal para esse fim.

3 — O papel do alfabetizador:

3.1 — o compromisso;

3.2 — a tarefa e as condições essenciais ao desempenho;

ESQUEMA BÁSICO PARA TREINAMENTO DE ALFABETIZADORES

1 — O Movimento Brasileiro de Alfabetização, seus objetivos e sua ação:

- 3.3 — o aluno-adulto e suas características específicas;
- 3.4 — a mobilização de recursos para o ensino;
- 3.5 — a evasão; causas e efeitos;
- 3.6 — a avaliação, conceitos e etapas;
 - 3.6.1 — como avaliar;
 - 3.6.2 — quando avaliar;
 - 3.6.3 — para que avaliar.
- 3.7 — colaboração do MOBRAL/Central para o alfabetizador.

Você, como alfabetizador observou seus alunos e pode, em geral, dizer quais os que tiveram um aproveitamento satisfatório.

É bem provável que nem todos estejam no mesmo nível de aprendizagem e talvez você tenha dúvidas sobre quais são os que realmente já estão **alfabetizados**.

É claro que só você, que está junto a eles e acompanhou durante meses o seu desenvolvimento, pode dizer se A ou B já está ou não alfabetizado.

No entanto, queremos, a título de colaboração, lembrar certos aspectos muito importantes, que se observados lhe darão alguns indícios de **avaliação**.

Por exemplo:

- o aluno-adulto deve saber escrever o seu

próprio nome, seu endereço e o de toda a sua família;

- deve ser capaz de escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, bem como redigir um requerimento, se for orientado quanto às exigências da lei;

- é necessário que ele saiba resolver pequenos problemas simples, sobre os acontecimentos do dia-a-dia como:

- somar ou conferir notas de compra;
- calcular os gêneros alimentícios que precisa comprar para sua família;
- fazer troco com o dinheiro em circulação (notas e moedas);
- fazer previsão do tempo necessário a viagens e deslocamento em condução;

- ele necessita, igualmente, saber **expressar-se** oralmente e por escrito, de maneira simples mas compreensível comunicando suas idéias sobre tal ou qual assunto;

- é importante que ele saiba ler e interpretar pequenos trechos (notícias de jornal, cartas, etc.), como também consultar catálogos de telefones ou ruas;

- e finalmente é **importantíssimo**, que ele **leia e execute** ordens escritas.

Você como professor deve fazer com que seus alunos realizem tarefas ou atividades que envolvam esses dez aspectos e aos que bem desempenharem, pelo menos, sete delas, você poderá conferir o certificado de ALFABETIZADO.

10 — MATERIAL DIDÁTICO

Quando iniciamos nossos trabalhos em junho de 1970 externamos nosso propósito de, em princípio, aceitar a utilização de qualquer material didático, desde que aprovado pelo MOBRAL.

Após a 1.^a etapa de nosso trabalho, razões de múltiplas origens obrigam-nos a reformular o pensamento inicial, dando uma versão nova.

Entre as razões que influíram na reformulação, citamos:

a) na avaliação, constatou-se que em alguns locais não foram atingidos os objetivos da alfabetização funcional, que é diretriz básica do MOBRAL, em decorrência de metodologia e materiais didáticos inadequados;

b) estabelecimento de um mínimo que determine a aquisição de conhecimento, atitudes, habilidades, culturação em vista da promoção humana.

Nossa determinação é no sentido de que o material didático do MOBRAL/Central seja obrigatoriamente usado.

Qualquer outro material, desde que devidamente ouvido o MOBRAL/Central, poderá ser utilizado, **a título de complementação**.

Ainda como medida de ordem técnica, informamos:

- 1) que a distribuição do material didático obedecerá a um planejamento de nosso Setor Técnico;
- 2) a data de início de aulas será, também, fixada para que controle, acompanhamento, remessa de dinheiro conveniado, avaliação e outras atividades se apoiem em termos mais seguros possíveis.

Deverão ser enviados relatórios de atividades e comunicações de fatos que possam ser divulgados, como históricos em nosso trabalho na erradicação do analfabetismo. Todo o esforço realizado é digno de registro e comunicação.

11 — AVALIAÇÃO

ALGUMAS IDÉIAS E SUGESTÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MOBRL A NÍVEL DE MUNICÍPIO

1) A importância do ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Dentre as tarefas de Execução a cargo das Comissões Municipais podem se destacar como principais aquelas que se referem ao ACOMPANHAMENTO e à AVALIAÇÃO do Programa de Alfabetização.

Entende-se por ACOMPANHAMENTO a observação direta ou indireta do desenvolvimento dos trabalhos. De preferência deve-se utilizar a observação direta uma vez que através dessa forma os resultados são mais produtivos e sujeitos a menor número de riscos e imperfeições.

A AVALIAÇÃO inclui, além do ACOMPANHAMENTO, o registro sistematizado e periódico de fatos que possam significar sucesso ou insucesso para o trabalho.

O ACOMPANHAMENTO bem feito facilita a AVALIAÇÃO, uma vez que fornece dados importantes para uma análise objetiva, bem como, indica soluções e aperfeiçoamento, que podem ser introduzidos no decorrer do Programa de Alfabetização.

2) Itens que devem ser considerados no ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.

Alguns aspectos devem representar uma preocupação constante dentro das atividades de ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO; por exemplo:

- a) relacionamento entre alfabetizadores e alunos e vice-versa;
- b) o uso do material didático:
 - aceitação por parte dos alunos;
 - aceitação por parte dos alfabetizadores;
 - utilização efetiva do Manual do Professor (indicações, recomendações etc.).
- c) a frequência:
 - controle de frequência;
 - causas de evasão (faltas e desistências).
- d) o treinamento do alfabetizador:
 - duração do treinamento (horas dispendidas);
 - recursos utilizados no treinamento (Manual do Professor, material visual, etc.);

- preparação do alfabetizador para o trabalho com o adulto.

3) Sugestões para um esquema de ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Algumas sugestões práticas para o registro sistematizado das observações:

1.^a Elaboração de um plano de ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- os locais a serem visitados;
- o tempo disponível — datas;
- os recursos necessários (humanos e materiais).

2.^a Relatórios **objetivos** das visitas realizadas (considerando os itens a, b, c e d da Parte 2 deste esquema).

3.^a Organização de um fichário por classe de alfabetização, contendo dados referentes aos aspectos considerados na Parte 2 deste esquema.

4) O papel do ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO de alfabetização

Em princípio, o êxito dos programas, ora em andamento bem como dos futuros, serão um resultado da **IMPORTÂNCIA** que as Comissões Municipais derem a essas atividades de ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.

Em relação aos programas já em **realização** tais atividades servirão para:

- que se descubram falhas que passariam despercebidas;
- que se identifiquem as causas de falhas e problemas;
- que se ponham em prática de maneira imediata medidas corretivas ou de aperfeiçoamento.

Em relação a programas futuros as atividades de ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO que forem desde já sendo postas em prática servirão:

- como base para orientar a organização e o funcionamento do MOBRL, em todos os seus escalões;
- como elementos para um trabalho mais produtivo em que os recursos humanos, físicos, financeiros tenham um maior rendimento.

12 — AS PRIMEIRAS CONQUISTAS DO ADULTO ALFABETIZADO:

1 — Certificado de Conclusão do Curso:
Uma realidade pessoal, testemunho de sua vontade de lutar e vencer na vida.

2 — Título Eleitoral
Cidadão brasileiro de direito e fato que se fará presente para os destinos de seu Município, Estado ou País.

3 — Carteira Profissional
— Indício de qualificação profissional.
— Começo de suas conquistas sociais.

— Uma defesa de inúmeros interesses pessoais e familiares.

4 — Serviço Militar — Certificado
Quitação como alfabetizado, caso não tenha o certificado
Substituição do existente como "analfabeto" por outro "alfabetizado"

OBSERVAÇÃO: A Comissão Municipal e o Alfabetizador devem encaminhar o aluno aos órgãos competentes para a obtenção dos documentos; quando possível, a Comissão deve entrar em contato com esses órgãos a fim de facilitar os procedimentos legais dessa obtenção.

Ministério da Educação e Cultura

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL

Lei n.º 5.379

De 15/12/1967

Prevê sobre alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a **alfabetização funcional** e, principalmente, a **educação continuada de adolescentes e adultos**.

Parágrafo Único — Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em seis períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. **Após** esses dois períodos, a educação continuada de adultos **prosseguirá** de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2.º — Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que foram fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3.º — É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília.

Art. 5.º — O MOBRAL será o **órgão executor** do Plano anexo de que trata o art. 3.º.

Art. 6.º — O MOBRAL gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seu estatuto e o decreto do Poder Executivo que o aprovar.

Art. 7.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) por dotações orçamentárias e subvenções da União;
- b) por doações e contribuições de entidades de direito público e privado, nacionais, internacionais ou multinacionais, e de particulares;
- c) de rendas eventuais.

Art. 8.º — O titular do Departamento Nacional de Educação será o Presidente da Fundação.

Art. 9.º — O pessoal do MOBRAL será, pelo seu Presidente, solicitado ao Serviço Público Federal.

Art. 10 — O MOBRAL poderá celebrar convênios com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais e multinacionais, para execução do Plano aprovado e seus reajustamentos.

Art. 11 — Os serviços de rádio, televisão e **cinema educativos**, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado ao Plano a que se refere o art. 3.º.

Art. 12 — Extinguindo-se, por qualquer motivo, o MOBRAL, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 13 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

(ass.) ARTHUR DA COSTA E SILVA
TARSO DUTRA

Decreto-Lei n.º 665

De 2/07/1969

Altera o Art. 8.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que prevê sobre a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 8.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8.º** — O Presidente da Fundação será nomeado pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Educação e Cultura, com mandato de três anos.”

Art. 2.º — O presente Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

Ministério da Educação e Cultura

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL

Decreto n.º 62.484

De 29/3/1968

Aprova o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição, e de acordo com o art. 6.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que com este baixa, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

(ass.) ARTHUR DA COSTA E SILVA
TARSO DUTRA

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º — O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Fundação instituída pelo Poder Executivo, nos termos do art. 4.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, terá por finalidade a execução do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, aprovado pelo art. 3.º da mesma Lei e sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 2.º — Para a consecução de seus fins, a Fundação organizará serviços específicos, celebrará quaisquer ajustes com entidades ou autoridades, e, nos termos do art. 11 da lei referida no art. 1.º, contará com os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, os quais, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado no Plano mencionado no artigo anterior.

Art. 3.º — A programação das atividades da Fundação obedecerá aos preceitos da citada Lei n.º 5.379 e ao Plano pela mesma aprovado e levará em conta as conclusões dos Grupos de Trabalho instituídos pelos Decretos n.ºs 61.311, 61.312, 61.313 e 61.314, datados de 8 de setembro de 1967.

CAPÍTULO II

Da Sede, do Foro e da Autonomia

Art. 4.º — A Fundação, de duração indeterminada e com jurisdição em todo o território nacional, terá sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, até que se torne possível sua transferência para Brasília.

Art. 5.º — A Fundação gozará de autonomia administrativa e financeira.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e dos Recursos

Art. 6.º — O patrimônio da Fundação será constituído pelos bens, valores, rendas e direitos que lhe forem doados ou que a mesma vier a adquirir.

Parágrafo Único — Os bens e direitos da Fundação serão utilizados apenas para a consecução de seus objetivos, permitida, todavia, a sublocação de uns e outros, para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 7.º — Constituirão recursos da Fundação:

- a) as contribuições, auxílios ou subvenções de entidades de direito público ou privado, nacionais, multinacionais ou estrangeiras, e de particulares;
- b) as rendas de seu patrimônio;
- c) as rendas de qualquer espécie a seu favor constituídas por terceiros;
- d) os recursos provenientes das fontes indicadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto n.º 61.311, de 8 de setembro de 1967;
- e) as rendas decorrentes dos serviços que prestar;
- f) os rendimentos eventuais, inclusive da venda de material didático.

CAPÍTULO IV

Da Administração e da Organização

Art. 8.º — A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

- a) Presidência
- b) Conselho Administrativo e
- c) Conselho de Curadores.

Art. 9.º — A Presidência da Fundação será exercida pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, conforme o disposto no art. 8.º da Lei n.º 5.379, mencionada.

Parágrafo Único — Em suas faltas ou impedimentos o residente será substituído pelo substituto legal do Diretor de que trata o artigo, ou por quem venha a ser expressamente designado pelo Poder Executivo.

Art. 10 — A Fundação terá um Secretário-Geral.

Art. 11 — O Conselho Administrativo será constituído de cinco (5) membros titulares e três (3) suplentes.

Art. 12 — O Conselho de Curadores será constituído de três (3) membros titulares com igual número de suplentes.

Art. 13 — O Secretário-Geral e os membros dos Conselhos Administrativo e de Curadores serão designados pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 1.º — Os membros do Conselho Administrativo deverão ser recrutados dentre personalidades dos setores público e privado, com conhecimento especializado ou especial interesse no problema da alfabetização.

§ 2.º — O mandato dos Conselheiros será de três anos.

§ 3.º — Os serviços prestados pelos membros dos Conselhos serão considerados de caráter relevante.

§ 4.º — Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar, sem justificação, a 3 (três) reuniões consecutivas.

§ 5.º — Em caso de vacância, o Conselheiro que for designado, completará o período restante do mandato.

Modificado pelo Decreto-Lei 665 de 5/7/69, em cuja conformidade a presidência do MOBREAL é provida por nomeação do Presidente da República, para o exercício do mandato de três anos.

CAPÍTULO V

Das atribuições dos Órgãos

Art. 14 — A Presidência compete:

- I — Orientar, dirigir e coordenar as atividades da Fundação e os trabalhos dos respectivos serviços, os quais poderá criar, transformar e extinguir;
- II — Representar a Fundação em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, podendo inclusive, delegar poderes e constituir mandatários;
- III — Receber bens, doações e ajudas financeiras, destinadas à Fundação, e movimentar as respectivas contas bancárias;
- IV — Celebrar, com aquiescência do Conselho Administrativo, os ajustes previstos no art. 2.º;
- V — Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- VI — Aprovar o plano anual de atividades;
- VII — Aprovar licitações, firmar contratos e autorizar as consequentes despesas e os res

- pectivos pagamentos;
- VIII — Solicitar, aos órgãos do serviço público federal, a cessão de funcionários nos termos do art. 9.º da Lei n.º 5.379, citada;
- IX — Admitir, movimentar, dispensar outros servidores, que se tornarem necessários, os quais poderão ficar sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho ou ser retribuídos pela prestação de serviços eventuais sem vínculo de emprego;
- X — Aprovar instruções para funcionamento dos serviços;
- XI — Fixar as atribuições do Secretário-Geral, ao qual poderá delegar competência para a execução de determinadas tarefas, das enunciadas nos incisos anteriores.

Art. 15 — Ao Conselho Administrativo compete:

- I — Cooperar com a Presidência na elaboração do Plano de organização dos serviços básicos da Fundação e a estrutura de seus órgãos, e com o Secretário-Geral, no desempenho de funções que lhe forem conferidas ou delegadas;
- II — Propor à Presidência as medidas que julgar de interesse para a eficiência e a melhoria da execução dos planos aprovados;
- III — Opinar sobre:
- a) os projetos, estudos e assuntos encaminhados ao seu exame
 - b) doações e ajustes que interessem à Fundação
 - c) a criação de funções sujeitas à admissão pelo regime da legislação trabalhista ou para serviços eventuais
 - d) a fixação de atribuições de que trata o inciso IX do artigo anterior.
- IV — Aprovar o regimento interno da Fundação, apresentado pelo Presidente;
- V — Autorizar a aquisição, hipoteca, promessa de compra e venda, cessão, locação, arrendamento, alienação ou qualquer outra operação relativa a imóveis.

Art. 16 — Ao Conselho de Curadores compete:

- I — Aprovar anualmente o orçamento e a programação financeira da Fundação proposta pelo Presidente;
- II — Apreciar, mensalmente, os balancetes apresentados pela Presidência;
- III — Pronunciar-se, durante o primeiro semestre, sobre relatório da Presidência, acompanhado do processo das contas do exercício anterior, instruído com balanços anuais e inventários e com elementos complementares elucidativos da situação financeira e patrimonial;
- IV — Requisitar da Presidência as informações que se tornarem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições;
- V — Examinar, a qualquer tempo, por iniciativa ou por solicitação da Presidência, livros e documentos relacionados com a escrituração financeira e patrimonial.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 17 — A Fundação adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Regime Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo e de comprovante da publicação oficial deste estatuto e do decreto que o tiver aprovado.

Art. 18 — A Fundação gozará dos privilégios concedidos legalmente às instituições de utilidade pública.

Art. 19 — Extinguindo-se, por qualquer motivo, a Fundação, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 20 — Para apresentação, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que adquirir personalidade jurídica do cronograma para a execução das etapas operacionais indicadas no item 14 do Plano aprovado pelo art. 8.º da referida Lei n.º 5.379, a Presidência da Fundação constituirá Grupos de Trabalho, na conformidade dos elementos que serviram de base para a formulação do mesmo Plano.

Art. 21 — Na admissão de pessoal inclusive de natureza eventual ou para prestação de serviço especial retribuído mediante recibo, na realização de qualquer tipo de congresso ou reunião, e na celebração de convênios, acordos ou contratos, deverão ser observadas, sempre, as normas estabelecidas nas Portarias Ministeriais 5, 19, 25 e 71, respectivamente, de 19 de setembro de 1967, 17 e 30 de janeiro de 1968, e suas modificações.

(ass.) TARSO DUTRA

DECRETO-LEI N.º 594

De 27 de maio de 1969

“Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências”

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º — Fica instituída a Loteria Esportiva Federal, para a exploração, em qualquer parte do Território Nacional, de todas as formas de concursos de prognósticos esportivos.

Art. 2.º — Fica o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, através da Administração do Serviço de Loteria Federal, com a colaboração das Caixas Econômicas Federais, incumbido de dar execução aos serviços relacionados com concurso de prognósticos esportivos.

Art. 3.º — A renda líquida obtida com a exploração da Loteria Esportiva Federal será, obrigatoriamente, destinada a aplicações de caráter assistencial, educacional e aprimoramento físico, e será distribuída de acordo com programação expedida pelo Poder Executivo, observadas as seguintes taxas:

- a) 40% (quarenta por cento) para programas de assistência à família, à infância e à adolescência, a cargo da Legião Brasileira de Assistência;
- b) 30% (trinta por cento) para programas de educação física e atividades esportivas;
- c) 30% (trinta por cento) para programas de alfabetização.

Art. 4.º — O Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua vigência, deverá apresentar ao Ministro da Fazenda anteprojeto de regulamentação do presente Decreto-Lei, para ser submetido ao Presidente da República.

Art. 5.º — A Loteria Esportiva Federal fica sujeita ao pagamento de cota de previdência de 10% (dez por cento) sobre a importância bruta de sua receita, a qual será integralmente recolhida ao Banco do Brasil S/A em guia própria, à conta do “Fundo de Liquidez da Previdência Social”.

Art. 6.º — Considera-se renda líquida, para os efeitos deste Decreto-Lei, a que resultar da renda bruta, deduzidas exclusivamente as despesas de custeio e manutenção dos serviços de Loteria Esportiva Federal, que se deverão manter dentro dos limites fixados pelo Poder Executivo.

Art. 7.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

(ass.) **ARTHUR DA COSTA E SILVA**

Antônio Delfim Neto
Favorino Bastos Mércio
João Paulo dos Reis Veloso

- Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
Lei 5.379, de 15/12/67 (D.O. 19/12/67)
- Aprovação dos Estatutos do MOBRAL
Decreto 62.484, de 29/3/68 (D.O. 2/4/68)
- Registro do MOBRAL (Proc. 218.381/68)
n.º 18.963, de 30/4/68
Cartório Álvaro César de Melo Menezes — GB
- Decreto n.º 665, de 2 de julho de 1969
Altera o Art. 8.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967

Leis e Decretos relativos à alfabetização funcional e educação continuada de adultos.

- Decreto 61.311, de 8/9/67 (D.O. 11/9/67)
“Prevê sobre a constituição de grupo de trabalho interministerial, para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização.”
- Decreto 61.312, de 8/9/67 (D.O. 11/9/67)
“Prevê sobre a utilização de emissoras de televisão nos programas de alfabetização.”
- Decreto 61.313, de 8/9/67 (D.O. 11/9/67)
“Prevê sobre a constituição da Rede Nacional de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos e dá outras providências.”
- Decreto 61.314, de 8/9/67 (D.O. 11/9/67)
“Prevê sobre a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo.”
- Lei 5.400 de 21/3/68 (D.O. 22/3/68)
“Prevê sobre a alfabetização de adultos em idade militar.”
- Presidente da República — A. Costa e Silva e Ministro da Educação — Tarso Dutra.

DECRETO-LEI N.º 1.124

De 8 de setembro de 1970

Permite deduções do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Nos exercícios financeiros de 1971 a 1973, inclusive, as Pessoas Jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda devido, as quantias destinadas à aplicação nos programas de alfabetização aprovados pela Fundação MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização — de acordo com os critérios que forem fixados, conjuntamente, pelos ministros da Educação e Cultura e Fazenda.

Art. 2.º — As deduções do Imposto de Renda devido poderão ser realizadas, sem prejuízo dos incentivos fiscais em vigor, através de uma das seguintes modalidades:

- I — Dedução das quantias que tiverem doado à Fundação MOBRAL no ano-base, no valor mínimo de 1% (um por cento) e máximo de 2% (dois por cento) do imposto de renda recolhido no próprio ano-base;
- II — Indicação na declaração de rendimentos das importâncias que serão recolhidas à ordem da Fundação MOBRAL para aplicação em projetos específicos de alfabetização, até o limite de 1% (um por cento) do Imposto de Renda devido.

Art. 3.º — As quantias deduzidas na forma do artigo 2.º, inciso II, deste Decreto-Lei deverão ser recolhidas, antecipadamente, ou no mesmo prazo das cotas do Imposto de Renda, ao Banco do Brasil S/A, ou a estabelecimentos por ele autorizados, à ordem da Fundação MOBRAL.

Parágrafo Único. — O atraso no recolhimento das deduções de que trata este artigo ficará sujeito às mesmas penalidades e correção monetária devidas, em situação idêntica, relativamente ao Imposto de Renda, as quais constituirão receita da Fazenda Nacional.

Art. 4.º — Os estabelecimentos particulares de ensino, devidamente registrados no Ministério da Educação e Cultura e credenciados pela Fundação MOBRAL, que mantiverem cursos gratuitos de alfabetização em convênio ou não, com essa entidade, poderão receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único — As quantias recebidas em doação originadas de convênios mantidos com a Fundação MOBRAL poderão ser excluídas da receita bruta operacional dos estabelecimentos para efeito de apuração do lucro tributável.

Art. 5.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

(ass.) EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Neto

Jarbas G. Passarinho

(Publicado D. O. de 9.09.70)

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Simonsen, Mario Henrique — **Brasil 2002**;
Rio de Janeiro, APEC EDITORA S/A, 1972, 175 páginas
- 2 — Kelly, Celso — **Política da Educação**; Rio de Janeiro, REPER EDITORA, 1967, 335 páginas

FONTES CONSULTADAS

- Entrevistas: Dr. Arlindo Lopes Corrêa, Secretário Executivo do MOBRAL;
Dr. Hélio Ribeiro, Conselheiro do Conselho de Curadores;
Dr. Hélio de Alcântara Avellar
- 2 — Arquivo do MOBRAL
- 3 — Livros de Atas do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores

AUTOR: Lamartine Pereira da Costa
Velleda Pinto da Rocha

ASSESSORIA: ASSOM

TEXTOS: os autores e documentação oficial

DESENHOS: Paulo Roberto Mendo

ASSOM — PROGRAMA DE PUBLICAÇÕES

EDITORAÇÃO: Velleda Pinto da Rocha



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

POLÍTICA DE PESQUISA E TREINAMENTO
DO MOBRAL

1973

"MOBRAL - Seminário Interamericano de Educação de Adultos"

Política de pesquisa e treinamento do MOBRAL

Ao final do ano de 1972, o MOBRAL estava em condições de auto-avaliar-se na perspectiva de suas realizações desde a data de fundação.

Esclarecidos seus objetivos, e claramente definidos em termos da conjuntura da vida brasileira caracterizada pela diversidade de condições de seu imenso território, e, ainda, pela condição de ser o MOBRAL um sistema de educação instalado colateralmente aos sistemas tradicionais, sentia a instituição uma necessidade dupla: a de avaliação e projeção futura de seus programas, e a de treinamento de pessoal para melhores resultados no alcance de seus objetivos.

Decidiu, então, a alta direção do MOBRAL criar uma gerência "de treinamento e pesquisa", a GETEP, que assumiria a coordenação de toda a pesquisa e treinamento necessários à vida e ao desenvolvimento da instituição.

Implantada no início de 1973, a Gerência não dispõe, ainda, de um crédito de realizações a seu favor. A fase que vem vivendo é uma fase de dimensionamento de oportunidades de ação efetiva e de criação de instrumentos para tal ação.

A meditação sobre os objetivos, como já afirmado, claramente definidos do MOBRAL, impõe uma política de grande versatilidade, tanto no tocante à pesquisa, quanto no que diz respeito ao treinamento. A multiplicidade de situações enfrentadas, que se traduz por gama imensa de modalidades assumidas por um mesmo programa, é elemento que não pode ser menosprezado no processo de avaliação.

Se a pesquisa na área de ciências sociais já esbarra com grandes dificuldades, quer na montagem de "modelos", quer na coleta de dados, quer ainda na interpretação dos dados colhidos, quando ela tem também como parâmetro o grau de benefício de um processo educacional, sua dificuldade é bastante maior. É esta a situação do MOBRAL: avaliar de um lado o efeito educacional de seus programas sobre o indivíduo, e de outro o reflexo que esse efeito educacional transmite sobre a vida do indivíduo e da coletividade, isto é, as dimensões sócio-econômicas resultantes.

Os dois setores da GETEP - treinamento e pesquisa -desenvolvem-se independente, porém coordenadamente.

O setor de treinamento visa oferecer a todo o sistema as oportunidades de melhoria individual necessária ao melhor rendimento do trabalho objetivado: desde o mais alto escalão de elementos ativos no sistema, até os últimos sujeitos dos quais se espera uma atuação modesta, todos podem esperar do setor de treinamento, estímulos para a conveniente realização do trabalho solicitado: cursos curtos, de maior ou menor sofisticação, adequados a esta ou àquela especialidade, cursos mais longos visando à atualização ou aperfeiçoamento de certos grupos homogêneos de elementos vinculados aos projetos e programas, e conferências, visitas ou seminários de variados conteúdos, estão em pauta para os próximos meses de atuação da GETEP.

As atividades do setor de treinamento podem ser classificadas em dois grandes ramos, convergentes ambos para o objetivo global de aperfeiçoamento do sistema para o alcance de ótima produtividade, a saber:

- a) aperfeiçoamento do pessoal dirigente para a abertura de horizontes novos à atuação desejável;
- b) aperfeiçoamento dos quadros diretamente ligados ao processo educativo para obter maior eficácia na ação desenvolvida.

Os dois objetivos se traduzem, na prática, pelo oferecimento de cursos, estágios ou análogos, ao pessoal do MOBRAL-CENTRAL, e pelo treinamento sistematizado do pessoal integrante dos vários pontos da infra-estrutura técnica que representa o grupo docente do MOBRAL, isto é, agentes das COESTS, supervisores estaduais, supervisores de área, alfabetizadores, etc.

Não há precedência de um programa com relação ao outro; os cursos se desenvolvem paralela e independentemente, quer na sede da GETEP, quer em múltiplos pontos do país.

O setor de pesquisa tem uma função bastante complexa, decorrente da necessidade imediata de avaliação dos programas pregressos e em andamento, e de equacionamento de adequadas fórmulas para a atuação futura, a curto, médio e longo prazos.

Embora em termos acadêmicos seja lícito dizer que só após o conhecimento completo dos resultados obtidos em programas anteriores será correto traçarem-se projeções para atuação futura, na prática a espera de resultados definitivos leva à inação, pois estes jamais chegam à ser alcançados como consequência do permanente dinamismo do processo que, a cada momento, nele introduz novas variáveis. Assim, o setor de pesquisa, ao passo que analisa determinados "instantes" do processo tentando isolá-los em condições padronizadas, testa a validade de hipóteses que encerram elementos inovadores, supostamente aperfeiçoadores de etapas operacionais do sistema, para, no menor tempo possível, transformá-las, quando válidas, em normas de ação.

Para a adequação de seus ritmos com os da atuação no campo, conta com a extrema plasticidade dos programas estabelecidos para alcançar os objetivos da instituição.

Dentro desses parâmetros, o setor de pesquisa distingue como atividades de sua alçada, desenvolvidas concomitantemente, as seguintes:

- a) avaliação sistemática dos projetos e programas em desenvolvimento;
- b) avaliação global do impacto do MOBRAL sobre a figura do mobraense, e, em função deste, a de seus reflexos sobre o desenvolvimento de determinadas coletividades;
- c) pesquisa de fatores capazes de aperfeiçoar o sistema MOBRAL em qualquer de seus circuitos, sejam eles de atuação direta sobre o indivíduo, sejam eles de alcance indireto sobre a comunidade.

Para estar à altura de seus objetivos específicos, a GETEP conta com uma infra-estrutura de recursos humanos e materiais profundamente entrosada à própria infra-estrutura do MOBRAL como um todo, fortalecida por um núcleo de documentação do qual deve fluir para ela, toda a informação necessária às tarefas da pesquisa e do treinamento.

Esse núcleo, ainda bastante embrionário, deverá fortalecer-se com o correr do tempo, passando a ser o fulcro das mais significativas atividades-fim da GETEP, armazenando qualquer informação registrada sobre educação de adultos no Brasil, e tanto quanto possível, no estrangeiro. Por diferentes mecanismos essas informações poderão ser adequadamente transferidas aos interessados, quer pertençam ao próprio MOBRAL, quer não pertençam.

Em resumo, pode-se afirmar que, no ano de 1973, a política do MOBRAL no tocante à avaliação de seus programas de educação de adultos, está inserida num contexto de investigação científica, em que causas e efeitos, regularidades de concomitâncias ou anomalias que aparecem são analisadas cuidadosamente para que delas se extraíam conclusões tão válidas quanto é

lícito esperar-se de um setor tão complexo quanto o da educação num quadro sócio-econômico em pleno processo evolutivo.

Para maior abrangência do setor pesquisa, este foi justaposto a um setor de treinamento, através do qual hipóteses podem ser testadas, enquanto outras são criadas como decorrência do próprio ensino ministrado.

Com o binômio ensino-pesquisa inserido em sua estrutura básica, o MOBREAL espera alcançar rapidamente um grau de maturidade que lhe dê condição privilegiada entre os modernos instrumentos de implementação do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

Educação Permanente e Educação de Adultos no Brasil

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Emílio Garrastazu Médici

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Jarbas Gonçalves Passarinho

M O B R A L

PRESIDENTE
Mário Henrique Simonsen

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Arlindo Lopes Corrêa

ARLINDO LOPES CORRÊA
Secretário-Executivo do MOBRAL

Educação Permanente e Educação de Adultos no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I — OS CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE

- CAP. 1 — A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO
- CAP. 2 — O VALOR DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS
- CAP. 3 — POR UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
- CAP. 4 — CONDIÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO
DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

PARTE II — A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

- CAP. 5 — DESENVOLVIMENTO RECENTE DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL
- CAP. 6 — ENTIDADES ATUANDO NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL
- CAP. 7 — A POSIÇÃO DO MOBREAL

Apresentação

Uma das finalidades básicas deste documento é mostrar como se desenvolvem atualmente as atividades de educação de adultos no Brasil, descrevendo a ação das instituições nacionais de maior importância que a ela se dedicam (Capítulos 5 e 6).

Não há grande empenho em realizar-se, dado o escopo deste documento, uma análise histórica detalhada da educação de adultos no Brasil. Isso, aliás, seria desnecessário em face de nosso País ter-se limitado, até há pouco, a acompanhar as tendências que, nesse campo, se entreviam em todo o mundo.

As duas primeiras Conferências Internacionais de Educação de Adultos patrocinadas pela UNESCO (Elsinor e Montreal) permitiram constatar o papel secundário que a mesma assumiu até a década dos 60. Somente em Tóquio, durante a III Conferência Internacional (1972), é que se verificou que a situação se alterara profundamente: algumas nações relataram experiências que deixaram claro que a educação de adultos não era mais, apenas, o "pagamento da dívida com o passado", mas uma atividade dinâmica, considerada essencial para o aperfeiçoamento da qualidade de vida das suas populações.

No Brasil nada ocorreu de original em relação ao quadro internacional. Pois se já na década dos 40 a formação profissional sistemática surgia fora do sistema de educação escolar* — o que foi uma grande inovação para aquela época —, elegia como sua clientela a população urbana não-adulta. Se isso ocorria no concernente ao treinamento de mão-de-obra, ao qual se atribuía uma prioridade razoável, em virtude de sua influência imediata nos níveis de produtividade, a situação era ainda mais desfavorável no que diz respeito à educação geral.** O ensino primário supletivo arrastou-se, por longos anos, no imobilismo e no culto a mitos insustentáveis, sem atingir seus objetivos, aliás definidos vagamente. Nos demais níveis de ensino, o supletivo praticamente não existia.

É claro que no Brasil apareceram inúmeras iniciativas no campo da alfabetização de adultos, por exemplo, de caráter episódico ou não; é certo, também, que não faltaram esforços no treinamento profissional da população adulta. Todavia, tratava-se de uma ação nitidamente residual, à qual faltava o apoio adequado.

Foi com a criação do PIPMO em 1964 (Ministério da Educação e Cultura) e do DNMO em 1966 (Ministério do Trabalho e Previdência Social); com a institucionalização da ABCAR (1966); com o ingresso do SENAI (Confederação Nacional da Indústria), e do SENAC (Confederação Nacional do Comércio) na formação profissional de adultos, que o treinamento adquiriu nova escala no país. Do mesmo modo, a ativação do MOBRAL (1970) marcou ponto de inflexão na tendência da educação geral de adultos no Brasil, embora a atividade do MEB não possa ser esquecida, pelo seu pioneirismo e impacto na formação de uma mentalidade nacional receptiva ao trabalho comunitário aplicado no ensino.

Com a Reforma do Ensino, a total mudança de concepção da educação supletiva e a ação renovadora do MOBRAL, nosso País ingressa em uma fase de transição que certamente desembocará na implantação de um sistema de educação permanente.

A demora na aceitação da importância da educação de adultos não foi senão o reflexo do próprio desprestígio da educação. Para os **formuladores de política de desenvolvimento, a educação só foi descoberta nos anos 60**. Outro objetivo deste documento é apresentar a versão brasileira desse processo de conscientização do papel real da educação no progresso nacional (Capítulos 1 e 2).

Este documento está impregnado (Capítulos 3 e 4) da posição filosófica da Secretaria Executiva do MOBRAL diante do conceito de educação permanente, o que é muito importante para a compreensão do papel da instituição (Capítulo 7) em uma visão prospectiva, de mais longo prazo, uma vez que o MOBRAL pretende ser parte primordial desse novo sistema e seu principal agente deflagrador.

(*) Neste documento, as expressões educação escolar, educação formal, educação regular ou ensino formal, ensino escolar e ensino regular serão tomadas como sinônimos, representando o sistema tradicional de ensino, normalmente projetado para atender à população em idade escolar. O ensino supletivo será apresentado como sinônimo de educação ou ensino extra-escolar. Na realidade as expressões não nos parecem adequadas, especialmente porque subjacentemente pretendem contrapor o escolar ao extra-escolar, o que não corresponde à necessidade de considerá-los complementares, como certamente devem ser.

(**) Educação é tomada, neste documento, como o processo de formação e formação do homem integral. Abrange a educação geral — que forma valores morais, cívicos, culturais, etc. e transmite conhecimentos — e o treinamento (ou formação profissional, ou formação de mão-de-obra), que transmite habilidades, instrumentalizando o homem para o exercício de uma determinada ocupação. A educação geral forma o homem para a vida, inclusive para o trabalho, mas não profissionaliza, como o treinamento, que o prepara para um certo trabalho.

Os caminhos
para a Educação
Permanente

Capítulo 1

A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO

A educação foi “descoberta”, em toda sua plenitude, apenas na década dos 60.

Em essência, o prestígio crescente da educação derivou do surgimento da “mística do desenvolvimento” que empolgou a todas as sociedades civilizadas do pós-guerra.

Na década dos 50, o esforço de reconstrução das nações envolvidas na guerra e a ação destinada a melhorar os padrões de vida nos países “pobres”, embora guiados pelo mesmo sentido de solidariedade humana e alicerçados em doações e empréstimos igualmente vultosos, apresentavam resultados fundamentalmente distintos: paralelamente aos “milagres” alemão, francês e japonês, ficavam evidentes os fracassos nos projetos dos países asiáticos, africanos e latino-americanos.

Lançado o conceito de desenvolvimento e iniciada a construção de toda a teoria dele decorrente, observou-se, através da pesquisa histórico-econômica, que alguns países aparentemente destituídos de condições para desenvolver-se lograram iniciar esse processo precoce e velozmente.

Essas ocorrências do passado tinham um ponto em comum com a diferença de performance entre “países a reconstruir” e “países a desenvolver”. Os bem sucedidos eram dotados de tradição científico-tecnológica e sistemas educacionais solidamente estruturados.

A observação dessa coincidência levou os teóricos do desenvolvimento a construírem toda a moderna teoria dos recursos humanos. Inicialmente, foram os estudos buscando correlações entre níveis de desenvolvimento e níveis educacionais que acabaram por comprovar a relação de causa e efeito entre os mesmos; a seguir, foram as pesquisas visando a determinar as taxas de retorno dos investimentos educacionais, graças às quais constatou-se o seu caráter altamente rentável; finalmente, foram as tentativas econométricas de determinar a contribuição dos fatores de produção à formação da riqueza das nações, concluindo pela existência de um “fator residual” — até então ignorado nos cálculos — mais importante que o capital e o trabalho (este até então tomado em seu aspecto meramente quantitativo), no qual a participação da educação era certamente preponderante.

Capítulo 2

O VALOR DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Feita a comprovação histórica de que os padrões educacionais e os níveis de desenvolvimento das nações eram interdependentes, seguiu-se a procura dos respectivos elos de ligação, que serviriam de suporte básico para as pesquisas citadas. Analisando essa questão, tanto do ponto de vista individual quanto sob o aspecto social, os economistas construíram um quadro coerente, nitidamente voltado para a produção, que pretendia explicar o mecanismo através do qual se fazia a influência da educação sobre o desenvolvimento:

- a) observando que o homem aplicava-se ao trabalho de modo mais ou menos eficiente, em função de sua preparação geral e específica, atribuiu-se grande relevo à qualificação da força de trabalho para o exercício de atividades produtivas, identificando-se, portanto, o emprego como elo efetivo de ligação entre educação e desenvolvimento;
- b) igualmente, a ciência e a tecnologia, cuja excelência depende do aperfeiçoamento da educação, foram identificadas como parte dessa ligação, pelo fato de gerarem e permitirem a aplicação útil do conhecimento;
- c) finalmente, a administração e a organização, que imprimem às atividades de produção o dinamismo capaz de assegurar o atingimento de seus objetivos finais, compunham essa lista inicial, configurando a notável influência da educação sobre o progresso das nações.

Posteriormente, a reflexão mais profunda sobre o impacto da educação na vida econômica das nações desvendou outros aspectos, igualmente importantes, desse processo de interação.

Verificou-se, por força da própria experiência do período de pós-guerra, que o desenvolvimento não se faz sem a participação intensa das populações, pois que o processo de desenvolvimento implica em ação coletiva, deliberada e decidida. A educação torna o homem mais racional e consciente da realidade do mundo que o cerca, agindo decisivamente no sentido de motivá-lo para a obra do desenvolvimento.

Tal fato liga-se, de certo modo, à necessidade de mudanças na sociedade que caminha para a

modernização. Essas mudanças só se tornam possíveis caso exista uma mentalidade nacional propensa à criação e receptiva à inovação. A educação desempenha importante papel na formação da atmosfera de renovação que cerca as sociedades em processo de evolução.

Não há ação mais duradoura e realista, no sentido de acelerar a mobilidade social, a ascensão na escala econômico-social de acordo com o mérito, do que aquela que se empreende através da democratização de oportunidades de acesso à educação. A mobilidade social é inerente no processo de desenvolvimento, com o qual interage significativamente.

Durante o processo de desenvolvimento, há necessidade de alterar os padrões de consumo e investimento vigentes na sociedade. A educação permite transformar os hábitos de consumo e poupança, dando decisiva contribuição, também por essa via, ao desenvolvimento econômico.

Todos aqueles que trabalham em desenvolvimento conhecem as agruras da transposição das soluções teóricas — aparentemente perfeitas — para o terreno das realizações concretas. A experiência mostra que uma parcela majoritária dos fracassos dos projetos de desenvolvimento decorre dos baixos níveis de educação. Esta, projeta infalivelmente sua influência sobre o sucesso ou insucesso dos programas dos demais setores: saúde, nutrição, desenvolvimento comunitário etc.

Não foi por outro motivo que a ênfase dada à ajuda financeira internacional, logo após a 2.^a Guerra Mundial, rapidamente deslocou-se para os programas de assistência técnica e, mais recentemente, para a cooperação econômica nos setores de educação geral e treinamento.

No campo cultural, em que o mundo assiste ao choque evidente entre a cultura técnica e a cultura humanística, o setor educacional é o único capaz de criar as pontes entre essas duas formas de civilização, harmonizá-las e realizar sua síntese. E não é exagero dizer-se que dessa síntese muito depende o futuro e até talvez a sobrevivência da Humanidade.

Finalmente cumpre lembrar, para fins de reflexão, que, nesse mundo de escassez, existe um bem ainda abundante e que está sendo subutilizado em todo o mundo, apesar de ser, talvez, o mais precioso à disposição da espécie humana: esse bem é a inteligência, inaproveitada principalmente nas classes menos favorecidas dos países subdesenvolvidos. A educação permite aproveitar esse fabuloso po-

tencial, responsável pela energia criadora e transformadora do homem, cujo valor é indiscutível. Como corolário, deve-se frisar que a “não-educação” apresenta um custo certamente elevado para qualquer país que deseje manter padrões adequados de segurança individual e coletiva, bem-estar e felicidade.

Por isso mesmo, a posição relativa das nações será determinada, cada vez mais, pelo seu sucesso ou insucesso no campo educacional, e os administradores modernos aceitam pacificamente essa tese, embora nem sempre consigam utilizar adequadamente os instrumentos de ação de que dispõem para assegurar a essa atividade a prioridade real adequada.

O fato é que gradualmente a educação recebeu um tratamento prioritário dos “estrategistas do progresso” de todos os países. Com maior ou menor presteza todas as nações passaram a dispensar recursos dos mais ponderáveis ao setor educacional.

Os sistemas educacionais ampliaram-se intensamente. Em todos os casos, porém, a prioridade mais elevada foi conferida à educação das faixas etárias mais jovens. Na ordem das preocupações então surgidas, o treinamento profissional recebia uma segunda prioridade, em função da sua capacidade de influir rapidamente na elevação da produtividade dos vários setores econômicos.

A educação geral de adultos — especialmente nos países subdesenvolvidos, destituídos de recursos mesmo para construir seus sistemas formais de educação, para atender à população infantil e adolescente — encerrava a lista de prioridades.

Mas ainda nos anos 60, o homem sentiu o peso do condicionamento que a evolução científica e tecnológica exercia sobre o seu presente e, com muito mais forte razão, viria exercer sobre seu futuro. O crescimento vertiginoso e as modificações profundas no estoque de conhecimento, associados às transformações das habilidades úteis e sua transferência maciça do homem para a máquina, criaram a sensação de que a educação deve ser um processo contínuo e permanente, à disposição de todos durante toda a vida.

O homem compreendeu que em termos vivenciais, e de seu condicionamento nesse mundo tão cambiante, está ficando gradualmente mais jovem. (Evidentemente — e infelizmente — apenas em termos relativos.) Não só porque a vida média provável se alonga, mas porque o dinamismo científico e tecnológico faz com que o homem se defronte com um número crescente de experiências novas, no âm-

bito do consumo, do lazer, do trabalho etc. Em outras palavras: em relação à educação, à imprescindibilidade de adquirir novos conhecimentos e reformular conhecimentos já formulados, e no que concerne ao aprendizado de habilidades não dominadas anteriormente, nossas necessidades permanecem enquanto durar nossa vida.

Aceita essa afirmação, verifica-se que, em essência, já não há muito sentido na distinção etária para fins de propiciar educação à população:

- a) a inteligência inaproveitada é talvez mais abundante — nos países subdesenvolvidos — entre adultos do que entre os jovens, porque estes já usufruíram ou usufruem de sistemas educacionais menos deficientes. Assim, os grandes movimentos de educação em massa, para adultos, permitem o despertar de inúmeros talentos e, conseqüentemente, agem no sentido de democratizar oportunidades — embora tardiamente — e redistribuir renda;
- b) os choques culturais entre gerações não dependem, para amenizá-los, apenas da ação educacional sobre os jovens: os adultos também devem adaptar-se ao novo mundo, o que se tornaria possível através dos veículos de comunicação social — nem sempre dirigidos nesse sentido — da cultura e da educação;
- c) vitorioso o conceito de qualidade de vida, que transcende o conceito de desenvolvimento, as restrições econômicas contra o investimento na educação dos adultos — que têm menores períodos de vida média útil provável — tendem a ser minimizadas, pois novos valores, não exclusivamente econômicos, serão privilegiados. Afinal os jovens terão mais tempo para viver em um mundo mais feliz. Mas mesmo no caso de perdurar a “tirania do economicismo” deve-se lembrar que o adulto, para aquisição de certos tipos de habilidades e conhecimentos, está melhor equipado que o jovem, permitindo melhores resultados a um dado custo de educação;
- d) a mudança de padrões de consumo e investimento depende fundamentalmente das decisões dos adultos e é sobre eles que se deve atuar para obter os efeitos desejados;
- e) a educação dos adultos age indiretamente sobre os jovens de suas famílias, sobre os quais aqueles detêm grande poder de in-

fluência; é fato comprovado que a demanda por ensino aumenta com o perfil educacional da população adulta;

- f) a criação do espírito comunitário e de participação social, a receptividade à inovação e a propensão à criatividade dependem também, fundamentalmente, da população adulta.

Em resumo, se a educação é imprescindível para as crianças e adolescentes, ela não é menos importante para os adultos, o que aconselha a implantação de um sistema de educação permanente.

Capítulo 3

POR UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

A educação atravessa um momento de inegável prestígio, em todo o mundo. Ao mesmo tempo, e por esse motivo, vive um período de intensa contestação, em todos os seus aspectos. Há quatro pontos, pelo menos, sobre os quais as indagações e inquietações concentram-se e que merecem destaque neste documento.

A primeira grande questão contemporânea, no que concerne à formulação de política de desenvolvimento em geral, e de educação em particular, diz respeito à tradução da prioridade atribuída à educação em termos de recursos relativos carreados para esse setor. A conscientização generalizada da importância da educação vem conduzindo a opinião pública a pressionar administradores, políticos e técnicos a aumentar as verbas para o setor, mas isso nem sempre sucede com a rapidez desejada, o que tolhe os anseios e as necessidades de expansão quantitativa e qualitativa do setor.

Outro grande problema, que se liga àquele referente à expansão do setor educacional, diz respeito ao dilema quantidade versus qualidade. O mundo está vivendo, atualmente, o período de transição entre a educação para a elite e uma educação para todos, que o processo de modernização exige necessariamente. A incapacidade de o setor educacional abranger maiores quantidades, com melhor qualidade, é fruto do seu alheamento às modificações do mundo moderno.

A essas duas questões soma-se uma outra, que alige hoje a muitos países subdesenvolvidos e, em

menor escala, desenvolvidos. Trata-se de saber qual a resposta correta à pergunta: deve a educação — pelo menos nos seus níveis e ramos profissionalizantes — ter a sua expansão rigidamente condicionada pelas exigências do mercado de trabalho?

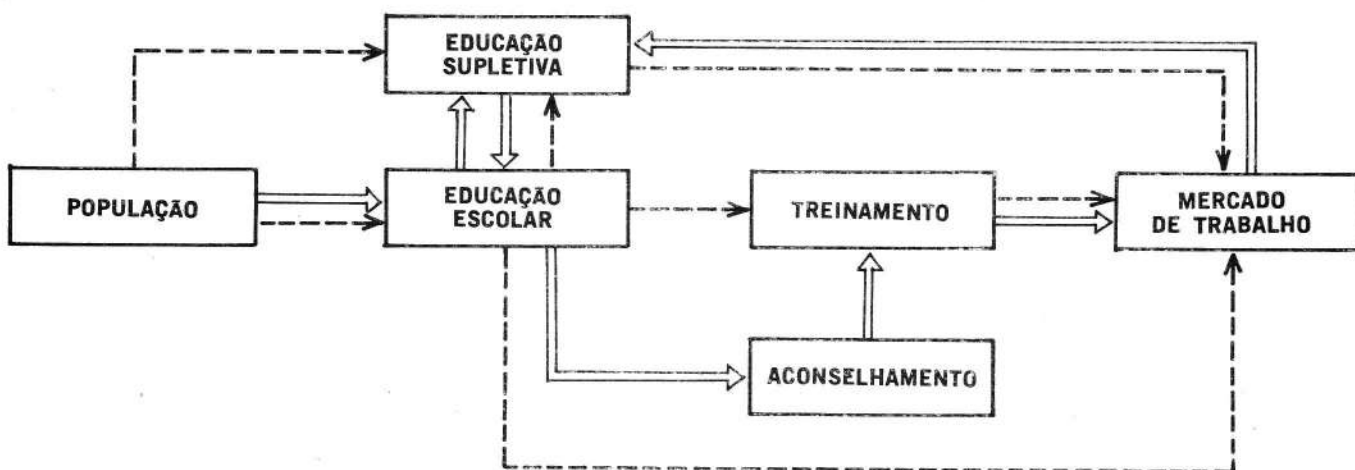
Finalmente, um quarto ponto controverso, que merece ênfase, diz respeito a conflito que se manifesta em relação à complementaridade entre educação geral e educação profissionalizante. Quando deve terminar uma e começar outra? Quando dadas simultaneamente, qual a dosagem adequada de cada uma?



Analisando essas questões educacionais alvo de controvérsias, verifica-se que, em resumo, elas serão solucionadas na medida em que se mude a tecnologia educacional, se estabeleça uma boa política de

utilização de mão-de-obra e se implante um sistema de educação permanente.

A educação deve caminhar no sentido da integração entre o subsistema de educação formal e o subsistema de treinamento para o trabalho, vinculados entre si por um mecanismo de aconselhamento ocupacional e por um mecanismo de educação supletiva, capazes de, a qualquer momento, propiciar a preparação para o trabalho, a volta aos sistemas de educação formal e treinamento e a promoção educacional e ocupacional do indivíduo. **Esse novo sistema**, assim estruturado mais amplo, **seria o sistema de educação permanente**, que todos os países podem e devem começar a estruturar imediatamente, partindo exatamente da ampliação e aperfeiçoamento da sua educação de adultos.

SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE



 — FLUXO BÁSICO DENTRO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
 — FLUXOS MAIS GENERALIZADOS ATUALMENTE

O sistema comporta inúmeras variantes de fluxos além dos ressaltados.

O sistema de educação permanente teria as seguintes características:

1. a atual educação formal concentraria seus esforços, em todos os níveis, na educação geral das faixas etárias que lhe correspondem, com ênfase na formação global do homem e na transmissão de conhecimentos e abandono da preocupação com a habilitação específica;

2. estruturar-se-ia um subsistema de treinamento para o trabalho constituído dos órgãos que já operam sem uma integração sistêmica nessa área (SENAI, SENAC, PIPMO, DNMO, ABCAR, LBA, no caso do Brasil), mas incluindo os vários componentes produtivos da comunidade em geral e as empresas, em particular (estas devem tornar-se, também, de certo modo, agências de treinamento, o que de resto já são na

prática, pois de modo geral recebem trabalhadores desqualificados e os submetem ao treinamento, por ensaio e erro, no próprio trabalho);

3. estabelecer-se-ia um enlace entre a educação formal e o treinamento, constituído de um mecanismo de aconselhamento ocupacional, e entre o mercado de trabalho e a educação formal, através de um mecanismo de educação supletiva. Normalmente, quando um indivíduo deixasse o sistema de educação formal, seria conduzido ao treinamento para o trabalho, guiado pelo aconselhamento. Inversamente, quando estivesse trabalhando e desejasse atualizar-se ou progredir na escala da educação geral, seria encaminhado nesse sentido através de um mecanismo de ensino supletivo (é claro que são possíveis inúmeras variantes);
4. a volta ao sistema de educação formal seria facilitada pelo fato de estar todo ele estruturado à base de crédito e, assim, haver ampla margem de liberdade na escolha do conteúdo de conhecimentos julgados necessários pelo usuário. O conceito tradicional de carreira deixaria de existir mesmo porque, em qualquer nível que estivesse o indivíduo, potencialmente haveria real oportunidade para ultrapassá-lo posteriormente;
5. as empresas englobadas no sistema seriam consideradas agências de treinamento e não parece haver outra solução para atender à tendência moderna de criação de novos setores econômicos e novas profissões, pois o sistema educacional não poderá, economicamente, atingir tal diversificação, no caso do ensino prático profissionalizante.

A solução aqui preconizada é apenas parcialmente compatível com as últimas reformas observadas na educação brasileira, porque estas não separaram nitidamente os subsistemas de educação formal, treinamento e supletivo. Cremos que é preciso modificá-las nesse aspecto. No futuro não haverá alternativa. Daí porque consideramos que essa estratégia deva disseminar-se o quanto antes, prevenindo problemas que já existem e tendem a avolumar-se. É de notar que quase todos os países do mundo — e o Brasil não é exceção — já apresentam condições para iniciar essa tarefa, que não depende de grandes recursos financeiros, pois pode-se aproveitar o sistema de educação formal (sempre existente) e estruturar os órgãos de treinamento e as empresas em um verdadeiro sistema coordenado de habilitação para o trabalho. Seria necessário ampliar a abran-

gência do mecanismo de educação supletiva e (como em quase todos os países subdesenvolvidos) estabelecer o aconselhamento ocupacional. Tal esforço, todavia, seria plenamente compensado pelos excelentes resultados provenientes do novo sistema.

O sistema formal de educação está tendendo mundialmente a dedicar-se somente à educação geral, compreendendo a transmissão de conhecimentos e a sua dimensão de formadora cultural, moral, cívica, etc., excluindo a habilitação para o trabalho.

Essa tendência é sadia, consistente com a evolução do mundo moderno. Cada vez mais, novas responsabilidades estão sendo atribuídas ao sistema formal de educação, o que é natural, pois este é o único canal de passagem obrigatória de toda a população jovem, ainda a ser moldada. Além disso, o conhecimento está crescendo vertiginosamente e os currículos e programas necessitam ampliar-se, já não havendo disponibilidades, dentro das cargas horárias usuais, para atender às novas necessidades emergentes. Sob o ponto de vista socioeconômico, a conclusão é a mesma: a obsolescência das habilidades adquiridas ocorre a períodos cada vez mais curtos; as habilidades, aliás, perdem importância nos setores econômicos mais dinâmicos, transferido o desempenho das funções respectivas, outrora privativas do homem, para as máquinas; por essas razões, quanto maior é o conhecimento do indivíduo, maiores as suas oportunidades atuais e futuras.

Com ampla base de conhecimentos o homem é capaz de, rapidamente, aprender grande variedade de profissões e a elas adaptar-se facilmente, caso isso se faça necessário. Sem essa base, a gama de opções é reduzida e o tempo requerido para o treinamento muito longo, o que significa que o tipo de treinamento é também diferente e o custo respectivo elevado.

Por tudo isso, o tempo dedicado à transmissão do conhecimento crescerá rapidamente, esperando alguns futurólogos, muito acertadamente, que, dentro de algumas décadas, grande parte da educação geral se dedique a transmitir ao estudante a arte — já então uma ciência — de “aprender a aprender”, que girará em torno da capacitação para selecionar, coletar, processar e analisar grandes massas de informação disponível, à base de conhecimentos que informam os grandes princípios científicos.

A essa tendência soma-se outra, também nítida, de que a habilitação específica não mais se verifique nas unidades escolares tradicionais. Aqui, há quase que uma imposição econômica: nas sociedades modernas os setores produtivos tendem a modificar-se e diversificar-se cada vez mais; o número de ocupações distintas multiplica-se drasticamente. Já hoje, mesmo nos países desenvolvidos, o conjunto das

escolas de melhor qualidade não consegue abranger, nem longinquamente, toda a gama de ocupações existentes, pelo fato de não ter condições de adaptar-se rapidamente às novas necessidades, tanto em termos de recursos humanos (professores e monitores) como de equipamento (que se torna muito diversificado e, portanto, acarreta investimentos maciços). Em breve, isto, que hoje já é difícil, tornar-se-á impossível, mesmo com mudança da tecnologia educacional.

Assim, a solução é transferir o ônus da habilitação específica para um outro sistema, mais flexível, que seria constituído pelos órgãos que já fazem treinamento e pelas empresas (tomada a palavra em sentido amplo). Os estabelecimentos que estão, na comunidade, encarregados da produção de bens e serviços, já possuem as instalações e equipamentos necessários ao treinamento e, por força de seus objetivos, mantêm-nos operando enquanto a sua tecnologia é aceitável economicamente; os recursos humanos necessários para operar o sistema de produção ali estão presentes obrigatoriamente; há, normalmente, certa disponibilidade de tempo que pode ser aproveitada para o treinamento. Com um breve treinamento em didática, esses recursos humanos podem servir a finalidades docentes. Assim, todos os elementos necessários estão disponíveis. O fator mais escasso é o tempo, em certos casos específicos, mas ainda que seja necessário sacrificar parcialmente a produção, as compensações excedem as desvantagens. A comprovação dessas vantagens pode realizar-se facilmente: bastaria, para cada caso particular, empreender uma pesquisa quantificando os desperdícios derivados da baixa produtividade por falta de qualificação de mão-de-obra. No início da implantação desse esquema revolucionário, talvez seja preciso criar certos incentivos fiscais para lograr a adesão das empresas; mas o empenho da iniciativa privada, em seus projetos de integração com a escola, se concretizado desde esse novo ponto de vista, resolveria o problema.

Capítulo 4

CONDIÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

4.1 — Economicidade

O investimento educacional, por apresentar notável impacto sobre o processo de desenvolvimento,

cerca-se de características extremamente relevantes quanto aos seus efeitos a longo e médio prazos. Além disso, o setor educacional, analisado instantaneamente, independentemente do seu valor reprodutivo, de longo prazo, é muito importante, pelo fato de ter excepcional peso na economia de uma nação.

Para enfatizar o primeiro aspecto basta recorrer às considerações já alinhadas anteriormente, citando as pesquisas sobre a interdependência entre educação e desenvolvimento econômico, além de alguns fatos históricos incontestáveis, que também comprovam concretamente essa correlação positiva.

Em relação ao segundo, é suficiente enumerar algumas peculiaridades do setor educacional, observadas em todo o mundo:

- a) a população servida pelo setor educacional constitui, em média, 15% a 30% da população total do País, havendo tendência para o alargamento dessa faixa, com a eliminação dos deficits de escolarização e a extensão da escolaridade obrigatória (no Brasil temos quase 25 milhões de estudantes, já superando os 25% da população, especialmente devido ao fato de nossa população ser predominantemente jovem e em face de a clientela do MOBREAL pesar consideravelmente no total de alunos);
- b) a mão-de-obra empregada no setor educacional é muito numerosa e, além disso, apresenta nível de qualificação muito elevado em relação à força de trabalho tomada em conjunto (no Brasil temos cerca de 700 mil professores no sistema escolar, o que corresponde a cerca de 2,5% da força de trabalho total; além disso, quase 20% do pessoal com nível educacional superior estão engajados em atividades docentes ou ligadas à educação);
- c) as despesas realizadas no setor educacional são também enormemente importantes, variando geralmente entre 2% e 7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países modernos, havendo marcante tendência para que essas percentagens se elevem drasticamente (no Brasil, em 1970, gastamos 3,8% do PIB em educação, correspondendo a quase US\$ 1,3 bilhão; isso sem contar os gastos familiares decorrentes da freqüência às escolas e compreendendo transporte, vestuário escolar, material escolar etc.; a taxa real de crescimento anual das despesas públicas em educação no Brasil, no período 1964-1970,

foi de 18,8%, uma das mais elevadas em todo o mundo). Esses investimentos correspondem a parcela relevante do investimento bruto em capital físico, variando entre 15 e 25% desse total.

É de notar, mais uma vez, que só estamos considerando os custos diretos da educação: se computássemos os custos indiretos, que correspondem aos salários deixados de ganhar pelos estudantes para freqüentar os bancos escolares, esse custo adicional igualaria cifra equivalente a 25% a 40% da despesa pública total.

O fato de o investimento educacional ser economicamente tão importante, sob os vários prismas pelos quais se o analisa, adicionado à circunstância de haver tendência para o recrutamento de sua relevância, enfatiza a necessidade de questionar-se acerca do **desempenho** dos sistemas de ensino. Realmente, se esse desempenho não for maximizado, dificilmente se tornará possível arcar com as despesas decorrentes da implantação e operação do sistema de educação permanente.

Para responder às perguntas inerentes a esse tipo de raciocínio, é indispensável lançar-se mão dos conceitos de **produtividade**, **rendimento** e **eficiência** dos investimentos educacionais que, analisados em conjunto, definem o complexo conceito de **desempenho**.

A produtividade refere-se ao uso dos fatores em jogo no processo educacional (instalações, professores, material didático etc.), e é tanto maior quanto mais intensa é a utilização desses fatores. O rendimento diz respeito ao progresso dos alunos submetidos ao processo educacional, através de seus vários níveis, e é tanto maior quanto menor é a perda por evasão e reprovação. A eficiência relaciona-se com a utilização do produto final do processo educacional (aluno que foi submetido ao processo) na sociedade. Neste último caso inclui-se toda a problemática de subordinação da educação ao mercado de trabalho. A eficiência é tanto maior quanto melhor for a aceitação do produto final da unidade escolar — o homem qualificado e instruído — pelo mercado de trabalho e/ou pelo nível de ensino imediatamente posterior.

As implicações macroeconômicas e microeconômicas da produtividade, rendimento e eficiência são óbvias.

Sob o ponto de vista microeconômico, a produtividade define o maior ou menor atendimento que pode ser dado por uma unidade educacional, para determinada dimensão dessa unidade. Ao nível macroeconômico, a produtividade é importante porque os dispêndios globais em educação, para uma dada população escolarizada, a um certo nível de quali-

dade de ensino, são tanto menores quanto maior a produtividade média do conjunto de suas unidades.

O rendimento, no nível micro e macroeconômico, configura, para uma determinada quantidade de atendimento, qual a produção obtida, em termos de estudantes aprovados e promovidos ou diplomados. Esse conceito está ligado à qualidade pedagógica do processo educacional e, também, ao potencial individual dos alunos.

A eficiência define a adequação da unidade (nível micro) e do sistema (nível macro) às exigências da sociedade, expressas principalmente pelo seu mercado de trabalho, mas também pelo próprio sistema educacional em seu nível de ensino subseqüente.

Esses três conceitos, de cuja observação conjunta deriva o conceito de desempenho, delimitam o âmbito da economia da educação, ramo do conhecimento que trata da eficácia dos investimentos no setor de ensino.

O sistema educacional, em todo o mundo, é tido como de baixa produtividade, rendimento deficiente e eficiência questionável: os custos de produção são elevados; as escalas de produção, por unidade de mão-de-obra, são baixas; os salários de mão-de-obra, insuficientes; a qualidade do produto, heterogênea e deficiente. É verdadeira e bem fundamentada essa crítica. O que, todavia, não é bem entendido é a razão básica de todas essas características do setor educacional.

A base desses aspectos aparentes — já bem identificados — está, na essência, a circunstância, indelével mas não percebida totalmente, de que a educação é um artesanato que sobreviveu à Revolução Tecnológica, mantendo-se incólume e mesmo refratária às inovações radicais que ocorreram em quase todos os demais setores da vida das nações no último terço do século XX.

Mas a alteração da tecnologia educacional já se inicia. Sua concretização alterará fundamentalmente os atuais aspectos econômicos do investimento em educação, abrindo novas perspectivas à espécie humana. Porque, mesmo sendo um setor de baixa produtividade, reduzido rendimento e eficiência inadequada, a educação é que permitiu ao Homem elevar-se à sua condição excepcional dos dias presentes. Imaginemos, então, o que resultará de seu aperfeiçoamento radical...

Em resumo, para implementar a educação permanente, que vai atender a todas as faixas etárias (embora não simultaneamente), é imprescindível, inicialmente, melhorar o desempenho do processo, alterando os padrões tecnológicos vigentes. Assim agindo, a questão referente à escassez de recursos para a ampliação e aperfeiçoamento da execução estaria sendo adequadamente respondida.

4.2 — Disponibilidade de Quadros Docentes

Será impossível, à maioria dos países, formar professores em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades decorrentes da implantação de um sistema de educação permanente. E muito menos viável, ainda, sua especialização na educação de adultos.

Surge então, como alternativa, uma vez mais, a adoção de uma nova tecnologia educacional, utilizando meios e métodos modernos que, aliás, pode ter na educação de adultos, já hoje, o seu grande e decisivo teste.

A televisão, rádio, cinema — meios — e a instrução programada — método — são alguns desses instrumentos, a colocar maciçamente no setor de ensino. Mesmo porque, para a ampliação do atendimento atual, não haverá outra alternativa senão com grande sacrifício da qualidade e, portanto, perda de recursos.

É possível, em certos casos e até certo nível de atendimento, adotar meios convencionais e métodos tradicionais, desde que sejam eficientes. O engajamento de professores voluntários, treinados intensivamente, pode apresentar bons resultados imediatos na esfera pedagógica, além de criar o ambiente comunitário propício ao sucesso de certos programas. Mas, a longo prazo, só o abandono do artesanato educacional possibilitará a solução completa para o problema, uma vez que marchamos para a “sociedade discente”, em que todos, pelo menos potencialmente, serão estudantes. Os professores devem ser, pois, preparados para o exercício de um novo papel na educação: um papel certamente mais nobre, porém totalmente distinto do atualmente desempenhado como regra geral. A máquina caberá a transmissão do conhecimento; todo papel formativo, por seu turno, será concentrado na ação do professor.

4.3 — Planejamento, Gestão e Financiamento

Aceitas as idéias expostas sobre a implantação de um sistema de educação permanente, as técnicas de planejamento, gestão e financiamento do sistema poderão ser definidas dentro dos princípios fundamentais que já se aplicam, presentemente, em grande número de nações.

É claro que as variantes são inúmeras e devem ser ponderadas convenientemente para utilização específica em determinado país, mas a gama de opções é conhecida.

Em nossa opinião pessoal as tendências, quanto a planejamento, seriam:

- a) Planejamento do treinamento — ao nível local, com base em estudos de mercado de trabalho derivados de um sistema de informações montado em agências de colocação, para todos os níveis ocupacionais, exceção

feita aos profissionais de nível superior. Para estes o mercado é territorialmente mais amplo, em função de sua grande mobilidade espacial. Deve-se notar, todavia, que o sistema proposto prevê um mecanismo automático de reajuste da oferta à demanda de mão-de-obra pelo mercado de trabalho. Desde que o subsistema de treinamento seja convenientemente estruturado, bastante ágil e flexível, esse reajuste será enormemente facilitado.

- b) Planejamento de Educação Formal — ao nível nacional, guiado fundamentalmente pelas necessidades de melhoria da qualidade de vida da população e, secundariamente, pelas solicitações do mercado de trabalho. O lema seria: cada vez mais educação, de melhor qualidade, dentro das limitações naturais de distribuição setorial dos recursos nacionais.
- c) Supletivo — ao nível nacional, planificar-se-ia a interferência do poder público nos níveis de supletivo em que a iniciativa privada não pudesse apresentar condições de atuação, por falta de incentivos econômicos. A alfabetização e a suplência ao nível do ensino de 1.º grau interessam a camadas de população geralmente destituídas de condições para arcar com os ônus daí decorrentes, o que aconselha a intervenção estatal maciça. Nos níveis mais elevados o poder público poderia criar as condições iniciais de implementação através de financiamentos, reembolsáveis em prazos variáveis, de acordo com a taxa de retorno dos investimentos educacionais respectivos. A idéia de planejar o supletivo, porém, em seus detalhes, é inviável, por força das próprias características que condicionam sua atuação.

A gestão e o financiamento, por seu turno, estão intimamente ligados:

- a) Educação formal — gestão e financiamento predominantemente públicos.
- b) Treinamento — gestão e financiamento predominantemente por parte das empresas (públicas ou privadas) e associações empresariais (o SENAI e SENAC são exemplos desse caso, no Brasil).
- c) Supletivo — intervenção pública no caso de clientela destituída de recursos ou capacidade de reembolso dos dispêndios respectivos. Nos demais casos, ação predominante da iniciativa privada, que no caso brasileiro terá aqui grandes possibilidades de fornecer e contribuir eficientemente para o desenvolvimento do País.

A Educação de Adultos no Brasil

Capítulo 5

DESENVOLVIMENTO RECENTE DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

5.1 — Legislação

Com a Reforma do Ensino Primário e Médio, que também abrangeu o Ensino Supletivo, dando-lhe uma nova concepção, mais ampla e avançada, a educação de adultos no Brasil adquiriu as condições legais para um progresso acentuado.

Analisando o desenvolvimento mais recente da legislação da educação de adultos no País, encontram-se duas fases nitidamente distintas:

- de 1961 a 1971, a educação de adultos era concebida e organizada, em parte, conjuntamente com o sistema formal e, em parte, separadamente, caracterizando-se principalmente pela dispersão de esforços e falta de uma política definida e integrada ao ensino formal; em termos de expansão, sofria oscilações ponderáveis;
- de 1971 em diante, constitui-se em sistema separado, porém não estanque, definindo novas perspectivas e permitindo uma real integração com o ensino formal. O ponto principal da nova política de educação de adultos reside na elevação de seu **status** e consequente abandono da anterior posição, meramente residual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20-12-61, que marcou a primeira dessas fases, possibilitava a formação de classes especiais ou cursos supletivos para aqueles que não tivessem podido obter educação primária na faixa etária de 7 a 14 anos.

Assim, a organização dos cursos de educação de adolescentes e adultos, de responsabilidade das Unidades da Federação, pelo princípio de descentralização do ensino no País, era similar ao ensino formal, com previsão de adaptação às condições socioeconômicas das regiões e às características do adulto.

No que concerne ao conteúdo pedagógico, visava à transmissão de conhecimentos gerais, obedecendo aos currículos das escolas para crianças e adolescentes e seguindo os mesmos métodos, procurando difundir a globalização dos conhecimentos, como técnica de ensino.

A referida lei oferecia, ainda, condições ao adulto de obter certificados de conclusão do curso ginasial e colegial para maiores de 16 a 19 anos, respectivamente, mediante prestação de exames de madu-

reza, após estudos realizados sem a observância do regime escolar. Os adultos eram preparados para esses exames em cursos oferecidos principalmente pela iniciativa privada.

Tais exames visavam a habilitar o indivíduo ao prosseguimento de estudos de caráter regular, para continuação ou terminalidade, possibilitando, neste caso, o seu ingresso num trabalho produtivo. São estes exames prestados em estabelecimentos de ensino regular indicados, em cada Estado, pelo respectivo Conselho de Educação, e tendem a ser unificados por bairros, cidades, Estados e até por regiões do País.

Além do ensino supletivo, previsto pela LDB e desenvolvido pelas Unidades da Federação, outros movimentos de educação de adultos atuaram e atuam, em âmbito nacional, separadamente do sistema formal de ensino.

Estas entidades visavam, além da alfabetização de adultos, à educação continuada que possibilita a entrada do indivíduo, posteriormente, no sistema regular de ensino ou na força de trabalho. Isto significa que a educação de adultos era conduzida separadamente, mas não como um fim em si mesma. Este fato, acrescido da pouca importância que o ensino supletivo recebia das Secretarias de Educação, levavam à dimensão residual da educação de adultos no Brasil, antes de 1971.

O ensino supletivo, apesar de ligado ao ensino primário comum, com os inconvenientes já citados, trouxe a vantagem de sensibilizar as Unidades da Federação para sua responsabilidade no campo da educação de adultos, se bem que só com o advento do MÓBRAL, a ser analisado posteriormente, este ensino supletivo tenha ganho impulso e, principalmente, sentido modernização.

Com a Reforma do Ensino, consubstanciada na Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, dedicou-se o Capítulo 4 ao ensino supletivo, estabelecendo-se:

“Art. 24 — O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudo de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo Único — O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas, de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25 — O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação

no ensino de ler, escrever, contar e a formação profissional definida em lei específica, até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§ 1.º — Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de alunos a que se destinam.

§ 2.º — Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art. 26 — Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2.º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§ 1.º — Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se:

- ao nível de conclusão do ensino de 1.º grau, para os maiores de 18 anos;
- ao nível de conclusão do ensino de 2.º grau, para os maiores de 21 anos.

§ 2.º — Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§ 3.º — Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 27 — Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1.º grau, cursos de aprendizagem ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou ao de 2.º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo Único — Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art. 28 — Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos a conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantêm.

Deduzem-se, do acima transcrito, as seguintes possibilidades abertas à educação de adultos no País:

de uma organização e administração adequada à dimensão quantitativa da problemática da educação de adultos num país gigantesco como o Brasil; de articulação de vários programas que se dedicam à educação de adultos; de adequar o conteúdo pedagógico às características psicológicas do adulto, atendendo suas necessidades e interesses em situação; de canalizar recursos específicos para atendimento da educação de adultos; de articulação vertical e horizontal de instituições, visando à harmonia do sistema supletivo; de treinamento específico de recursos humanos para atuação na área de educação de adultos.

5.2 — A Expansão da Educação de Adultos

A nova legislação, abrindo excelentes perspectivas ao ensino de adultos no Brasil, foi a consequência natural do movimento de renovação educacional promovido pela Revolução a partir de 1964.

Desde então ingressou-se num período de grande dinamismo, marcado por excepcional expansão quantitativa e razoável aperfeiçoamento qualitativo.

No campo quantitativo, os quadros a seguir dão testemunho eloqüente do ocorrido, que permitiu superar o crescimento da população economicamente ativa e da população em idade escolar.

QUADRO I

EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FORMAL BRASILEIRO (1960/1972)

ANO	MATRÍCULAS					
	PRIMÁRIO	MÉDIO			SUPERIOR	PÓS-GRADUADOS
		1.º CICLO	2.º CICLO	TOTAL		
1960	7.458.002	910.283	267.144	1.177.427	93.202	2.489
1961	7.798.732	1.006.907	301.137	1.308.044	98.892	2.689
1962	8.535.823	1.128.600	335.761	1.464.361	107.299	2.794
1963	9.299.441	1.322.993	396.596	1.719.589	124.214	2.191
1964	10.217.324	1.453.671	439.040	1.892.711	142.386	1.895
1965	9.923.183 (1)	1.645.320	509.110	2.154.430	155.781	2.355
1966	10.695.391	1.889.799	593.413	2.483.212	180.109	1.790
1967	11.263.527	2.120.666	688.302	2.808.968	212.882	2.440
1968	11.943.506	2.404.614	801.075	3.205.689	278.295	4.358
1969	12.294.343	2.719.165	910.210	3.629.375	342.886	3.938
1970	12.812.029	3.082.598	1.003.475	4.086.073	425.478	4.995
1971	13.640.967 (2)	3.442.705	1.119.421	4.562.126	561.497	6.336 (2)
1972	14.523.538 (2)	3.955.172	1.318.391	5.273.563 (2)	694.099 (2)	8.037 (2)

(1) Em 1965 houve mudança no critério de apuração, passando-se a considerar a matrícula inicial (no início do ano); até 1964, no ensino primário, mediu-se a matrícula geral, que incorporava todas as matrículas feitas até o início do 2.º semestre, estivessem ou não cursando efetivamente os alunos correspondentes (essa prática não permitia medir nada, pois, além de conter duplas contagens relativas aos alunos transferidos, não considerava as evasões do sistema).

(2) Dados Estimados

FONTE: SEEC/MEC

QUADRO II

TREINAMENTO PROFISSIONAL NO BRASIL

ORGÃO	PIPMO (*)	SENAC	S E N A I	
			ANOS	APRENDIZAGEM EM SERVIÇO
1964	15.724	(—)	65.000	43.250
1965	37.844	55.648	85.000	55.293
1966	47.922	65.416	92.300	65.305
1967	56.764	78.125	100.000	74.217
1968	54.756	74.209	117.000	80.678
1969	72.336	93.252	118.200	110.167
1970	81.835	97.143	—	158.256
1971	146.074	111.322	—	195.321
1972	143.426	(—)	—	(—)

(—) Dados não disponíveis.

(*) Há dupla contagem no quadro, decorrente do fato de o PIPMO não utilizar instalações próprias para ministrar seus cursos. São utilizados estabelecimentos de ensino, empresas, centros do SENAI etc.

QUADRO III

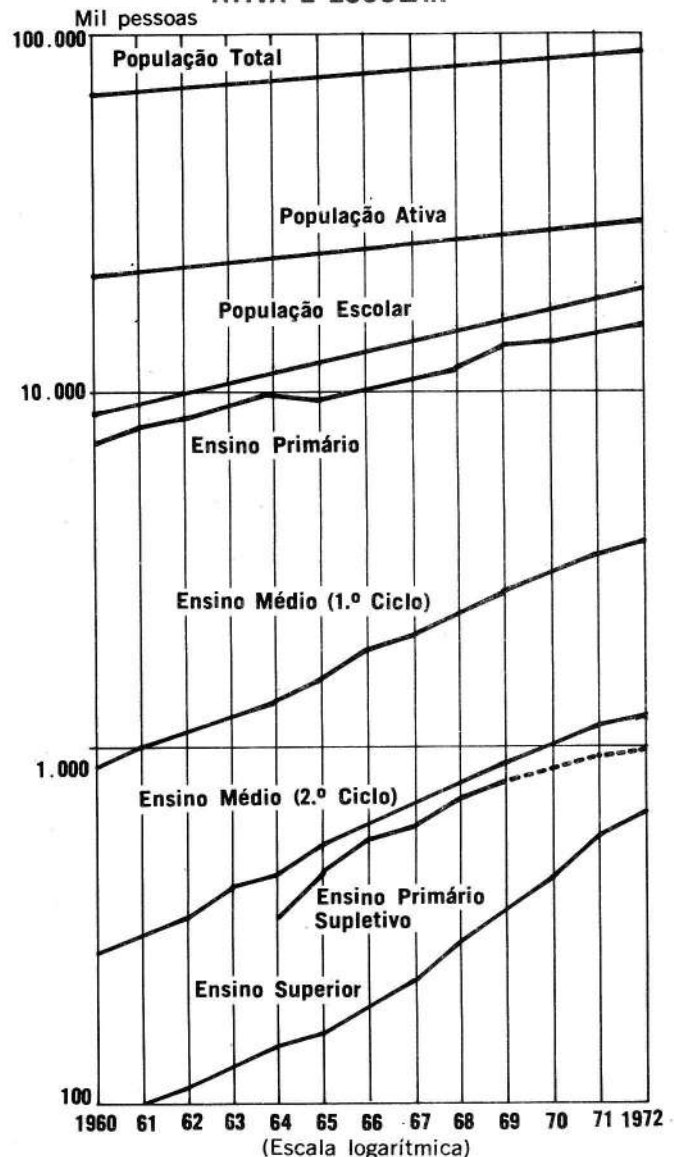
EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO PRIMÁRIO SUPLETIVO (1960/1969)

A N O	PRIMÁRIO SUPLETIVO
1964	314.770
1965	410.973
1966	517.013
1967	587.554
1968	705.731
1969	719.688

FONTE: SEEC

NOTA: Em 1972, em convênio com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (excetuando, no caso das Secretarias Estaduais, as da Guanabara, Acre, Rio de Janeiro), O MOBRAF atendeu a 880 mil alunos nos seus cursos de educação integrada (12 meses), correspondentes ao primário supletivo. Daí poder deduzir-se que haveria, em 1972, bem mais de 1 milhão de matrículas nos cursos supletivos correspondentes ao antigo primário.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL ATIVA E ESCOLAR



Como se depreende dos Quadros foi ainda uma vez conferida elevada prioridade à educação geral, que cresceu contínua e vigorosamente.

No campo do treinamento, a situação tornou-se muito mais favorável, pois embora essa atividade tivesse tomado certo impulso a partir de 1942, com a criação do SENAI e, posteriormente, do SENAC (1946), para aprendizes, apenas a partir de 1964, com a implantação do PIPMOI (hoje PIPMO), a institucionalização da ABCAR (1966) e o surgimento dos programas do DNMO (1968), é que assumiu proporções ponderáveis (SENAI, SENAC, PIPMO, ABCAR, LBA e DNMO estão treinando cerca de 500 mil pessoas anualmente).

O supletivo, que sofria grandes oscilações até 1964, ingressou numa fase de expansão acelerada, robustecida com a ativação do MOBREAL, com a grande procura dos cursos de madureza do antigo ginásial e antigo colegial e com o aparecimento de cursos ministrados com a utilização de novas tecnologias educacionais (Projeto Minerva, pelo rádio, e Madureza pela televisão).

Nossa interpretação do que está ocorrendo concretamente no Brasil é que, aceita a importância da educação no processo de desenvolvimento, a distinção entre educação de adultos e educação dos jovens vai perdendo seu sentido, pois em ambos os casos ela é extremamente valiosa e rentável, essencial para uma contínua adaptação a realidades profundamente distintas que se sucedem descontinuamente. Adultos, adolescentes ou crianças, não importa o caso, todos necessitam de mais educação, de melhor qualidade.

Assim, encerrada a fase de quase exclusividade da educação para as faixas etárias mais jovens, resta o nivelamento das prioridades, que ocorrerá na medida em que recursos relativos mais ponderáveis possam ser atribuídos ao setor educacional e novas formas de realizar o processo de transmissão de conhecimentos e habilidades — mais eficientes e econômicas — fiquem disponíveis.

5.3 — Mudanças Qualitativas

Há uma forte tendência, já observável, para a implantação de um sistema de educação permanente no Brasil. O sistema formal de educação está tendendo a concentrar-se em educação geral: os oito primeiros anos (o ensino de 1.º grau) são exclusivamente dedicados à educação geral; mesmo o novo ensino médio já tende para a escola compreensiva, embora obriguem as saídas profissionalizantes; no ensino superior, à entrada, implanta-se o vestibular unificado, coerente com um ciclo básico, não profissionalizante, que visa à educação geral e tende a ser comum para todos os estudantes universitários.

Ao sistema de educação formal estão sendo atribuídos encargos maiores: no Brasil, recentemente e com muita propriedade, foram tornadas obrigatórias a educação física — destinada a melhorar a aptidão física da população brasileira — e a educação moral e cívica, destinada a tornar o homem brasileiro socialmente mais apto; ao regulamentar o chamado “núcleo comum”, na Lei de Reforma do Ensino Primário e Médio, o Conselho Federal de Educação mostrou a tendência para alargar as responsabilidades do sistema de ensino, apesar de algumas reações contrárias mas, felizmente, vencidas ao final; nos países desenvolvidos, a tendência é semelhante e um exemplo bastante eloquente disso

é a inclusão, nos programas do ensino fundamental de vários países, da “conservação do meio ambiente”, destinada a ajudar a resolver um problema dramático para a humanidade.

No que concerne ao treinamento, está crescendo a importância do treinamento rápido, nas empresas. O PIPMO é um exemplo dessa tendência, assim como a ABCAR, no caso brasileiro.

Para tentar contornar a não economicidade da habilitação nas escolas da rede formal, buscam-se soluções que deixam entrever o novo esquema: procura-se concentrar a parte profissionalizante do currículo de 2.º grau em escolas de maior porte, que se tornam os centros de convergência dos alunos das demais escolas da sua área de influência, que apenas ministram o conteúdo de educação geral do currículo. Essa, a experiência que se processa em São Paulo, com a Escola Getúlio Vargas, e na Guanabara, com a Escola Celso Suckow da Fonseca. Mas o que serão esses centros, senão grandes empresas polivalentes, com a característica invulgar de não fabricar nenhum bem material, dedicando-se à moldagem do precioso dom da inteligência? O mesmo ocorre no setor primário, com o programa de “Escolas-Fazendas”.

No campo de treinamento, como no educacional, tende-se também, inevitavelmente, a lançar mão de meios e métodos modernos, alterando-se a tecnologia atualmente adotada, além de estabelecer um processo contínuo de avaliação e revisão dos conteúdos dos programas de treinamento. Em 1972 foram treinadas mais de 500 mil pessoas somente nos programas do PIPMO, DNMO, LBA, SENAC e SENAI, excluída a aprendizagem. Apesar de se tratar de um número razoável, ele não atende e não atenderá no futuro, com mais forte razão, à crescente demanda observada no Brasil. Daí, a procura de novos meios e métodos também nesse setor.

Restaria discutir, finalmente, a imperiosa necessidade de atribuir maiores recursos à educação de adultos no Brasil. Isso parece inevitável porque todos os países estão conscientes de que sua posição será cada vez mais ditada pela sua evolução científica e tecnológica e pela sua riqueza em recursos humanos. No Brasil, em 1963, gastava-se 2,6% do PIB em educação. Hoje, vem esta despendendo quatro por cento.

No que concerne ao ensino supletivo, do qual o MOBREAL é inegavelmente o grande exemplo brasileiro (atendendo a 4,2 milhões de analfabetos em 1972 por suas Comissões Municipais e a 880 mil recém-alfabetizados, nos seus cursos de educação integrada, modalidade de madureza do antigo primário), o mesmo deve concentrar-se em educação geral, para isso gozando de ampla flexibilidade ope-

racional, mas tendo seus exames para aferição de aprendizagem rigorosamente controlados.

Enquanto o mecanismo supletivo goza de extrema liberdade e flexibilidade operacional, o sistema de educação formal sujeito a algumas normas rígidas (não, todavia, aquelas tradicionais, responsáveis pelos seus muitos fracassos). Em contraposição, na aferição dos conhecimentos adquiridos pelos usuários, o supletivo deve ser muito mais rigoroso e rígido que o sistema formal. O sistema de treinamento, por seu turno, deve situar-se intermediariamente no aspecto operacional — pois deve ser ágil e flexível para atender ao mercado de trabalho — mas pode gozar de certa liberdade na aferição dos resultados dos usuários, pois estes serão submetidos à seleção do mercado de trabalho, que é suficiente (excluem-se as ocupações em que a vida humana pode sofrer alguma espécie de risco).

Capítulo 6

ENTIDADES ATUANDO NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

6.1 — Ministério da Marinha

Reformulando todos os programas de ensino e atualizando os currículos de acordo com a evolução tecnológica, a Marinha, através da Diretoria de Portos e Costas, vem minorando a defasagem entre o preparo técnico profissional do pessoal da Marinha Mercante e a entrada em operação de novos sistemas e equipamentos.

Os programas de Educação de Adultos têm como objetivos:

- erradicar o analfabetismo do seio da classe dos trabalhadores marítimos;
- melhorar o nível de instrução básica de todo o pessoal da Marinha Mercante, sobretudo do integrante das categorias profissionais inferiores, ministrando-lhes ensinamentos que os capacitem ao acompanhamento de cursos profissionais subseqüentes;
- atualizar os conhecimentos técnico-profissionais dos trabalhadores, diante do progresso que a Marinha Mercante alcançou;
- preparar mão-de-obra técnico-profissional nas várias regiões do País, consoante as exigências do mercado de trabalho local; e
- intensificar cursos técnico-profissionais para portuários e estivadores, visando a maior produtividade dos serviços nos portos e terminais.

O ensino marítimo adota novas técnicas, tais como: Audiovisual, Instrução Programada e TV Educativa. Nesse mister conta com a colaboração do PNUD e IMCO (Organização Marítima Consultiva Intergovernamental).

O aproveitamento de milhares de marítimos não-alfabetizados nas regiões Norte e Nordeste (especialmente em Pirapora), só foi possível graças aos cursos de alfabetização funcional da Marinha, que atenderam, em maior porção, fluviários para a tripulação de embarcações construídas na região do Rio São Francisco.

Com a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissional do trabalhador do mar, criaram-se condições para que o trabalhador marítimo das categorias de graduados e não-graduados tenham acesso na carreira. Assim, à semelhança do que já é feito para os oficiais, os exames para obtenção e melhoria de cargos vêm sendo substituídos, gradativamente, por cursos de aperfeiçoamento.

Por outro lado, esses cursos vêm permitindo que os navios incorporados à nossa frota comercial, de acordo com os planos governamentais de expansão da Marinha Mercante, possam ser guarnecidos por brasileiros, condição que atende, além do interesse da Segurança Nacional, ao desenvolvimento socioeconômico do País.

ATIVIDADES DA DPC

PROGRAMA DE ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO 1970

CURSOS	QUANTIDADE
Especiais	51
Atualização	64
Alfabetização	75
Fundamental	33
Aperfeiçoamento	7
TOTAL:	230

1971

CURSOS	QUANTIDADE
Fundamental	53
Aperfeiçoamento	9
Adaptação	1
Atualização	124
Especial e Readaptação	81
Propedêutico	9
Alfabetização	112
TOTAL:	389

CURSOS	QUANTIDADE
Fundamental	82
Aperfeiçoamento	32
Adaptação e Readaptação	10
Atualização	174
Especial	84
Propedêutico	19
Alfabetização e Extensão da Alfabetização	115
TOTAL:	516

NOTA: Estes quadros excluem os cursos realizados nas capitânicas.

CURSOS REALIZADOS NAS CAPITANIAS DOS PORTOS			
CURSOS	70	170	4.021
	71	223	4.630
ALUNOS	72	242	4.330

Os Cursos de Alfabetização da DPC destinam-se a analfabetos marítimos, portuários, estivadores, pescadores e familiares dessas categorias.

O Curso de extensão da alfabetização, por sua vez, dirige-se aos integrantes de qualquer grupo de Pessoal da Marinha Mercante e que hajam concluído com aproveitamento o curso de alfabetização ministrado pelo Ensino Profissional Marítimo ou pelo MOBREAL.

6.2 — Ministério do Exército

O Exército Brasileiro, de longa data, participa significativamente do esforço que se promove no País tendente à erradicação do analfabetismo. Sua colaboração se faz sentir, em maior escala, no atendimento às populações civis situadas em zonas de fronteiras, onde as instalações militares complementam escolas escassas ou mesmo inexistentes.

Ao lado dessa ação educativa, o Exército vem atuando no sentido de que os jovens, mobilizados para o serviço militar, não saiam dos quartéis apenas

com o certificado de reservista, mas também alfabetizados, com um treinamento e sua carteira profissional. Assim, além das escolas regimentais, mantém um Centro de Ensino Técnico-Profissional na Guanabara e cursos de treinamento em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O ingresso de alunos nesses Centros de Treinamento é precedido de testes vocacionais realizados por psicólogos do SENAI e SENAC, e de um levantamento das necessidades locais de mão-de-obra, provido pelo Ministério do Trabalho.

As aulas são ministradas diariamente, em horário noturno. Várias indústrias, entre as quais a Ford-Willys do Brasil, Fábrica Nacional de Motores, Volkswagen, Bosch, Tubulações e Conexões Tigre, General Electric, Ishikawajima do Brasil etc., doaram, a esses Centros, equipamentos de escola-oficina para treinamento de desenhistas, eletricitas, técnicos de refrigeração, soldadores, mecânicos, torneiros, carpinteiros, ajustadores, pintores etc.

Cerca de seis mil alunos, egressos do Serviço Militar foram treinados nos diversos cursos e já aproveitados no mercado de trabalho. Além disso o programa de alfabetização desenvolvido pelo Exército já atendeu, nos últimos anos, a milhares de alunos.

6.3 — Ministério do Trabalho e Previdência Social

No quadro geral da política de formação de mão-de-obra e de expansão das oportunidades de emprego que o Governo Federal vem desenvolvendo, é de grande importância o papel desempenhado pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra. Este órgão, de caráter normativo, está subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Foi criado em 1966 e tem por fim a pesquisa e análise do mercado de trabalho em todo o País, examinando as condições de oferta e procura de mão-de-obra; a abertura de frentes de trabalho para atender ao crescimento da oferta de mão-de-obra provocada pela explosão demográfica; os problemas de colocação, de formação profissional, de imigração, de registro e identificação profissional.

Para executar a pesquisa e análise do mercado de trabalho, o DNMO processa a coleta, sistematizando dados relativos à população ocupada, necessários ao melhor conhecimento da composição, distribuição e flutuação da mão-de-obra no Brasil. O DNMO opera com três tipos de informações, de periodicidade e complexidade variáveis. Anualmente faz-se um levantamento completo das características individuais de todos os empregados no setor urbano, nas empresas industriais e de serviços, permitindo a elaboração de planos de longo prazo. Mensalmente, todas as empresas urbanas, atuando em indústria e serviços, enviam ao DNMO a lista de

empregados admitidos e demitidos, com suas características ocupacionais.

Decorridos três anos de apurações mensais, essa série estatística vem permitindo determinar os principais problemas cíclicos do mercado de trabalho, suas crises sazonais e conjunturais em todas as Unidades da Federação. Finalmente, as agências de colocação recolhem dados sobre oferta e demanda de mão-de-obra ao nível local, permitindo a compatibilização entre as aspirações das empresas e empregados potenciais.

As atividades do Departamento Nacional de Mão-de-Obra no campo da formação profissional, iniciadas em 1968, contribuem, expressivamente, para a integração dos vários programas de treinamento que se destinam a qualificar, atualizar, aperfeiçoar e especializar mão-de-obra. No desenvolvimento desse esforço conjugado, o DNMO vem estabelecendo convênios com diversos órgãos, entre os quais o Departamento de Ensino Médio do MEC — que coordena os programas do PIPMO; os Ministérios da Marinha e do Exército, o SENAI, o SENAC, e as Superintendências de Desenvolvimento Regional — SUDENE, SUDAM, SUDECO e SUDESUL.

Em 1970 foram treinados, através desses convênios, quase 100 mil trabalhadores desempregados, com os recursos do Fundo de Auxílio-Desemprego.

6.4 — Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)

A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR, embora criada em 1956, só foi institucionalizada em 1966, quando passou a coordenar todas as atividades de Extensão Rural no País.

A Extensão Rural tem por objetivo o progresso econômico, social e cultural do homem rural. Como trabalho educativo, é uma forma de investimento para eficientizar os fatores de produção e aumentar o bem-estar. Procura difundir novas práticas de trabalho, criar melhores hábitos de vida, despertar desejos de progresso, incentivar o espírito de iniciativa, aumentar a capacidade de ação, promover a valorização do homem — ajudando-o a ajudar-se; todo o seu esforço, enfim, contribui para acelerar o processo de desenvolvimento e assegurar ao mesmo condições de auto-sustentação.

Suas principais atividades são:

- **educação** — compreende programas, projetos e medidas para a melhor habilitação dos agricultores, suas famílias e comunidades, mormente no que tange ao aspecto de alimentação, saúde e habitação;
- **orientação técnica e econômica** — para colocar ao alcance da população rural o progresso tecnológico e as condições necessárias ao aumento de sua renda; e

— **informação** — como elemento motivador e complemento obrigatório do trabalho educacional e de orientação técnicoeconômica.

O Sistema Brasileiro de Extensão Rural se constitui de uma entidade de coordenação, em nível nacional — a ABCAR —, à qual se filiam 22 Associações de Crédito e Assistência Rural que operam os Serviços de Extensão Rural nas respectivas Unidades da Federação. Tanto a ABCAR, quanto as suas filiadas, são sociedades civis, sem fins lucrativos, técnica e administrativamente autônomas, mas harmonicamente articuladas entre si, em função de objetivos, princípios e metodologia de trabalho comuns. Funcionam em regime de cooperação com os Governos (Federal, Estadual, Municipal), órgãos de desenvolvimento regional, estabelecimentos de crédito e entidades privadas. Nesse sentido, a ABCAR reúne cinco categorias de membros: natos, mantenedores, cooperadores, executores e fundadores; entre os primeiros encontra-se o Ministério da Educação e Cultura.

A ABCAR mantém cerca de 1.053 escritórios, que assistem 1.548 municípios. Através de seis centros de treinamento (Manaus, Fortaleza, Recife, Viçosa, Florianópolis e Vitória) são capacitados milhares de técnicos de diferentes profissões, pertencentes a diversas entidades.

Como atividade suporte, a ABCAR vem desenvolvendo ações orientadas no sentido de formação e dinamização de estruturas comunitárias, mobilização de líderes voluntários, canalização de crédito, capacitação de pessoal, incentivos a cooperativas e sindicatos, além de outras que implicam apoio e fortalecimento do trabalho nos setores da produção e do bem-estar. Esses trabalhos se realizam com a cooperação de líderes voluntários e de milhares de organizações comunitárias, abrangendo Conselhos Municipais de Desenvolvimento, Comissões Específicas, Grupos de Agricultores, de Donas de Casa e de Líderes, Clubes de Jovens etc.

A ABCAR já se acha articulada com o PIPMO, órgão que atualmente confere prioridade elevada ao setor agrícola.

ATIVIDADES EM 1972

Pessoas alfabetizadas	— 10.497
Escolas construídas	— 291
Escolas reformadas	— 546
Escolas orientadas com preparo de merendas	— 4.300
Escolas com hortas	— 145
Monitores de alfabetização treinados	— 2.569
Professoras treinadas	— 11.560
Líderes treinados	— 3.931
Iniciação escolar orientada	— 4.782

O período 1970/73 deverá significar ação concentrada e renovadora na área de educação, destacando-se a alfabetização e a educação continuada de adultos; expansão e reformulação dos sistemas de treinamento de mão-de-obra, em articulação com os órgãos e entidades já atuantes nesse campo (MOBRAL e PIPMO).

6.5 — Inspeção São João Bosco

A Inspeção São João Bosco, com o programa de Educação de Base e Alfabetização de Adultos, busca fundamentalmente a formação humana.

Seu programa atinge todo o território nacional, havendo maior concentração em nove Unidades da Federação. O trabalho é realizado por voluntários — em sua maioria estudantes do Ensino Médio — e grupos de jovens das paróquias da Igreja Católica. Envolve também funcionários da Caritas (organização católica), da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), da LBA (Liga Brasileira de Assistência) e membros do Lions e do Rotary.

O trabalho, em geral, realiza-se em Clubes, Colégios, Paróquias, sob a coordenação geral de membros da Congregação Salesiana, pertencentes à Inspeção São João Bosco e liberados especificamente para o desenvolvimento das atividades do programa. Além do ensino direto, a Inspeção São João Bosco fez uma experiência em TV, em 1969. No programa de alfabetização a Inspeção emprega um método (SDB) por ela concebido, tendo promovido também a impressão do material do professor. O treinamento dos monitores é parte integrante do programa. De 1963 a 1971, a Inspeção São João Bosco alfabetizou cerca de 500.000 alunos.

6.6 — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

O SENAC é uma organização de caráter privado, criada em 1946 e mantida pela Confederação Nacional do Comércio visando ao preparo de mão-de-obra qualificada para o setor de serviços. Através de uma rede de cerca de 100 escolas e núcleos de treinamento, construídos nos maiores centros comerciais do País, e de suas unidades volantes, ele atende aos seguintes grupos de atividades econômicas: comércio varejista, comércio atacadista, comércio armazenador, turismo e hospitalidade (agências de turismo, de viagens, hotéis e similares) e autônomos do comércio (leiloeiros, despachantes aduaneiros, corretores de imóveis, de mercadorias, representantes comerciais).

Para a consecução de seus objetivos o SENAC dispõe de vinte e um Departamentos Regionais nos diferentes Estados da Federação, na Capital Federal, mantendo cursos diversificados.

Interessa notar que o SENAC, mantendo ensino próprio, atua também em cooperação com outros órgãos, proporcionando, inclusive, bolsas de estudo. Seus programas permitem adaptação às necessidades da classe empresarial em cada região. São executados após pesquisas, tendo em vista soluções mediatas e imediatas para os problemas do mercado de trabalho.

ATIVIDADES DO SENAC

	1970	1971
1. Cursos Realizados:		
a) Matrícula total —>	103.715	125.977
b) Matrícula efetiva —>	88.166	107.622
c) Aprovação —>	74.702	92.082
2. Seminários Realizados:		
a) Matrícula total —>	3.790	7.281
b) Evasão —>	—	693
c) Matrícula efetiva —>	—	6.588
d) Aprovação —>	—	6.209
3. Cursos Fornecidos:		
a) Profissionais (para adultos)		
I) Comunicação, Documentação e Secretariado		
II) Administrativa		
III) Vendas		
IV) Hospitalidade		
V) Propaganda		
VI) Higiene e Beleza		
VII) Turismo		
VIII) Hospitalização		
IX) Corretagem		
X) Serventia		
XI) Aferição, Classificação de Mercadoria		
b) Para menores		
I) Ginásio Comercial		
II) Classes Especiais		
III) Cursos Profissionais		

6.7 — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

O SENAI é uma organização de caráter privado, criada e mantida pela Indústria desde 1942, que vem preparando pessoal de nível médio, operários qualificados e aprendizes. Sua estrutura administrativa prevê Departamentos Regionais, coordenados por um Departamento Nacional, a exemplo do que sucede com o SENAC. A criação do SENAI, em 1942, um exemplo concreto do espírito pioneiro e do sentido social da empresa privada brasileira.

ATIVIDADES DO SENAI — 1971

1. Unidades de Operação:

Centros de formação profissional	—	157
Centros especiais de treinamento	—	60
Escolas Técnicas	—	13

2. Matrículas:

Cursos de aprendizagem	—	43.037
Treinamento e aperf. de adultos	—	99.620
Aperfeiçoamento de supervisores	—	43.787
Cursos técnicos	—	2.427
Aperfeiçoamento de docentes	—	3.799
Formação intensiva SENAI/ PIPMO	—	23.601
Treinamento SENAI/DNMO	—	21.538
Total de alunos X hora	—	55.115.600

3. Nas Empresas:

Aprendizagem no local de trabalho (estimativa)	—	50.000
Treinamento, aperfeiçoamento e especialização	—	93.971

4. Certificados e Diplomas:

de aprendizagem e cartas de ofício	—	12.500
de treinamento e aperfeiçoamento	—	153.588
de técnicos	—	330

6.8 — Serviço Social do Comércio (SESC)

O Serviço Social do Comércio, entidade particular de caráter social, assistencial e educativo, foi criado em 1946 pela Confederação Nacional do Comércio, sendo por ela mantido.

A partir de 1968 o SESC vem executando programas educativos que denotam preocupação específica com problemas de Educação de Adultos, o que lhe tem permitido contribuir, efetivamente, para o bem-estar do comerciário, para melhoria do seu padrão de vida e de sua família.

Nesse mister, a ação educativa do SESC é desenvolvida, principalmente, nos centros de atividades, ginásios esportivos e colônias de férias, através de cursos, uso de bibliotecas, grupos de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas, participação em movimentos comunitários, etc.

A organização do SESC compreende uma Administração Nacional, que coordena as atividades das administrações regionais desenvolvidas em cerca de 150 cidades espalhadas em todo o território nacional.

ATIVIDADES DO SESC EM 1970

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	
Inscrições	640
Aulas dadas	
Número	825
Frequência	16.904
Concluintes	560

CURSOS DE VALORIZAÇÃO SOCIAL	
Total	
Inscrições	66.089
Aulas dadas	
Número	99.120
Frequência	1.136.022
Concluintes	54.451

ATIVIDADES DO SESC EM 1971

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	
Inscrições	996
Aulas dadas	
Número	3.857
Frequência	134.657
Concluintes	734

CURSO DE VALORIZAÇÃO SOCIAL	
Total	
Inscrições	72.471
Aulas dadas	
Número	116.715
Frequência	1.665.159
Concluintes	59.660

6.9 — Serviço Social da Indústria (SESI)

O Serviço Social da Indústria, criado em 1946, objetiva atingir padrões mais elevados de bem-estar social para os trabalhadores e seus dependentes, estabelecendo um programa permanente de valorização do Homem Brasileiro.

As atividades básicas do SESI dirigem-se para a Educação, Nutrição, Recreação e Assistência Médica do trabalhador industrial brasileiro.

No tocante à educação de base o SESI oferece, além da educação primária, cursos regulares para alfabetização de adultos que, no triênio 1967/1969, atingiram a 45.250 matrículas e 17.771 alfabetizados.

Além da educação de base, o SESI oferece cursos de formação profissional que, no triênio 1967/1969, qualificaram 4.203 trabalhadores, em um total de 212 cursos.

A distribuição das atividades do SESI por todo o território nacional colocam-no como organização indispensável ao apoio de outras organizações, como o MOBREAL, que se disseminam de uma maneira ainda mais extensa por todo o País.

Tomando-se apenas o SESI de São Paulo, em 1970, foram operadas 3.200 classes do antigo curso primário, 106 classes de ensino pré-primário e 1.176 classes de supletivo.

6.10 — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)

O Governo Federal criou, através do Decreto n.º 53.324, de 18-12-1963 o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial — PIPMOI. Iniciando suas atividades em 1964, seu alvo imediato foi preparar técnicos em Mecânica, Material de Transportes, Eletrotécnica, Química e Construção Civil, uma vez que, nessas áreas, se registrava a maior necessidade de mão-de-obra qualificada.

A experiência do PIPMOI e sua repercussão em outras áreas governamentais provocaram considerações sobre a conveniência de serem atendidos, por igual, os setores econômicos primário e terciário. O PIPMOI transformou-se em PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra).

Inscrito dentre os Projetos Prioritários do Governo Federal, o PIPMO, consoante o Plano Setorial de Educação e Cultura — 1972/1974, deverá preparar, neste triênio, um total de 550.000 novos profissionais distribuídos pelos seguintes setores: primário — 150.000; secundário — 183.000 e terciário — 217.000.

De acordo com a legislação que o criou, o PIPMO tinha por objetivos:

- especializar, retrainar e aperfeiçoar o pessoal empregado na indústria;
- habilitar profissionais para a indústria; e
- preparar pessoal docente, técnico e administrativo para o ensino industrial.

Dada a reformulação, que estendeu suas atividades aos demais setores de produção, seus objetivos ampliaram-se para:

- treinar novos profissionais para as atividades primárias, secundárias e terciárias; e
- aperfeiçoar, retrainar e especializar o pessoal já empregado.

O PIPMO tem sua ação estendida a todos os níveis de profissionalização, o que se torna óbvio se considerarmos as diferentes faixas de treinamento: — operários (semiqualeificados ou qualificados); supervisores (agentes de mestria); auxiliar técnico ou administrativo (especialistas); técnicos e engenheiros; gerentes e administradores; pessoal docente (professores e instrutores) etc.

Sendo específica sua área de atuação, em que somente a parte essencial de cada ocupação é incluída nos cursos intensivos, o programa se dirige a maiores de 18 anos.

O PIPMO exerce sua ação em todas as Unidades da Federação. A formulação dos cursos, sua localização, a definição de níveis e especialidades a serem atendidas decorrem de levantamento da demanda de mão-de-obra e de recursos materiais e humanos oferecidos pela comunidade para a sua realização.

Dentro do princípio de descentralização administrativa, e não possuindo bases físicas, sua atuação é efetivada através de convênios com entidades educacionais, empresas, organismos federais, estaduais e municipais e entidades privadas.

Basicamente, o PIPMO é constituído de um Grupo-Tarefa de Coordenação Nacional e os Grupos-Tarefa de Coordenação Estadual.

Desde a inauguração de suas atividades (1964), até 1972, o PIPMO já preparou um total de 658.802 profissionais.

Em 1973, o MOBREAL transferirá Cr\$ 1.500.000,00 ao PIPMO, através de convênio, para cobrir as despesas de treinamento de 30 mil alunos formados em seus cursos de educação integrada.

6.11 — Legião Brasileira de Assistência (LBA)

A LBA situa-se entre as instituições que colaboram na execução das metas do Governo no setor de educação de adultos.

O Departamento de Educação para o Trabalho da LBA está unindo seus esforços aos do MOBREAL, no sentido de estenderem seus Cursos de Educação Para o Trabalho, aos alunos egressos do MOBREAL. O MOBREAL, por sua vez, atenderá em seus cursos os alunos que lhe forem encaminhados pela LBA.

A LBA vem desenvolvendo uma atuação conjunta com o PIPMO, também do MEC, de cujos programas de treinamento a LBA é entidade executora.

ATENDIMENTO NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DA LBA EM 1971

EXECUÇÃO DIRETA	N.º CURSOS	N.º ALUNOS
BRASIL	961	24.175
EXECUÇÃO INDIRETA	N.º CURSOS	N.º ALUNOS
BRASIL	1.575	38.931
TOTAL:	2.536	63.106

ATENDIMENTO GERAL 1971 — SEGUNDO SETORES

AGROPECUÁRIO	ARTE-SANAL	CULTURAL	DOMÉSTICO	OFÍCIO	TOTAL
ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
3.315	9.167	10.181	8.113	32.330	63.106

ATENDIMENTO GERAL DA LBA EM 1972

— Alunos qualificados profissionalmente através de 6.000 cursos de educação para o trabalho	113.106
— Monitores de alfabetização treinados	2.000
— Projetos de assistência ao pré-escolar	82
— Projetos de nutrição e alimentação	200
— Convênios:	
• Serviço Social	
• Educação Para o Trabalho	3.476
• Medicina	

6.12 — Ensino Supletivo

O Ensino Supletivo no Brasil atingia tradicionalmente o nível equivalente ao antigo curso primário, sendo predominantemente estadual. Esforços municipais e privados complementavam o quadro. O ensino supletivo estadual, além de ter sido tradicionalmente o principal elemento de educação de adultos no Brasil, através dos Convênios de Educação Integrada celebrados com o MOBREAL, passa por um processo de modernização que deverá permitir-lhe um crescimento substancial de matrículas nos próximos anos. Além da clientela tradicional, que permitiria uma expansão apenas vegetativa deste

subsistema de ensino, existirá uma clientela adicional de alfabetizados pelo MOBREAL, todos eles encaminhados para as redes regulares do ensino supletivo onde, por sinal, já não encontram vagas disponíveis em número suficiente, por força de sua grande expressão quantitativa (2,3 milhões em 1972).

Este ramo de ensino terá mais um elemento de pressão para sua expansão acelerada, na imperiosa integração do ensino supletivo com o ensino formal, para montagem adequada do sistema de Educação Permanente.

As transformações por que passará o ensino supletivo serão inicialmente apenas quantitativas mas, ainda em curto prazo, alterações qualitativas profundas deverão ser realizadas. O MOBREAL, através da generalização de seus experimentos, após avaliação criteriosa, contribuirá decisivamente para a transformação das redes regulares de ensino primário supletivo estadual e municipal.

Este ramo de ensino é predominantemente de responsabilidade **Estadual** e localizado no setor **Urbano** (em 1969, representavam, respectivamente, 75% e 82% do total de matrículas). O ensino **Municipal** é o que se segue em importância, com 15% das matrículas totais.

No período 1964-1969 o ensino primário supletivo cresceu 129%, ou seja, 18% anuais cumulativos. Estima-se que o ensino supletivo atendeu a mais de 1.000.000 de alunos, quase todos já com convênios firmados entre as Secretarias de Educação e o MOBREAL (880 mil alunos em 1972). Adotando-se essa estimativa como verdadeira — ela é muito pessimista — o crescimento, no período 1964-1972, situa-se em 16% anuais, no mínimo.

Além disso, nos últimos anos, têm-se desenvolvido sobremaneira os cursos livres, principalmente da iniciativa particular, no sentido de preparar os alunos para prestação de exames de madureza correspondentes ao antigo ginásio e ao antigo colégio, ou seja, exames supletivos que permitem obtenção de certificados respectivamente de 1.º e 2.º graus.

Não há estatística disponível sobre o movimento desses cursos livres em todo País, mas é de crer que pelo menos meio milhão de pessoas estejam envolvidas nessa preparação.

Aliás, o Supletivo de 1.º e 2.º graus vem se constituindo numa alternativa para a iniciativa privada, que já não pode mais concorrer com os sistemas públicos de ensino na manutenção de escolas formais de 1.º grau e 2.º grau. Talvez esteja aí, já esboçado, o caminho para sobrevivência da iniciativa privada educacional em nosso País, cuja contribuição para o nosso desenvolvimento foi extremamente profícua, não devendo, portanto, ser desprezada no futuro.

Há ainda um grande número de iniciativas de caráter privado em educação profissional, especialmente em São Paulo e na Guanabara.

6.13 — Programas de Educação de Adultos com Utilização de Novas Tecnologias

a) Serviço de Radiodifusão Educativa. (Projeto Minerva)

Este projeto, desenvolvido pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciou-se em 1970.

Os diversos programas produzidos pelo Projeto Minerva são difundidos através de uma cadeia nacional de emissoras comandada pela Rádio Ministério da Educação, cuja transmissão, por microondas, é fornecida pela EMBRATEL — Empresa Brasileira de Telecomunicações. Nas regiões do País em que a EMBRATEL não opera, a difusão é efetivada através do tráfego de fitas magnéticas, escolhendo-se, em cada Estado, uma rádio monitora (a mais potente), que fornece o som às demais.

O Projeto destina-se à complementação do trabalho dos sistemas educacionais regulares. Pode abranger qualquer nível de escolaridade, quaisquer setores de divulgação ou orientação educacional, pedagógica ou profissional ou, ainda, prestar informações sobre unidades ou sistemas escolares de interesse das audiências.

A recepção assume duas formas distintas: a **organizada**, realizada para grupos de 25 a 35 alunos, que acompanham as aulas sob a orientação de um líder (monitor), em recinto que disponha de um aparelho receptor (radioposto) e utilizando-se apostilas adequadas ao acompanhamento; a recepção **isolada**, que consiste no acompanhamento individual das aulas pelo aluno, em sua própria residência.

O MOBREAL realizou um primeiro convênio com o Projeto MINERVA, visando ao treinamento de alfabetizadores, em 1972, cobrindo todo o território nacional. Foram treinados 90.500 alfabetizadores, reunidos em 4.420 radiopostos, dirigidos por igual número de monitores. Atualmente o SRE está radiofonizando, para o MOBREAL, um curso de educação integrada experimental, a ser veiculado pelo rádio no Estado do Rio Grande do Norte e atingindo a 10.400 alunos, agrupados em 340 radiopostos.

b) Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa

Criada sob a forma de Fundação pela Lei n.º 5.198, de 3 de janeiro de 1967, a FCBTVE tem como finalidades a produção, aquisição e distribuição de material destinado à televisão educativa.

A FCBTVE, além do treinamento de pessoal técnico especializado para a televisão educativa, vem fazendo programas destinados à Educação de Adultos, sobre Ciências, Matemática, Conhecimentos Gerais, Educação Familiar, Iniciação Artística e assuntos de interesse da comunidade.

Em 1973, a FCBTVE pretende executar seu Projeto do Curso Intensivo de Ensino Primário, com uma programação apoiada em altos padrões de tecnologia pedagógica, que terá caráter experimental. Este objetiva o atendimento de uma faixa de adultos, com curso primário incompleto, que aspiram obter seu certificado de conclusão das quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau, já exigido em vários Estados para ingresso em empresas privadas ou públicas sem o pagamento de uma multa equivalente a 50% do salário-mínimo estadual.

O MOBREAL assinou convênio com a FCBTVE visando a produção de um programa bivalente de treinamento de alfabetizadores pela televisão e que, ao mesmo tempo, permitirá, com a ajuda de monitores, alfabetizar telespectadores reunidos nos telepostos que o MOBREAL instalará. Esse projeto de alfabetização pela televisão é encarado pelo MOBREAL como experimento, enquanto o treinamento de alfabetizadores será estendido ao maior número possível de assistentes.

c) Fundação Padre Anchieta

Em 1967 o Governo do Estado de São Paulo instituiu a Fundação Padre Anchieta, Centro Paulista de Rádio e TV Educativa.

Após 21 meses de pesquisas, na elaboração de seu projeto e na construção e instalação de suas estações de rádio e TV, a Fundação Padre Anchieta, em junho de 1969, iniciou sua programação.

Visando a atingir todas as faixas socioeconômicas-culturais da população coberta por suas emissões, e atendendo ao seu fim educativo, a Fundação Padre Anchieta estabeleceu três linhas diárias de programas: artísticos, culturais e de ensino.

Em relação ao ensino estabeleceu-se o seguinte plano de ação:

- Cursos de Alfabetização e Primário Intensivo para Adolescentes e Adultos;
- Curso Ginásial Intensivo (Madureza Ginásial); e
- Curso Colegial com Caráter Técnico ou Profissionalizante.

Vale notar que a partir de junho de 1970 a programação de ensino da Fundação passou a ser emitida em vários Estados do País, pelas emissoras de rádio e televisão.

d) Movimento de Educação de Base — MEB

O Movimento de Educação de Base (MEB), entidade socioeducativa, sem fins lucrativos, foi criada em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O MEB originou-se das experiências de Educação de Adolescentes e Adultos desenvolvidas pelo Episcopado Brasileiro em Natal e Aracaju. Organizado em 1961, passou a desenvolver seu trabalho atingindo vários Estados brasileiros, notadamente os do Nordeste.

Em 1970, a ação do MEB abrangia 8 (oito) Estados, num total de 147 municípios. Seus programas educativos destinam-se às populações rurais. O MEB objetiva a educação da população rural, definindo a educação como um processo de integração na cultura. Sua ação educativa pretende desenvolver as potencialidades individuais, preparando o homem para sua realização pessoal e para transformá-lo num agente de mudança e desenvolvimento social.

A metodologia educacional, escolhida pelo MEB, inspira-se em vários métodos e experiências de Educação de Adultos, compreendendo:

- promoção comunitária pela prestação de serviços;
- associativismo;
- animação popular;
- organização e desenvolvimento da comunidade.

A equipe de cada sistema planeja e executa um programa educacional local, treinando, nas comunidades atingidas, animadores e voluntários.

As atividades educativas podem ser classificadas em três tipos:

- **Atividades Cooperativas**, em benefício dos participantes do grupo, pela ajuda mútua, e em benefício da comunidade.
- **Atividades Recreativas**: clubes de futebol, festas folclóricas.
- **Atividades de Capacitação e Formação**, através de clubes voltados geralmente para aprendizagem e ensino de corte e costura, enfermagem, puericultura e de atividades escolares.

As escolas do MEB são instrumentos para todas as atividades de Animação Popular visando à transmissão de conhecimentos gerais que possam atender às necessidades dos educandos, possibilitar a integração cultural e econômica, além de ser um meio de dinamização das comunidades.

As escolas foram inicialmente, em sua maioria, radiofônicas, utilizando sistemas de recepção organizada. Recentemente, foram criadas inúmeras escolas não-radiofônicas para atender outras áreas. A ação alfabetizadora do MEB é agora totalmente apoiada por material didático, doado pelo MOBRAL, segundo termo assinado em março de 1973.

No período de 1961 a 1971 o MEB alfabetizou 526.900 pessoas. Em 1972 o MEB atendeu a cerca de 25 mil analfabetos, realizou cursos de formação profissional para 10 mil pessoas e cursos de educação continuada para cerca de 9 mil alunos.

O MEB tem contado sempre com recursos federais, repassados pelo MEC, e recursos provenientes de convênio com a SUDENE, além de financiamento e doações de entidades nacionais e internacionais.

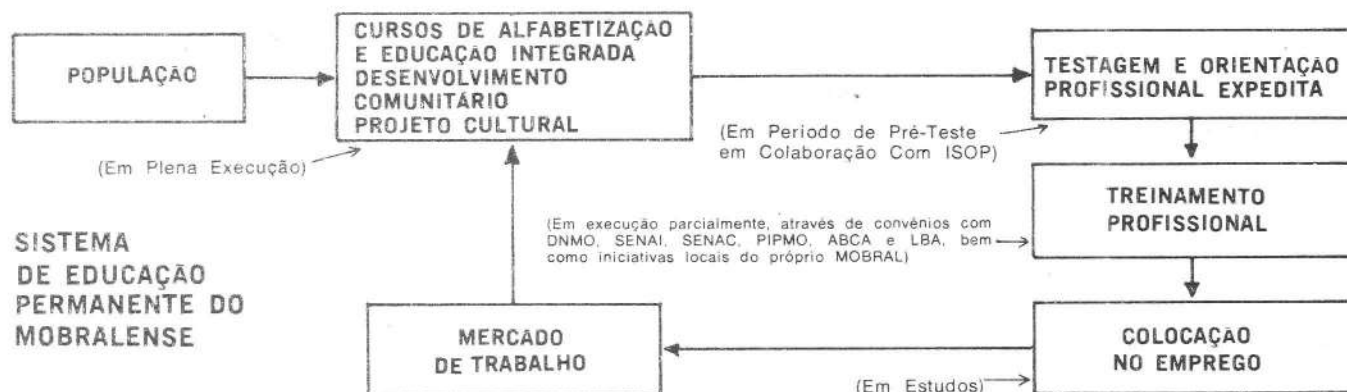
Capítulo 7

A POSIÇÃO DO MOBRAL

O MOBRAL caracteriza-se pelo objetivo básico de formar o homem total, para o exercício global de suas funções na sociedade moderna.

Considerando que no mundo moderno a formação do homem integral é um processo dinâmico, de complexidade crescente, exigindo uma ação duradoura, que persista durante toda a vida, o MOBRAL pretende atingir seu objetivo contribuindo decisivamente para a implantação, no Brasil, de um sistema de educação permanente, do qual sua clientela possa usufruir.

Os programas educacionais, culturais e comunitários do MOBRAL estão sendo idealizados e implementados dentro dessa concepção. Aliás, deve-se notar que educação permanente, produção cultural e desenvolvimento comunitário são interdependentes e, na concepção do MOBRAL, não devem coexistir isoladamente.



O MOBRAL, em todo o território nacional, atende sua clientela potencial nos cursos de alfabetização e educação integrada e desenvolve, com os alunos, atividades de caráter comunitário e cultural. Atualmente, está sendo preparado o pré-teste, em municípios do Estado de São Paulo, de baterias de testes expeditos para orientação profissional em colaboração com o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas. Essas baterias foram construídas e validadas para a população masculina entre 16 e 20 anos, em decorrência de estudos e pesquisas que duraram 2 anos e foram efetuadas pelo ISOP sob o patrocínio do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Essas baterias, adaptadas à população brasileira, serão aplicadas a todos os alunos do MOBRAL, provavelmente no início de 1974.

Deve-se notar que, em virtude de sua flexibilidade, o MOBRAL, ao nível local, já desenvolve, em certos casos, esse tipo de atividade de aconselhamento. Como exemplo pode-se citar o caso do Município da Capital do Estado de São Paulo, em que os alunos egressos do MOBRAL recebem treinamento após testados pela Secretaria de Bem-Estar Social, à qual está vinculada a Comissão Municipal do MOBRAL.

No que concerne ao treinamento profissional, o MOBRAL possui convênios assinados com a Fundação Gaúcha do Trabalho (que, subsidiada pelo DNMO, do Ministério do Trabalho, atenderá a 10 mil egressos dos cursos no MOBRAL no Rio Grande do Sul) e PIPMO (que, em 1973, atenderá a 30 mil alunos egressos do MOBRAL, treinando-os em ocupações dos setores econômicos primário, secundário e terciário). Está em vias de assinatura convênio com a LBA, no mesmo sentido. Estuda-se a possibilidade de fazer convênios ao nível federal com ABCAR, SENAI, SENAC e DNMO. Ao nível local essas entidades já colaboram ativamente com o MOBRAL.

Deve-se frisar que, ainda em virtude da flexibilidade operacional das Comissões Municipais do MOBRAL, muitas delas possuem cursos próprios de formação profissional, além de, em certos casos, já manterem ligações com os órgãos citados (SENAI, SENAC, ABCAR, PIPMO, LBA etc.) que lhes permitem a qualificação profissional dos egressos dos cursos de alfabetização e educação integrada. Todavia, o MOBRAL Central não dispõe de informação sistemática e completa sobre essas atividades.

A colocação dos alunos do MOBRAL em empregos disponíveis é outra atividade muito usual nas Comissões Municipais e que deverá sofrer certa sistematização ainda em 1973. Essa sistematização será acompanhada de coleta de informação sobre oferta e demanda do mercado de trabalho local, que permitirá, ao fim de certo tempo, planejar com precisão as atividades de formação profissional que se guiarão pelas necessidades dos setores de produção.

Uma vez colocado no mercado de trabalho e durante seu exercício profissional, o antigo mobralense poderá retornar aos cursos do MOBRAL cuja tendência é dispor de toda a gama de ensino supletivo, desde a alfabetização até a Universidade. No momento o MOBRAL concentra-se na alfabetização e no supletivo correspondente às 4 primeiras séries do ensino de 1.º grau, por motivos óbvios: em 1970 o Censo Demográfico acusava uma população economicamente ativa composta de 29,5 milhões de pessoas, das quais 19 milhões (64%) não possuíam sequer 4 anos terminados de educação. Somando-se os "não-economicamente ativo" (36,5 milhões), isto é, para o total de 66 milhões de habitantes com 10 anos e mais de idade, quase 44 milhões não possuíam mais de 3 anos terminados de educação. Desses, 7,3 milhões possuíam 3 anos de escolarização; 7,0 milhões haviam completado dois anos de educação; 5,4 milhões tinham 1 ano terminado de educação; 21,1 milhões não sabiam ler e escrever; os restantes, não declararam o grau de instrução ou tinham idade ignorada.

Diante desse perfil educacional e considerando a disposição do Governo Revolucionário em promover a democratização de oportunidades e, conseqüentemente, a redistribuição de renda no País, é natural que o MOBRAL, eficaz instrumento dessa política, ataque maciçamente a educação, partindo da base.

É evidente que essa orientação-mestra não impedirá o MOBRAL de, eventualmente, efetuar experimentos em níveis educacionais mais avançados. Todavia, por alguns anos mais, a alfabetização constituir-se-á na principal atividade da instituição.

Para atingir seu objetivo de proporcionar às camadas mais desfavorecidas da população brasileira o ingresso em um verdadeiro sistema de educação permanente, o MOBRAL articula-se em todos os órgãos nacionais que atuam em educação geral e/ou treinamento de adultos e promove a conscientização das comunidades acerca de seu papel no campo educacional. O MOBRAL participa da idéia de que o problema da educação só será resolvido quando atingirmos o estágio da "sociedade discente-docente". Em outras palavras, e educação é uma tarefa de todos — de toda população e de toda comunidade — e que deve ficar à disposição de todos durante toda a vida.

A viabilidade de estabelecer essa "sociedade discente-docente" depende fundamentalmente da introdução de tecnologias avançadas de educação, que permitam ao processo ensino-aprendizado deixar a fase artesanal em que ainda se debate e se deteriora — por força das novas condições mundiais —, vivendo uma revolução que signifique a superação de falsos dilemas do tipo "quantidade versus qualidade", "ensino técnico versus ensino humanístico", "educação geral versus educação profissionalizante".

Por tudo isso, o MOBRAL vem desenvolvendo vários projetos na área de novas tecnologias educacionais. Sua estratégia, neste caso, tem consistido em atribuir prioridade ao treinamento de alfabetizadores e professores, partindo do pressuposto que os docentes treinados pelos novos meios e métodos terão, futuramente, muito maior propensão e facilidade em aceitá-los e utilizá-los nas suas atividades de ensino. Para manter suas características de economicidade o MOBRAL limita-se ao uso primordial dos meios de comunicação de massa, que podem ser associados a material de apoio audiovisual ou sob forma de instrução programada.

Dentro dessas linhas filosóficas e de ação o MOBRAL firma-se no Brasil como agente de mudança e agente de inovação, exercendo sua pressão positiva sobre os demais componentes do sistema social brasileiro, em constante e rápido processo de aperfeiçoamento sob a égide da Revolução de 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

PROBLEMAS DE SUPERVISÃO
E AVALIAÇÃO
NUM PROGRAMA DE MASSA/MOBRAL

1973

PROBLEMAS DE SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO NUM PROGRAMA DE MASSA - MOBRL

I N T R O D U Ç Ã O

1ª P A R T E

1. Caracterização de Avaliação - 1970/1972

1.1. Programa de Alfabetização Funcional

- Natureza de Avaliação
- Caracterização da Amostra
- Instrumentais

1.2. Programa de Educação Integrada - Projeto Experimental

- Natureza de Avaliação
- Caracterização da Amostra
- Técnicas utilizadas

1.3. Programa de Desenvolvimento Comunitário - 1971/1972

1.4. Principais pontos de estrangulamento no Processo de Avaliação e no período de 1970/1972

- Avaliação
- Supervisão

2ª P A R T E

2. O Subsistema de Supervisão Global

2.1. Objetivos

- . gerais
- . específicos

2.2. Estrutura e Funcionamento

- . níveis de supervisão

2.3. Estrutura e Funcionamento

2.4. Métodos e Técnicas de Supervisão

- visita
- reunião
- entrevista
- demonstração
- conferência
- trabalho de grupo
- registros de supervisão

2.5. Avaliação

- O que é avaliação
- Por que avaliar
- O que avaliar
- Quem deve avaliar e ser avaliado
- Como avaliar
- Quando avaliar
- Fases da avaliação

. Fase I - objetivos

. Fase II - Consolidação do Processo de Avaliação

I N T R O D U Ç Ã O

Abrangendo, desde o seu início, uma vasta clientela dispersa em todo o território nacional, o MOBRAL Central, como órgão normativo, sentiu a necessidade de implantar alguns procedimentos que visassem a criação de sistema de controle avaliação e supervisão.

No entanto essas tentativas não foram totalmente bem sucedidas , tendo em vista:

- . a fragmentação do atendimento dos programas
- . a composição das comunidades que não suportavam a execução de um serviço especializado
- . a inexistência de uma infra-estrutura técnica ligada as COESTs bem como de uma metodologia adequada.

É preciso que se coloque principalmente e, com a devida ênfase, a ausência de uma metodologia aplicável a países em desenvolvimento e adequada não a programas experimentais mas a um trabalho de larga escala.

Durante o período 70 e 72, foram sendo criados pouco a pouco, através de tentativas de ensaio e erro, alguns procedimentos, que eram repetidos ou enriquecidos, na medida da sua produtividade e exequibilidade, mas sem contar ainda com o apoio de uma estrutura de recursos humanos necessários. Posteriormente, em 1973, foi essa estrutura criada e colocada em funcionamento em todo o país cobrindo a totalidade dos municípios brasileiros. Essa estrutura passou então a desenvolver serviços de caráter técnico especializado que não seria possível delegar as Comunidades.

O documento a seguir tratará detalhadamente dessa busca de uma metodologia adequada que assegure ao MOBRAL, em seus vários níveis, as informações necessárias ao controle avaliação e supervisão dos programas.

1ª PARTE: Diagnóstico do Processo de Avaliação e Supervisão durante o período de 1970 - 1972.

1. Caracterização da Avaliação - 1970/1972

No período de 1970/1972 a equipe técnica do MOBRAL Central procurou avaliar os Programas de Alfabetização Funcional; Educação Integra-

da - Projeto Experimental e Desenvolvimento Comunitário, coletando, de forma sistemática, dados considerados mais significativos para o planejamento dos Programas.

1.1. Programa de Alfabetização Funcional

1 9 7 0

NATUREZA DA AVALIAÇÃO

A avaliação do Programa, neste primeiro momento, caracterizou-se como uma avaliação de natureza predominantemente quantitativa com alguns dados de natureza qualitativa, tendo-se para isto determinado uma Amostra.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Amostra Piloto abrangendo 40 municípios localizados nas 5 Regiões do País.

Critérios para a Amostra

- 1ª Amostra: Municípios integrados no Plano de Ação Concentrada (PAC) do Ministério do Interior.
- 2ª Amostra: Municípios não integrados no Plano de Ação Concentrada (PAC).

Ambas por Região, compreendendo 40 Municípios para cada amostra.

INSTRUMENTAIS

Para levantamento dos dados foram elaborados dois Instrumentais:

- a) Boletim de Frequência a ser preenchido pelo Alfabetizador - Anexo I.
- b) Instrumental de Controle e Avaliação a ser preenchido pelo Coordenador Estadual do MOBREAL, numa primeira tentativa de se implantar um Sistema de Supervisão no Programa de Alfabetização

Funcional - Anexo II.

No período de 70-72 ficou constatada pela Equipe Técnica Pedagógica do MOBRAL Central a impossibilidade das Coordenações Estaduais e Comissões Municipais exercerem de forma sistemática a Supervisão do Programa.

1971/1972

NATUREZA DA AVALIAÇÃO

Avaliação de natureza quantitativa e qualitativa para fins de replanejamento do Programa, tendo-se para esse fim, determinado uma Amostra mais abrangente.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Por se tratar de uma pesquisa em que se procurava verificar as condições de operacionalidade da fase experimental de um Programa que se instalava em caráter de urgência, não se teve condições objetivas para decidir os meios ou instrumentos de ação a serem experimentados nem os tipos de contexto em que deveria ocorrer a experiência.

Faltavam estudos científicos que permitissem uma caracterização homogênea desses contextos de modo a garantir a validade da determinação de tipos ou modelos de universos que deveriam ser selecionados como Amostra Representativa do universo multivariado, em que se inseria o Programa de Alfabetização Funcional.

Dadas estas circunstâncias, a Amostra foi selecionada como uma Amostra Intencional.

Critérios para a Amostra

- . abrangência das regiões geo-econômicas brasileiras alcançando-se o nível de micro-região;
- . definindo-se em termos de micro-regiões econômicas brasileiras, a amostra foi selecionada a partir do Município-Polo de cada mi

cro-região, desde que atendidos pelo MOBRAL;

- . na impossibilidade de se atender a este requisito, deveria ser selecionado o município de maior população.

Número de Municípios selecionados por esse critério: 337

Representando 10% do número total de municípios integrantes do Projeto.

INSTRUMENTAIS

- . Boletim de Frequência (reformulado) - Anexo III 1971/1972
- . Formulário para caracterização do aluno - Anexo IV
- . Ficha de Avaliação Pedagógica baseada no decálogo do MOBRAL - Anexo V.

Dados levantados: 70/72

- Alunos conveniados
 - Total de municípios atingidos
 - Total de alunos alfabetizados
 - Rendimento Global
- } Quadro I
- Produtividade do Sistema MOBRAL - Quadro II
 - Caracterização do aluno quanto a:
 - . sexo, idade, escolarização anterior ao MOBRAL - Quadro III
 - . relação entre sexo x emprego x semiquificação
 - . relação entre alunos empregados e desempregados por Região
- } Quadro IV
- causas de evasão - Quadro V
 - . qualificação de alfabetizadores - Quadro VI

Com a ampliação das metas do MOBRAL no período de 1971/1972 foi necessário recrutar maior número de alfabetizadores e conseqüentemente com menor capacitação profissional.

Como decorrência a Equipe Técnica do MOBRAL/Central desen-

volveu toda uma sistemática de treinamento direto de Alfabetizados res.

No segundo semestre de 1972, para o atingimento da meta de 2 200 000 alunos em todo o Território Nacional a demanda era de 108 000 novos alfabetizadores que antes do início de setembro de 1972 deveriam estar aptos a desenvolverem atividades docentes no Programa de Alfabetização Funcional.

Tendo o MOBREAL de procurar soluções para acelerar o treinamento dos novos alfabetizadores, optou por um Programa Radiofônico em convênio com o Projeto Minerva.

Avaliação do Programa

- Objetivo:** Verificar a validade das vias de ação adotadas nas diferentes etapas do Projeto, abrangendo os Recursos Humanos e os Componentes Técnico Instrumentais do Programa.
- Fases da Avaliação:** A Avaliação, processou-se em cada uma das 3 etapas de Implantação do Projeto.
- Amostra:** Abrangeu todo o Universo em cada uma das etapas, excetuando-se a 3ª Etapa (Avaliação do Rendimento do Alfabetizador) em que foram aplicados questionários para a totalidade de alunos em um Posto de Alfabetização em cada Município.
- Instrumentais:**
- . Questionários preenchidos pelos Técnicos do MOBREAL/Central, supervisores, monitores e alfabetizadores.
 - . Relatórios dos Coordenadores Estaduais após o término do treinamento - Anexo VI.
- Áreas de Avaliação:** O processo de Avaliação dentro de um enfoque de natureza quantitativa e qualitativa abrangiu as seguintes áreas:
- recursos humanos

- o rádio como instrumento transmissor de conhecimento
- o papel do monitor no treinamento do alfabetizador pelo Rádio.

Hipóteses de Trabalho

Em função dos objetivos gerais e específicos do Projeto , foram levantadas as seguintes hipóteses de trabalho:

- a - o treinamento por via radiofônica para alfabetizadores do MOBRAL, além de poder ser realizado em menor período de tempo, atingiria um número de pessoas muito superior aquele que poderia ser abrangido se utilizado o método de treinamento convencional;
- b- o treinamento por via radiofônica teria a vantagem de preservar o conteúdo a ser transmitido, conteúdo esse mais difícil de se conservar através do efeito multiplicador, se adotado o treinamento por via direta;
- c - a utilização de uma nova tecnologia (rádio) no sistema de treinamento despertaria, de início, certa resistência entre os alunos;
- d - no processo de treinamento por via radiofônica, a conservação da figura do monitor no radioposto teria uma função de elemento de transição na passagem de um processo de treinamento tradicional, onde a relação monitor e aluno alfabetizador se faz diretamente, para um novo processo, onde a relação se faria através do rádio e aluno alfabetizador.

Resultados da Avaliação:

- a) os resultados da Avaliação comprovaram que o treinamento por via radiofônica além de poder ser realizado em menor período de tempo (48 dias) atingiu um número significativo de pessoas (90 000 alfabetizadores) muito superior àquele que poderia ser atingido se utilizado o método de treinamento direto.

- b) a preservação do conteúdo transmitido apresentou um índice altamente positivo no treinamento recebido pelos Supervisores (100%) diminuindo no caso dos Monitores (95%). No caso específico dos Alfabetizadores que foram aqueles que receberam o treinamento radiofônico, a preservação do conteúdo parece ter sido mais afetada, uma vez que no final do curso apenas 59% dos monitores declararam que todos os seus alunos demonstraram ser capazes de trabalharem como alfabetizadores do MOBREAL e conseqüentemente retransmitirem para seus alunos o conteúdo apreendido durante o curso.

Variáveis que deverão ser levadas em conta:

- . nível de escolarização mais baixo dos monitores se comparados com o dos supervisores e monitores.
 - . universo vocabular: dificuldades no entendimento da linguagem usada nas gravações, aulas radiofonizadas e polígrafos aumentaram na medida em que chegaram até o nível do alfabetizador.
- c) a utilização de uma nova tecnologia, (rádio) no sistema de treinamento despertou certa resistência entre os alfabetizadores. Tal resistência parece se dever principalmente a dois motivos:
- 1º) dificuldade do uso do rádio como elemento material, ocasionando incertezas de boa sintonização acrescida da precariedade do atingimento radiofônico a muitos municípios podendo ser resumidas em:
 - má sintonização das emissoras em cadeia
 - pouca potência ou falta de colaboração das emissoras municipais
 - problemas de voltagem, interrupção de energia elétrica, fraca captação e nos pontos mais extremos do País a interferência nas rádios locais devido a grande potência das emissoras estrangeiras.
 - 2º) introdução de uma nova metodologia, onde o monitor do radioposto foi o elemento de ligação entre o rádio (transmissor de conhecimento) e a turma (receptor), cabendo-lhe o

papel de decodificador da mensagem transmitida e trabalhar sobre ela. Pergunta-se até que ponto a modificação do seu papel não foi fator de insegurança para o monitor levando-se em consideração o curto prazo em que foram treinados (19 dias).

- d) no processo de treinamento por via radiofônica, a conservação da figura do monitor no radioposto teve a função de elemento de transição na passagem de um processo de treinamento tradicional onde a relação monitor-aluno alfabetizador se fazia diretamente, para um novo processo onde a relação se faz através do rádio e aluno alfabetizador.

Na análise dos dados referentes a importância do monitor no treinamento do alfabetizador, 86% dos alunos alfabetizadores consideraram esta presença de grande importância para esclarecimento de assuntos que não ficavam bem explicados apenas com a transmissão radiofônica.

Parece assim comprovada a funcionalidade do monitor enquanto elemento de transição na passagem de um processo de treinamento tradicional para um novo processo com a introdução de nova tecnologia.

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

A N O	TOTAL ALUNOS CONVENIADOS	TOTAL DE MUNICÍPIOS ATINGIDOS	TOTAL DE ALUNOS ALFABETIZADOS	RENDIMENTO GLOBAL
1970	510.000	613	170.000	33%
1971	2.569.000	3.405	1.130.000	44%
1972	4.275.000	3.643	2.222.000	52%

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

PRODUTIVIDADE DO SISTEMA MOBIL - 1970/1972

PRODUTIVIDADE ANO	CONVENIADOS	DESERÇÃO IMEDIATA %	DESERÇÃO MEDIATA %	APROVAÇÃO %	PRODUTIVIDADE GLOBAL	ALFABETIZADOS
1970	510.340	33	19	61	33	169.943
1971	2.569.862	9	20	62	44	1.139.509
1972	4.274.624	5	15	64	52	2.222.500
TOTAL GERAL	7.354.826	-	-	-	48	3.531.952

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO

A N O	S E X O			I D A D E											ESCOLARIZAÇÃO ANTERIOR AO MOBIL		
	MASCU- LINO	FEMI- NINO	S/R	-12	12-14	15-17	18-20	21-25	26-30	31-40	41-50	+50	S/R	TOTAL	SIM	NÃO	S/R
1971	52,3%	47,7%	-	1,1%	13,5%	16,2%	14,6%	12,9%	9,7%	15,1%	8,2%	4%	4,7%	100%	37,8	57,1	5,1
1972	52%	47%	1%	3%	17%	16%	12%	13%	9%	14%	9%	5%	2%	100%	40	56	4

Quadro IV

DADOS SOBRE ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL DO MOBRL (1970) QUANTO AS RELAÇÕES ENTRE SEXO, EMPREGO E SEMI-QUALIFICAÇÃO:

B R A S I L		SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
ALUNOS COM EMPREGO	e qualificados	76%	24%
	sem qualificação	61%	39%
ALUNOS SEM EMPREGO	e qualificados	47%	53%
	sem qualificação	29%	71%

DADOS SOBRE ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL DO MOBRL (1972) QUANTO AS RELAÇÕES ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO x REGIÃO.

R E G I ã O	E M P R E G O								TOTAL 100 %
	S I M				N ã O	%	S/R	%	
	GERAL	%	18 ANOS	%					
NORTE	5.703	25	358	2	15.664	69	988	4	22.713
NORDESTE	49.800	21	3.395	2	165.800	70	16.996	7	235.991
SUDESTE	61.125	39	2.866	2	83.529	54	6.980	5	154.500
SUL	12.257	38	786	2	17.119	53	2.038	7	32.200
CENTRO-OESTE	11.416	38	581	1	16.686	55	1.739	6	30.422
T O T A L	140.301	29	7.986	2	298.798	63	28.741	6	475.826

A N O	C A U S A S D E E V A S Ã O					T O T A L
	Problemas rela- cionados com o trabalho	Desânimo ocasio- nado por doença	Dificuldade de Aprendizagem	Dificuldade de acesso ao Posto	Outras Causas	
1970	30%	20%	20%	6%	24%	100%
1971	44%	33%	9%	6%	8%	100%

- A - Problemas relacionados com o Trabalho
- cansaço
 - dificuldade de compatibilizar horário de trabalho com horário de curso - necessidade de afastamento temporário para se engajar em outros trabalhos.
- B - Desânimo ocasionado por doença
- desnutrição, falta de visão etc.
- C - Dificuldade no processo de aprendizagem
- falta de adaptação ao grupo - descrença nas vantagens da alfabetização etc.

PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

QUALIFICAÇÃO DE ALFABETIZADORES

A N O	Nº Municípios	Nº de Profesores	Q U A L I F I C A Ç Ã O D E A L F A B E T I Z A D O R E S									
			Primário	1º Ciclo Completo	1º Ciclo Incompleto	2º Ciclo Completo	2º Ciclo Incompleto	Normal Completo	Normal Incompleto	Universitário	Outros	S/R
1970	613	20.400	-	6%	12%	15%	4%	18%	35%	2%	6%	2%
1972	2.650	66.845	42,27	4,68	12,20	2,29	5,12	13,12	9,38	1,87	1,39	2,68

1.2. Programa de Educação Integrada - Projeto Experimental

1971/1972

1.2.1. Natureza da Avaliação

A Avaliação do Programa de Educação Integrada teve por objetivo fornecer à equipe técnica do MOBREAL CENTRAL elementos quantitativos e qualitativos para uma análise da experiência quanto ao funcionamento do Programa, da sua importância como instrumento de integração social do indivíduo e do seu valor como programa educacional, comparativamente ao sistema convencional de ensino.

1.2.2. Caracterização da Amostra

Quanto a definição da amostra, optou-se por uma seleção de Municípios-polos, representando cada Estado e que teriam tido na fase prévia de alfabetização funcional, um maior número de alunos na faixa prioritária de 12 a 25 anos.

Nº de Municípios	-	24
Nº de classes	-	365
Nº de alunos	-	8 806

Compondo a amostra, em relação a um universo de 181 municípios e 34 000 alunos (Quadro I).

Em determinados momentos a Avaliação não se restringiu aos Municípios da Amostra. Estes últimos foram explorados em maior profundidade em casos de Avaliação Direta de trabalho de campo, aliando-se, assim, alguns procedimentos de pesquisa intensiva e extensiva.

1.2.3. Técnicas utilizadas

Para avaliação indireta: Foram elaborados os seguintes instrumentais:

- a) boletins mensais de frequência, preenchidos pelo professor.

Através desse instrumental procurou-se obter o número de alunos presentes e evadidos mês a mês, bem como através do boletim do último mês a relação dos alunos aprovados ao final do Programa (Anexo VI);

- b) verificação de rendimento escalonada do aluno, iniciada no 9º mês de aulas.

O uso desse instrumental prendeu-se a necessidade de se obter ainda que indiretamente, informações e dados que se constituíram num quadro geral da experiência.

b.1. Objetivos da Avaliação

- . Levantar dados que permitissem estabelecer comparações com o processo seriado de Educação de Adultos realizado pelo Sistema Convencional.
- . Verificar a economicidade do Programa. O programa poderia ser considerado economicamente válido se 20% da totalidade dos alunos egressos dos Cursos de Alfabetização e Funcional que frequentaram os cursos de Educação Integrada tivessem após os 8 ou 12 meses de escolaridade, acesso ao ginásio (Quadro III).
- . Uniformizar os resultados tendo em vista uma Avaliação Global do Programa a nível nacional.

Para atingir essa uniformização, a equipe técnico-pedagógica do MOBREAL CENTRAL elaborou provas objetivas padronizadas em três modelos de complexidade crescente (Anexo VIII).

- . Modelo A - Equivalente a nível de 2º ano completo
- . Modelo B - Equivalente a nível de 4º ano primário completo
- . Modelo C - Equivalente ao admissão

Nas instruções para a sua aplicação, o professor

deveria realizar as provas objetivas como um trabalho normal de classe, fugindo a situação de prova tradicional.

Estas provas se caracterizaram por serem agrupamentos de exercícios de verificação, iguais ou semelhantes aqueles que o professor realizava rotineiramente com seus alunos no decorrer do curso.

b.2. Sistemática de aplicação

Início: abril/72 correspondente aproximadamente ao 8º mês do Programa.

Sua aplicação obedeceu a três etapas:

- 1.^a etapa: aplicação das provas objetivas do Modelo A. Estes exercícios foram realizados por todos os alunos da classe.
- 2.^a etapa: aplicação das provas objetivas do Modelo B. Estes exercícios foram feitos so mente pelos alunos que obtiveram concei tos 3 e 4 (ou seja, um total de pontos acima de 49 pontos nos exercícios conti dos nas provas do Modelo A).
- 3.^a etapa: aplicação das provas objetivas do Modelo C. Estes exercícios foram feitos so mente pelos alunos que obtiveram concei tos 3 e 4 (ou seja, um total de pontos acima de 49 pontos nos exercícios anteriores do Modelo B).

A correção das provas objetivas foi feita pelo pró prio professor.

Os resultados desta avaliação são apresentados no Quadro II.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA - PROJETO EXPERIMENTAL

A N O	MUNICÍPIOS ATINGIDOS	ALUNOS ATENDIDOS
1971	181	34.000
1972	2.277	816.940

Índice de frequência / Evasão:

VERIFICAÇÃO DE RENDIMENTO ESCALONADA DO ALUNO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA - PROJETO EXPERIMENTAL

1ª Etapa: Alunos submetidos as provas objetivas do Modelo A - Equivalentes ao nível de 2º ano primário

Alunos submetidos ao Modelo A	Alunos que obtiveram conceitos 1 e 2 permanecendo a nível de 2º ano primário		Alunos que obtiveram conceitos 3 e 4 podendo ser submetidos as provas do Modelo B equivalentes ao 4º ano primário	
	Nº de alunos	%	Nº de alunos	%
Total Alunos	1.343	10,6	11.253	89,4
12.596				

2ª Etapa: Alunos submetidos as provas objetivas do Modelo B - Equivalentes ao nível de 4º ano primário

Alunos submetidos ao Modelo B	Alunos que obtiveram conceitos 1 e 2 permanecendo a nível de 4º ano primário		Alunos que obtiveram conceitos 3 e 4 podendo ser submetidos as provas do Modelo C equivalentes ao Admissão	
	Nº de alunos	%	Nº de alunos	%
Total Alunos	2.075	19	8.883	81
10.958				

3ª Etapa: Alunos submetidos as provas objetivas do Modelo C - Equivalentes ao nível de admissão

Alunos submetidos ao Modelo C	Alunos que obtiveram conceitos 1 e 2 permanecendo a nível de admissão		Alunos que obtiveram conceitos 3 e 4 com possibilidades de acesso a nível de "ginásio"	
	Nº de alunos	%	Nº de alunos	%
Total Alunos	1.067	11,4	8.256	89
9.323				

ÍNDICE DE ECONOMICIDADE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA - FASE EXPERIMENTAL

alunos que obtiveram conceitos 3 e 4 (Modelo C) X 100

Total de alunos conveniados no Programa em 1971

$$\frac{8.256 \times 100}{34.000} = 24\%$$

1.2.4. Avaliação Direta

Caracterização da Amostra

Nos 24 municípios-polos definidos para a Amostra, foram sorteados ao acaso para fins de Avaliação Direta:

58 membros do Conselho Comunitário do MOBRAL
 54 membros da Comissão Municipal do MOBRAL
 110 professores dos 365 em exercício
 1 387 alunos dos 8 806 que frequentavam o curso

Elaboração dos Instrumentais

Foram elaborados Roteiros para pesquisa de campo, pesquisa esta realizada pela equipe técnico-pedagógica do MOBRAL CENTRAL em:

- a) observação das salas de aula;
- b) visitas e entrevistas aos membros dos Conselhos e Comissões Municipais;
- c) entrevistas com professores do Programa;
- d) entrevistas com alunos.

Técnicas utilizadas

- observação sistematizada
- entrevista informal
- registro organizado dos dados levantados

Objetivo da Pesquisa

A utilização da pesquisa de campo propriamente dita, prendeu-se a necessidade de um conhecimento efetivo da experiência para a confirmação das seguintes hipóteses de trabalho:

- a) quanto a integração social do aluno, o Programa de Educação Integrada do processo MOBRAL estabeleceria, através do desenvolvimento integral das potencialidades do

aluno, maiores e melhores condições para a sua integração na comunidade;

- b) quanto ao Professor, o Programa de Educação Integrada possibilitaria ao professor um rendimento profissional, ao mesmo tempo que o levaria a participar mais ativa e objetivamente, do processo educacional de promoção humana de seus alunos;
- c) quanto a atitude da Comunidade, através dos Conselhos Comunitários, Comissões Municipais, assumiria o Programa de Educação Integrada como um fator básico de desenvolvimento, através do qual seria promovida a integração social do aluno e realizado, pelo esforço de todos, a promoção humana em geral.

As hipóteses levantadas foram confirmadas, em parte, como se pode observar, pela análise de tendências a nível nacional dos resultados da Pesquisa de Avaliação Direta, do Programa de Educação Integrada - Projeto Experimental:

- a) Quanto a integração social do aluno

Alunos entrevistados - 1 387 representando 15% da Amostra.

A faixa etária predominante dos 1 387 alunos entrevistados estava situada entre 15-20 anos com um índice percentual de 38% e 22% até 14 anos, o que totalizou nas duas faixas o elevado percentual de 60%.

A situação profissional dos alunos foi de modo geral, regular, 60% estavam empregados, porém apenas 45% possuía documentos de cidadão e 24% tiraram a carteira de trabalho.

A ocupação principal dos alunos foi a doméstica seguida pelas ocupações de lavrador, operário e servente.

Quanto a promoção dos alunos através do MOBREAL constatou-se:

- a) que 13% dos 831 alunos que disseram estar empregados, arranjaram o atual emprego depois de alfabetizados;
- b) que dos 106 alunos que arranjaram o atual emprego depois de alfabetizados, mais da metade já haviam conseguido empregos antes de alfabetizados;
- c) que 35% dos 831 alunos que afirmaram estar empregados, obtiveram alguma melhoria depois de alfabetizados;
- d) que 13% dos 630 alunos, que afirmaram ter os documentos de cidadão, os obtiveram depois de alunos do MOBRAL;
- e) que 14% dos 405 alunos que afirmaram ter carteira profissional, a obtiveram depois de alunos do MOBRAL.

A influência do MOBRAL, na integração social do aluno, caracterizou-se principalmente, pela aquisição de novos companheiros, pela coesão grupal nos novos grupos, pelas reuniões de lazer, pela ajuda recebida dos novos companheiros e pela apresentação social como alunos do MOBRAL.

Os principais motivos de ingresso no processo funcional de alfabetização do MOBRAL, foram: o convite da professora, o convite de colegas ou porque ouviram falar, através do rádio e de contatos pessoais.

Quanto aos principais motivos de ingresso na educação integrada, foram: o desejo de continuar os estudos, o convite da professora, o convite dos colegas e a vontade de mudar de vida.

Quanto as causas de evasão, um dos principais problemas enfrentados pelo professor no 5º e 6º mês, temos o trabalho, a mudança, o desinteresse, a doença e o cansaço.

Ter a oportunidade de continuar os estudos no MOBRAL ou no sistema convencional de ensino, melhorar de emprego e em consequência, de situação de vida, foram as princi

pais perspectivas dos alunos após o término do curso de Educação Integrada.

Poucas foram as sugestões apresentadas para se melhorar ou complementar o curso de Educação Integrada; alguns sugeriram a possibilidade de continuar os estudos num ginásio funcional e fizeram menção quanto as dificuldades provenientes do material didático.

b) Quanto ao Professor

. Professores entrevistados: 110 representando 29% da Amostra.

A faixa etária predominante dos 110 professores entrevistados estava situada entre 21 e 25 anos com um índice de 40%; bastante significativo quando sabemos que 51%, são professores de cursos primários e 36% são estudantes normalistas.

Mais da metade (67%) dos professores entrevistados dedicavam-se com exclusividade as atividades educativas do MOBRAL; devemos notar também, que 59% dos professores iniciaram a sua atividade em setembro/dezembro 70, o que demonstra um elevado índice de permanência do trabalho do MOBRAL, apesar de se ter conhecimento de convites para o ingresso em outras áreas.

A experiência inicial em uma turma de alfabetização foi afirmada, como um fator de maior facilidade para o trabalho da educação integrada, por mais de 2/3 dos professores, que assim começaram a sua participação nos programas do MOBRAL.

Deve-se notar, também, que mais de 90% dos professores afirmam que receberam treinamento específico tanto para monitores de alfabetização quanto para o ingresso no magistério de educação integrada. 26% dos professores entrevistados participaram nos treinamentos dados pelo MOBRAL/Central.

Os motivos dados por uma minoria que não recebeu

treinamento, foram: a não organização pelo município e a dificuldade em substituir a professora no meio do curso.

Antes de serem professores do MOBRAL a maioria teve alguma experiência de magistério, porém devemos notar, que 25 dos 110 professores entrevistados, afirmaram que nunca deram aula. Mais de 2/3 dos professores entrevistados tiveram classes ou de crianças ou de adolescentes sob a sua responsabilidade; por isso afirmaram que sentiram diferença ao trabalharem em classes de adultos, qualificando essa diferença como sendo "mais fácil" ou com um fator de "maior liberdade de criação" no exercício do magistério.

O relacionamento comunitário parece ter sido bom, pois todos os professores mantiveram contatos com outras pessoas ligadas ao MOBRAL dentro da própria comunidade; estes contatos, foram na sua quase totalidade, motivados pelo trabalho do MOBRAL, sendo que para mais da metade não existiam antes de sua participação no movimento.

Mais da metade dos professores entrevistados não tinham conhecimento da existência de outros movimentos do tipo MOBRAL, em consequência não parece ter sido significativa a participação nestes movimentos. Quanto ao conhecimento por parte dos professores, da participação dos alunos nestes movimentos, pode-se dizer o mesmo.

O MOBRAL na opinião de 2/3 dos professores entrevistados foi assunto de interesse da comunidade, e para 70% dos entrevistados o programa de educação integrada teve influência nos seus municípios.

Mais da metade dos entrevistados negou a colaboração da comunidade nas classes de educação integrada, devendo-se notar porém que apenas 38% dos professores solicitaram esta colaboração.

É significativa tanto a afirmação de que os alunos transferiram novos hábitos para a vida em comunidade, como a observação da formação de grupos de relacionamento

extraclasse e de mecanismos de auxílio mútuo entre os alunos, o que nos vem comprovar, de certa forma, o envolvimento de comunidade-aluno no processo de desenvolvimento e integração social do indivíduo.

Foi confirmado pela maioria dos professores a ascensão social do indivíduo através da melhoria de emprego após os cursos do MOBREAL; isto nos leva a consideração de que a comunidade reconheceu, através da aceitação destes indivíduos, o valor do efeito do programa de educação integrada. Deve-se ressaltar, porém, que é insignificante a existência de programas de profissionalização para os alunos de educação integrada, na grande maioria dos municípios conveniados.

O baixo nível dos alunos para a utilização do material didático, a não aceitação pelos alunos das técnicas dos trabalhos em curso e a evasão, foram os principais problemas enfrentados pelos professores no início do trabalho de educação integrada. Depois do 5º e 6º mês a principal dificuldade passa a ser a evasão e o desinteresse da turma. (1)

As principais causas da permanência da problemática até o 5º mês, atribui-se a má alfabetização, ao desinteresse, a dificuldade com o material didático, ao cansaço e a fome. Quanto a mudança de problemática no 5º e 6º mês temos: o trabalho, o baixo nível intelectual dos alunos e a falta de material para a pesquisa. Trinta e oito professores afirmaram que os alunos alfabetizados pelo processo funcional do MOBREAL, tiveram dificuldades com o material didático do programa de educação integrada, destes, 21 reconhecem que estas dificuldades permaneceram.

(1) Não foi possível determinar o índice de evasão global do Programa porque a partir do 6º mês os alunos já capacitados deixavam o curso para ingressarem no ginásio.

Não foi significativo o percentual de professores que tiveram dificuldades com o material didático de educação integrada, apenas alguns fazem notar estas dificuldades de forma permanente. Praticamente 2/3 dos professores acharam adequado o material didático de educação integrada. Em geral o material mais utilizado é o da Editora Bloch, depois da Editora Abril e José Olímpio.

As principais dificuldades dos alunos, na opinião dos professores, provêm em geral, da má alfabetização, da dificuldade quanto a matemática moderna e quanto ao alto nível do material para a interpretação de textos.

A maior dificuldade dos professores foi, em geral, a aplicação da nova metodologia na transmissão dos conteúdos e a carência de recursos materiais necessários para a sua utilização.

O desejo e a esperança de encontrar melhor emprego para "subir" na vida e a própria vontade de aprender, são os principais fatores que mantêm o interesse dos alunos nas aulas, levando-os a organização de atividades em grupo e a contribuir com fatos de experiência pessoal, para a movimentação das aulas e entrosamento professor-aluno e aluno-aluno. Devemos ressaltar a importância das discussões motivadas pelos textos geradores, como fator de movimentação das aulas. O trabalho em grupo foi aceito por todos como um meio para se aprender melhor e mais rapidamente, ou como uma fonte de interesse na aprendizagem funcional.

Na opinião dos professores entrevistados os principais objetivos do programa de educação integrada, não se restringiram somente a recuperação do curso primário, mas também a dar melhores condições de vida ao homem através da transmissão de conhecimentos, possibilitando a sua promoção social e a realização de suas potencialidades.

Quanto aos aspectos mais importantes do programa de educação integrada, na opinião dos professores temos: a oportunidade de aplicação de conhecimentos, o relacio

namento humano e o exercício do magistério dentro de uma nova metodologia. Para os alunos: a possibilidade de integração social, a aquisição de novos conhecimentos e a melhoria de vida através dos diplomas e demais documentos de cidadão.

A maioria dos professores confirmou a instalação dos Centros de Leitura em seus municípios e destes, praticamente 2/3 disseram que estavam bem instalados e que funcionavam em horários convenientes.

A presença dos alunos aos Centros de Leitura foi devida principalmente, às tarefas de pesquisas em livros ou ao desejo de lerem revistas informativas. Em geral, os Centros de Leitura recebem material das Editoras Abril, Bloch, José Olímpio e Melhoramentos.

c) Quanto a atitude da Comunidade

. Nº de Membros do Conselho Comunitário entrevistados - 58.

. Nº de Membros da Comissão Municipal entrevistados - 54.

Foi bastante limitada a participação do Conselho Comunitário e dos Membros da Comissão Municipal no Programa.

C.1. Quanto ao Conselho Comunitário: apenas 11% dos entrevistados confirmara a participação dos Conselheiros no Programa restringindo-se esta a tomar conhecimento do que se passava através de supervisão ou ajuda aos professores, de indicação de nomes para seleção de pessoal, de visitas ao Posto ou de novas sugestões para o programa. 5% negaram qualquer tipo de participação e 84% nada responderam.

C.2. Quanto aos Membros da Comissão Municipal

Interrogados se haviam elaborado algum

planejamento para a implantação do Programa de Educação Integrada no seu Município apenas 26% dos entrevistados responderam afirmativamente.

Foi também pouco significativa a sua participação para a realização de levantamentos sobre a possibilidade do sistema convencional absorver a clientela do Programa de Educação Integrada, apenas 6% afirmaram o fato.

O mesmo ocorreu quanto a realização de pesquisas de mercado de trabalho na comunidade para absorção dos alunos egressos dos Cursos de Educação Integrada. Apenas 10% do grupo respondeu afirmativamente.

A falta de estruturação dos Conselhos e Comissões Municipais bem como de uma metodologia específica de mobilização e ação comunitária para os Programas do MOBREAL seriam em última análise os responsáveis pela sua alienação do Programa de Educação Integrada - Projeto Experimental.

1.3. Programa de Desenvolvimento Comunitário

Projeto Experimental

1971 - 1972

Iniciado em caráter experimental no período de outubro a dezembro de 1971 como interregno entre o término da alfabetização Funcional e a continuidade do processo de instrução através dos Cursos de Educação Integrada.

A Avaliação do Programa foi de natureza mais quantitativa em termos de Municípios conveniados, total de alunos conveniados e frequência do 1º mês.

Para levantamento destes dados foi elaborado um Instrumental - Ver Anexo X.

Os resultados são apresentados no quadro que se segue.
(Quadro I)

Quadro I

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - PROGRAMA 1971

E S T A D O S	MUNICÍ- PIOS CON- VENIADOS	TOTAL DE ALUNOS CONVENIA- DOS	MUNICÍPIOS INFORMANTES				
			MUNICÍPIOS		ALUNOS	FREQ. 1º MÊS	
			Nº	%	Nº	Nº	%
Amapá	1	609	1	100%	609	609	100%
Amazonas	32	11.527	20	62%	9.144	5.966	65%
Ceará	10	2.410	5	50%	1.374	1.332	96%
Maranhão	66	17.268	26	39%	6.470	6.044	93%
Piauí	46	10.285	35	76%	8.162	7.598	93%
Pará	74	16.873	55	74%	12.680	11.179	88%
R.G.Norte	38	5.430	30	78%	4.870	4.053	83%
Paraíba	114	21.762	96	84%	19.720	19.069	96%
Pernambuco	100	33.303	72	72%	24.161	22.404	92%
Alagoas	90	40.665	90	100%	40.665	33.370	82%
Sergipe	37	4.568	24	64%	3.839	3.546	92%
Bahia	100	29.209	94	94%	28.771	28.318	98%
E.Santo	4	770	-	0%	-	-	-
Minas Gerais	266	64.457	214	80%	54.322	48.701	89%
R.Janeiro	31	15.803	23	74%	14.545	14.551	100%
São Paulo	119	27.903	88	73%	23.413	19.694	84%
Paraná	69	20.018	40	57%	14.654	11.867	80%
S.Catarina	53	16.246	19	35%	6.702	6.603	98%
R.G.Sul	32	2.318	20	62%	1.801	1.783	99%
Mato Grosso	14	3.417	1	7%	100	100	100%
Goiás	18	2.594	12	66%	2.267	2.100	92%
Brasília	1	875	1	100%	875	883	100%
T O T A L	1.315	348.310	966	73%	279.144	249.770	89%

Numa linha de Avaliação de natureza mais qualitativa, considerou-se as informações chegadas das Coordenações Estaduais que desenvolveram as seguintes considerações a respeito do Programa de Desenvolvimento Comunitário:

- 1 - Veio muito de súbito o Programa, não permitindo a todos os Estados, a devida preparação do monitor, nem a conscientização do aluno para participar do Programa.
- 2 - Não houve correspondência entre os objetivos propostos pelo MOBRAL/Central e os desenvolvidos pela maioria das Coordenações que o realizaram:
 - a - ou como reforço da alfabetização;
 - b - ou como espera de abertura de turmas de Educação Integrada;
 - c - ou ainda, utilizaram atividades específicas de alfabetização como recurso de motivação para alcance dos objetivos do Programa.
- 3 - Em algumas regiões houve pouca disponibilidade do Conselho Comunitário e pouca aceitação das comunidades, prejudicando o desenvolvimento dos trabalhos. Constatou-se também, a falta de recursos em alguns municípios para o desenvolvimento dos "princípios profissionalizantes" aprendidos.
- 4 - Em algumas regiões foram realizados cursos profissionalizantes em convênios com PIPMO/MEC, Singer, LBA e outras entidades. Também se firmou convênio com o Serviço de Merenda Escolar que contribuiu para maior frequência ao curso.
- 5 - Foram realizados esforços com relação à formação ou times de futebol, corais, clubes de mães.
- 6 - Foram prestados esclarecimentos relacionados à parte de saneamento do meio.

No entanto, não temos elementos para afirmar que os grupos formados durante esse programa tenham permanecido, com as mesmas pessoas ou não, com igual motivação ou não. Acreditamos que o objetivo proposto para esse programa tenha sido al-

cançado, mas apenas em parte. Colocamos, no entanto, como ponto positivo, o fato de os monitores procurarem a comunidade e incentivá-la a participar dos trabalhos e também o fato de que os educandos, paulatinamente, estarem tomando consciência de que são parte dessa mesma comunidade.

Considerando esta Avaliação é possível concluir ter sido o Programa, interpretado de diversas maneiras prevalecendo a de puro e simples reforço da alfabetização, enquanto desenvolvimento das técnicas de ler, escrever e contar.

Analisando o Quadro I é possível verificar diferenças significativas entre o número de alunos conveniados e o número de alunos ao final do 1º mês, o que levou alguns Coordenadores a conclusão precipitada de elevada taxa de evasão. Na verdade não procede a conclusão, de vez que só poderíamos considerar evasão partindo dos dados de frequência dos primeiro e segundo meses do Programa confronto que não foi possível levar a efeito, pois os últimos dados não chegaram ao MOBRAL/Central.

Outro ponto a ser levado em consideração foi a diferença de número de alunos conveniados em 1971 nos Cursos de Alfabetização Funcional (2 569 862) e Desenvolvimento Comunitário (348 310). No entanto é preciso ter bem claro que um Programa de Desenvolvimento Comunitário não visa a massa de alunos alfabetizados, mas deve considerar sobretudo, as peculiaridades e efetivas possibilidades de cada comunidade. Por outro lado, aqueles municípios onde o Programa foi efetivamente executado, os resultados foram surpreendentes principalmente no que tange ao envolvimento comunitário.

Assim uma vez que a integração ao meio do homem marginalizado é um objetivo educacional do MOBRAL, a Secretaria Executiva do MOBRAL Central decidiu que o Programa de Desenvolvimento Comunitário em que pesem as dificuldades encontradas deverá ter continuidade e para isto foi submetido a um processo de replanejamento.

1.4. Principais pontos de estrangulamento no Processo de Avaliação e Supervisão nos Programas do MOBRAL no período de 1970/1972.

1.4.1. Avaliação

O processo de Avaliação nos Programas do MOBRAL

- . Alfabetização Funcional
- . Educação Integrada - Projeto Experimental
- . Desenvolvimento Comunitário

No período de 1970/1972 foi focado na medida em que as circunstâncias assim o permitiram, dentro de uma perspectiva científica através da determinação de Amostras, elaboração de instrumentais, levantamento de hipóteses de trabalho e processamento e análise de dados, dados estes que foram utilizados para a caracterização dos principais pontos de estrangulamento dos Programas e conseqüentemente para replanejamento dos mesmos.

Assim, através de tentativas de ensaio e erro a equipe técnica pedagógica do MOBRAL CENTRAL que deu origem às atuais Gerências Pedagógica e de Mobilização, procurou desenvolver uma Metodologia de Avaliação de Programas adaptada não a Projetos Piloto de pequena extensão e curta duração, mas a um trabalho de larga escala a nível de regiões e nacional.

No entanto, como não poderia deixar de ser, constatou-se, também, nessa sistemática de avaliação alguns pontos de estrangulamento dos quais podem ser considerados como mais significativos.

a) deficiência de recursos humanos

No período de 1970/1971 a equipe técnico-pedagógica do MOBRAL CENTRAL constituída por apenas 10 elementos, desenvolveu trabalhos de planejamento e execução nas áreas de implantação dos Programas de Alfabetização Funcional, Educação Integrada e Desenvolvimento Comunitário, com o seu acompanhamento, Avaliação, Treinamento e Mobilização de Recursos Humanos.

Somente a partir do primeiro semestre de 1972, com a reestruturação do MOBRAL CENTRAL e a criação das Gerências Pedagógica, Mobilização, Financeira e de Apoio

foi possível aumentar o número de técnicos especializados para as áreas de elaboração de Programas e Projetos, Avaliação, Supervisão e Mobilização.

b) deficiência de recursos técnicos

O trabalho de processamento de dados centralizado no MOBREAL CENTRAL no Setor de Controle e Convênios, vem sendo realizado manualmente por uma equipe de estagiários. Tal processo que podemos considerar como artesanal retarda a apuração final dos dados resultando daí uma defasagem entre o diagnóstico da realidade em estudo e o seu feed back.

Como mecanismo corretivo para o aperfeiçoamento do sistema informação-decisão, acha-se, no momento, em fase de implantação no MOBREAL, um sistema de processamento eletrônico de dados.

c) ausência de um sistema integrado de informações

Devido a dispersão da clientela do MOBREAL por uma vasta extensão territorial, mesmo trabalhando-se com amostras, não tem sido possível receber, no MOBREAL CENTRAL, com a rapidez que seria desejável e que a própria dinâmica dos trabalhos impõem, os instrumentais preenchidos referentes às pesquisas de avaliação direta ou indireta, dos diversos Programas.

d) Falta de preparo dos alfabetizadores, professores, membros das Comuns e técnicos das COESTs para o preenchimento correto de instrumentais, tais como Boletins de Frequência, Fichas, Roteiros e Questionários de Avaliação.

1.4.2. Supervisão

Excetuando alguns poucos Estados que já possuíam uma estrutura de supervisão mantida pela rede oficial do sistema convencional de ensino do próprio Estado, não foi possível desenvolver uma supervisão sistemática dos Progra

mas do MOBRRAL, uma vez que as Coordenações Estaduais e Comissões Municipais não tinham, no período de 1970/1972, condições objetivas na área de recursos físicos e humanos, para executarem tarefas que exigiam um maior grau de especialização e recursos humanos mais capacitados.

Levando em consideração tais problemas e vindo de encontro às necessidades sentidas pelos técnicos do MOBRRAL CENTRAL e das Coordenações Estaduais, a Secretaria Executiva do MOBRRAL CENTRAL decidiu iniciar, a partir de 1973, a implantação do Subsistema de Supervisão Global com uma Metodologia própria de Supervisão e Avaliação.

A elaboração desse novo modelo e sua montagem só foi possível devido a análise dos pontos de estrangulamento detectados pela equipe técnica do MOBRRAL CENTRAL através do diagnóstico do processo de Avaliação e Supervisão dos Programas do MOBRRAL no período de 1970/1972.

2.^a PARTE: Modelo de Supervisão e Avaliação para os Programas MOBRRAL - 1973

2. O Subsistema de Supervisão Global

2.1. Objetivos

Considerando os fins a que se propõe o Sistema MOBRRAL e tendo em vista o conceito e objetivos da Supervisão, são definidos para o Subsistema de Supervisão Global os seguintes objetivos:

Objetivos gerais

São os de maior alcance, mais amplos e de realização mediata.

Contribuir para o alcance dos objetivos estabelecidos pelo MOBRRAL, a fim de:

- conseguir um melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais;

- coordenar o desenvolvimento harmônico de planos e programas em todos os níveis;
- orientar e coordenar o trabalho em todas as atividades do Sistema MOBRAL;
- promover a avaliação integral do Sistema MOBRAL, para assegurar sua eficácia, estabelecendo padrões mínimos universais.

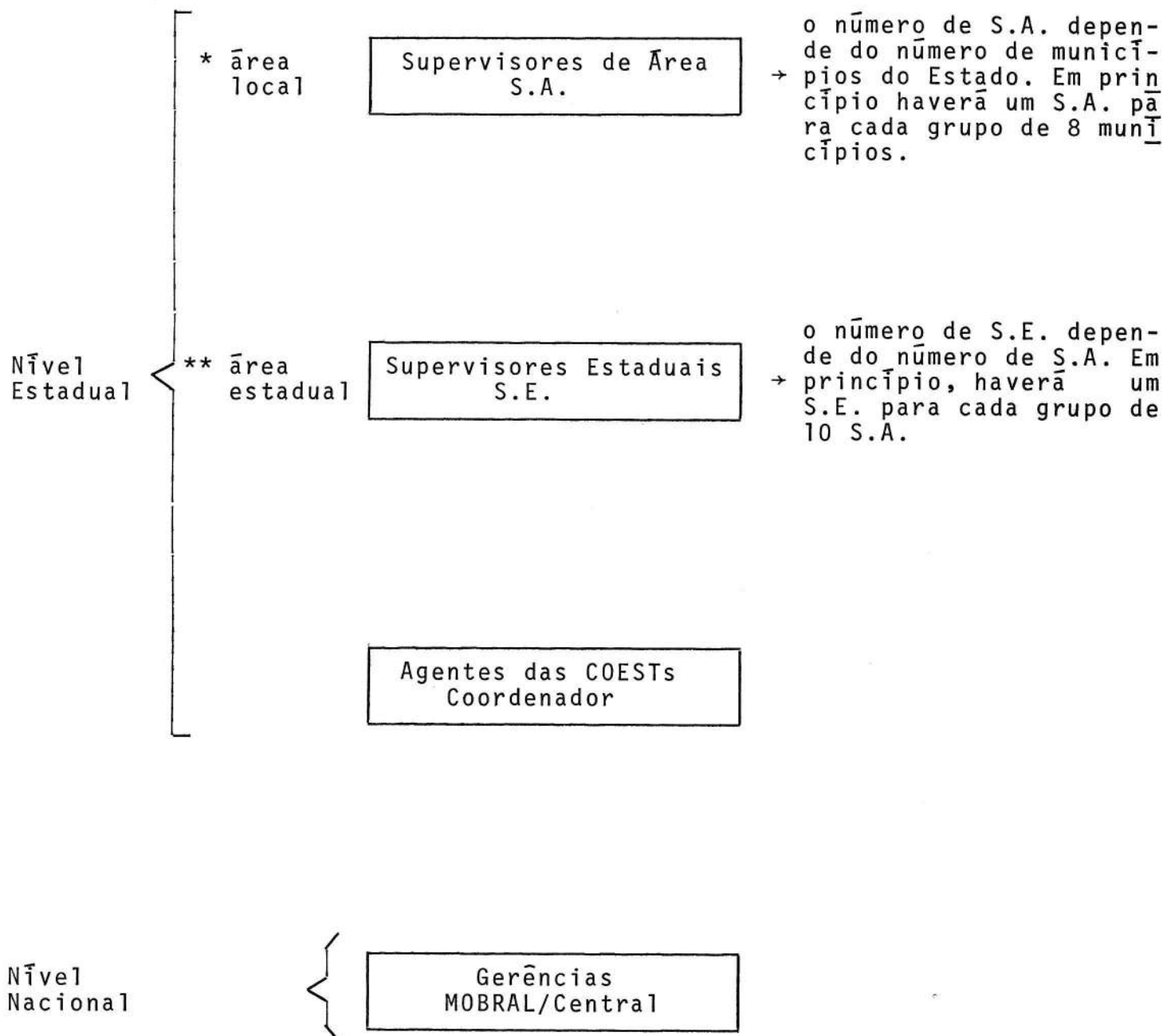
Objetivos específicos

São os que dizem respeito a aspectos particulares da Supervisão, e cuja obtenção é imediata.

- Treinar os supervisionados na aplicação de novos métodos e técnicas nas áreas pedagógica, de mobilização, financeira e de apoio.
- Promover e incentivar as boas relações entre os participantes do processo educativo.
- Cooperar na solução dos problemas dos supervisionados e que podem afetar o seu trabalho.
- Realizar trabalho preventivo, detectando dificuldades, antes que se transformem em grandes problemas.
- Investigar e aproveitar as atitudes, habilidades e interesses especiais dos supervisionados para melhor rendimento do trabalho.
- Promover a avaliação do processo educativo e sua contribuição ao desenvolvimento cultural e sócio-econômico da comunidade.

2.2. Estrutura e Funcionamento

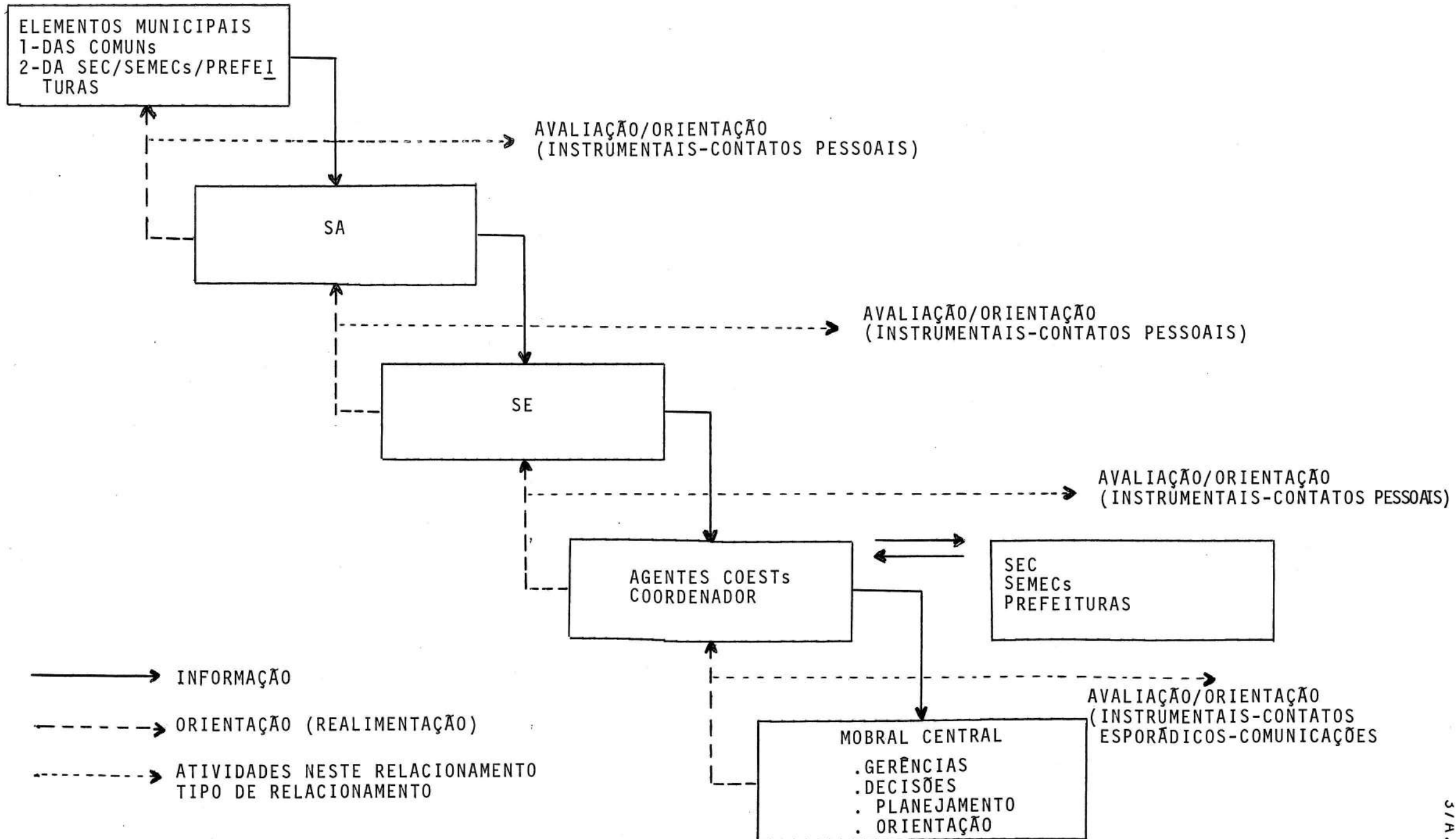
2.2.1. Níveis de Supervisão



* Considera-se Área local de Supervisão o conjunto de municípios atendidos pelo S.A. Em princípio haverá um S.A. para cada grupo de 8 municípios.

** Considera-se Área Estadual de Supervisão o conjunto de municípios - constituído pelo grupamento de Áreas Locais de Supervisão, e atendida pelo S.E. Em princípio a Área Estadual de Supervisão será constituída por 80 municípios.

FLUXO E INTERRELACIONAMENTO DOS SUPERVISORES



2.3. Normas Gerais de Ação

Todo esse trabalho de observação, orientação e ajuda que constitui a Supervisão, terá de processar-se dentro de certas normas que determinam os limites da função do supervisor. Quando essas normas deixam de ser observadas, a Supervisão pode tornar-se improdutiva e capaz de gerar conflitos entre supervisor e supervisionados.

Desta forma, dentro desses limites, todo supervisor deverá:

- planejar, coordenar, orientar, avaliar e melhorar as atividades de Supervisão, de modo que possam atingir efetivamente os objetivos da Organização;
- manter o grupo de supervisionados produtivo, coesamente coordenado, através de:
 - . liderança bem orientada, evitando favoritismo entre os membros do grupo;
 - . programação do trabalho com distribuição de tarefas e delegação de autoridade e responsabilidade. Essa responsabilidade, não é no entanto, totalmente entregue, porém compartilhada;
 - . reconhecimento e valorização do trabalho criativo e bem executado;
 - . conhecimento pessoal dos supervisionados, a fim de compreendê-los e saber agir de acordo com a personalidade e situação sócio-econômica de cada um.
- integrar as suas atividades com aquelas de outros setores em seu nível de atuação;
- levar os supervisionados a sentirem a necessidade de integração com a Comunidade e a procurarem realizar essa integração;
- contribuir positivamente para o desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos programas propostos, ficando alerta a novas possibilidades de ação.

2.4. Métodos e Técnicas de Supervisão

Tudo o que se aconselha sobre Supervisão deixará de ter valor se a teoria não for convertida em prática, para ajudar de forma técnica, constante e oportuna, o desenvolvimento dos supervisionados, capacitando-os para que sejam participantes ativos na melhoria de um determinado processo.

A Supervisão dispõe de vários meios que constituem a sua metodologia de trabalho, isto é, são processos, técnicas e recursos que cada supervisor pode utilizar para atingir efetivamente a otimização das potencialidades, desempenhos individuais, e, consequentemente, a otimização de qualquer Sistema para um real atingimento de seus objetivos.

2.4.1. Observação

É uma das técnicas mais frequentes usadas em Supervisão e está intimamente ligada a todas as técnicas utilizadas pelo supervisor.

2.4.2. Visita

É uma técnica de Supervisão pela qual, dentro de um clima o mais natural e informal possível, o supervisor se põe em contato direto com as situações existentes.

2.4.3. Reunião

Conversa entre supervisor e vários supervisionados, durante a qual são discutidos problemas de interesse comum, com a intenção e a responsabilidade de resolvê-los, cooperativamente.

2.4.4. Entrevista

Conversa planejada, na qual o entrevistador coleta informações e pontos de vista de seu entrevistado, servindo também para melhor conhecimento mútuo e estabelecimento de boas relações humanas.

2.4.5. Demonstração

Como técnica de Supervisão, tem sido considerada - um meio efetivo para estimular o crescimento profissional.

A demonstração pode ser feita pelo supervisor ou por um colega do supervisionado considerado capaz de ajudar na solução do problema proposto. A demonstração nunca é um fim em si mesma, mas sempre está relacionada com outros aspectos da Supervisão.

2.4.6. Conferência

Como Técnica de Supervisão, consiste em uma conversa entre supervisor e um ou mais supervisionados, durante a qual são discutidos problemas de interesse comum, com a intenção de resolvê-los cooperativamente. Exige a presença de especialistas no assunto enfocado, que façam parte ou não da Instituição.

2.4.7. Trabalho de Grupo

As pessoas não vivem sozinhas. Em qualquer tipo de sociedade o homem se associa a outros. Cria-se então o grupo. Mas, o que vem a ser um grupo? Os estudiosos do assunto não estão inteiramente de acordo a respeito de uma definição. De modo geral, concordam que um conjunto de pessoas constitui um grupo quando possui:

- ligação definível
- interação
- objetivos comuns
- consciência de grupo
- interdependência na satisfação das necessidades
- habilidade para agir de maneira unificadora

OBSERVAÇÃO: Os trabalhos em grupo, embora não sejam usados especificamente como Técnica de Supervisão, constituem recursos, que podem ser empregados pelo supervisor em seu trabalho. Nas reuniões, nas demonstrações, na avaliação, eles representam grande ajuda ao trabalho de Supervisão.

Nos programas do MOBREAL, onde o trabalho de grupo é sempre apontado como uma maneira de estimular o convívio social, o crescimento individual e grupal, o ajustamento e a integração da comunidade - o supervisor deve viver com seus supervisionados algumas técnicas de trabalho em grupo, como uma oportunidade de levá-los a um trabalho dinâmico e dirigido. Enfim, de fazê-los participar de uma educação a serviço da criatividade e do respeito pela pessoa humana.

2.4.8. Registros de Supervisão

Os registros de Supervisão são tão importantes quanto as outras técnicas. São como um retrato da qualidade da Supervisão.

Devem ser breves e concisos, objetivos e baseados em fatos. Constituem instrumentos de orientação para o acompanhamento, planejamento do trabalho e sua avaliação, e devem fazer parte do arquivo do supervisor.

É importante destacar um ponto fundamental: os registros do supervisor nunca devem ser usados como armas administrativas para avaliação do supervisionado. Registros para propósitos essencialmente administrativos devem ser distintos e separados daqueles que significam uma técnica de Supervisão.

Um outro perigo para a eficiência da supervisão é se considerar registros e relatórios como sinônimos. Os

registros são importantes porque auxiliam o supervisor a acompanhar o trabalho do supervisionado e procurar ajudá-lo em suas necessidades. Devem ser elaborados de maneira que revelem uma análise recíproca e um acordo sobre os próximos passos a seguir, para que seja obtido o desejado crescimento profissional. Os registros podem revelar relações entre problemas e posição desses problemas no trabalho. Os relatórios têm um significado mais informativo e podem utilizar os registros arquivados como fonte de informações.

Os registros são decisivos para a avaliação construtiva, pois garantem a sequência das observações e conseqüentemente a comparação entre as várias etapas do trabalho do supervisionado.

2.5. Avaliação

2.5.1. O que é avaliação

Importa em acompanhar de forma crítica um processo, pressupondo também a intervenção no mesmo quando necessário. Nessa perspectiva a avaliação é parte integrante do Subsistema de Supervisão Global do MOBRAL.

A Avaliação integra o Subsistema de Supervisão Global, e se fundamenta na transmissão correta de informações, que é de capital importância para o MOBRAL.

Constatada essa necessidade procurou-se organizar no Sistema MOBRAL uma estrutura de informação, estabelecendo-se padrões mínimos de avaliação e criando-se mecanismos de informações no sentido de disciplinar o seu fluxo, uma vez que existem limites para a quantidade de informação que pode ser recebida, codificada e eficazmente trabalhada dentro de uma organização.

Com esse objetivo, procurou-se na Avaliação reduzir as informações difusas e ocasionais, criando-se uma estrutura formal para se obter dados mais objetivos, aumentando assim, a quantidade de informações relevantes.

2.5.2. Por que avaliar

No Subsistema de Supervisão Global a Avaliação se propõe a diagnosticar o desenvolvimento dos Programas do MOBRAL tendo por objetivos:

- a) observar de forma sistemática os resultados dos Programas MOBRAL, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos.
- b) devolver as informações resultantes dessa observação sistemática às fontes do poder decisório nos diferentes níveis administrativos do Sistema MOBRAL:

- . Comissão Municipal
- . Coordenação Estadual
- . MOBRAL/Central

que delas se utilizarão para rever o planejamento dos Programas ou das decisões tomadas a cada nível de ação descentralizada (Municipal, Estadual, e Central) com a adoção de novas medidas, num processo de realimentação do Sistema.

A Avaliação é pois considerada no Subsistema de Supervisão do MOBRAL como um método de ajustamento constante às condições em mutação. É através dela que os possíveis erros e as consequências imprevistas podem reconhecidas rapidamente, corrigindo-se assim, o curso da ação operante.

A Avaliação no Subsistema de Supervisão implica em um maior dinamismo dos Programas do MOBRAL, pois uma vez diagnosticada a situação, torna-se possível modificá-la de acordo com as necessidades observadas. Seu principal papel é de proporcionar à Comissão Municipal, Coordenação Estadual e MOBRAL/Central, condições objetivas para a tomada de decisões sobre alternativas no planejamento dos Programas do MOBRAL.

2.5.3. O que avaliar

Os Programas do MOBRAL serão avaliados como um to-

do, considerados os seguintes aspectos básicos:

- a) A estrutura, isto é, a forma de organização do MOBREAL em seus vários níveis (MOBREAL/Central, Coordenação Regional, Coordenação Estadual, Comissões Municipais) e nas suas grandes áreas de trabalho (financeira, de mobilização, pedagógica e de apoio); a forma de organização da comunidade e dos órgãos que executam tarefas educativas; a organização inicial necessária à implantação dos Programas MOBREAL (levantamento de analfabetos, zoneamento etc..).
- b) O processo, isto é, todas as fases de desenvolvimento dos Programas, desde a sua implantação, consolidação, até o seu término.
- c) O produto, isto é, os resultados da ação educativa dos Programas em termos de:
 - aluno
 - professor
 - comissão municipal
 - supervisores
 - comunidade

2.5.4. Quem deve avaliar e ser avaliado

Tomada no sentido de diagnóstico, a Avaliação é o processo pelo qual todos os participantes em cada um dos Programas do MOBREAL (aluno, professor, comissão municipal e supervisores), tomam consciência das metas e objetivos propostos para o Programa e verificam até que ponto esses objetivos estão sendo atingidos.

Assim, no processo de Avaliação, são consideradas duas formas de Avaliação:

- a) Avaliação feita numa linha de comunicação ascendente. As informações relativas ao desempenho do aluno, professor, Comissões Municipais e Supervisores são obtidas através de pesquisas feitas pelo elemento ou elementos tecnicamente mais qualificados.

Aluno	—> Avaliado pelo	Professor e Elemento da Comissão Municipal responsável pelas tarefas de Supervisão Global
Professor	—> Avaliado pelo	Elemento da Comissão Municipal responsável pelas tarefas de Supervisão Global e Supervisor de Área
Elemento responsável pelas tarefas de Mobilização, Apoio e Finanças a nível do Município.	—> Avaliado pelo	Elemento da Comissão Municipal responsável pelas tarefas de Supervisão Global e Supervisor de Área
Elemento da Comissão Municipal responsável pelas tarefas de Supervisão Global, Comissão Municipal e Comunidade.	—> Avaliado pelo	Supervisor de Área
Supervisor Área	—> Avaliado pelo	Supervisor Estadual
Supervisor Estadual	—> Avaliado pelo	Agentes
Agentes	—> Avaliados pelas	Gerências do MOBREAL/Central

- b) Auto-Avaliação: considerada como uma constante no processo de Avaliação, acha-se fundamentada no princípio de que o aluno, o professor e o Supervisor, enquanto participantes, são também protagonistas da ação educativa que se desenvolve nos Programas do MOBREAL.

Eminentemente educativa, a técnica de Auto-Avaliação, no processo da Avaliação, objetiva criar condições para que os participantes dos Programas do MOBREAL desenvolvam uma atitude de crítica e reflexão e sintam-se estimulados a coletar, de forma sistemática, evidências concretas a respeito da qualidade do próprio trabalho.

2.5.5. Como Avaliar

Através de instrumentais que devem ser adequados aos fins que se tem em vista e aos fatores que se deseja avaliar.

Vários recursos deverão ser utilizados na avaliação, tais como:

- observação direta através de acompanhamento sistemático
- questionários
- relatórios
- entrevistas e conversas informais
- fichas de avaliação
- instrumentais de frequência
- exercícios e testes de escolaridade etc...

No quadro abaixo, estão contidos: a discriminação dos instrumentais, seu fluxo de utilização e sua finalidade, para o Subsistema de Supervisão Global.

Instrumental	Finalidade do Instrumental	Fluxo de Utilização do Instrumental
. Roteiro de Auto-Avaliação - Área Pedagógica	Pretende uma Auto-avaliação do Professor no decorrer do processo	Preenchido pelo Alfabetizador, Professor ou Animador, para uso próprio.
. Roteiro de Auto-Avaliação - Área Mobilização	Pretende uma Auto-Avaliação do elemento encarregado da Mobilização, a	Preenchido pelo elemento encarregado da Mobilização, para uso próprio.
. Boletim de Frequência	Pretende uma avaliação do aluno.	Preenchido pelo Alfabetizador, Professor ou Animador.
. Roteiro Padrão de Avaliação - Área Pedagógica.	Pretende uma Avaliação de cada classe. OBS.: Para essa avaliação deverá analisar também o Boletim de Frequência preenchido pelo Professor.	Preenchido pelo Elemento da Comissão Municipal responsável pelas tarefas de Supervisão Global

Instrumental	Finalidade do Instrumental	Fluxo de Utilização do Instrumental
. Roteiro Padrão de Avaliação - Área de Mobilização.	Pretende uma Avaliação das atividades de Mobilização, a nível de Município.	Preenchido pelo Elemento da Comissão Municipal responsável pelas tarefas de Supervisão Global
. Roteiro Padrão de Avaliação - Áreas Financeira e de Apoio.	Pretende uma Avaliação das atividades das Áreas Financeira e de Apoio, a nível de Município.	Preenchido pelo Elemento da Comissão Municipal responsável pelas tarefas de Supervisão Global
. Roteiro Padrão para o Supervisor de Área.	Pretende uma Avaliação dos Programas em nível municipal, baseado nos "Roteiros padrão de Avaliação".	Preenchido pelo Supervisor de Área, para uso próprio.
. Resumo para o Supervisor de Área.	Pretende uma Avaliação dos Programas em nível de Área Local (8 municípios em princípio) baseada no "Resumo número 1" para o Supervisor de Área.	Preenchido pelo Supervisor de Área, que o entrega ao Supervisor Estadual de sua Área Estadual.
. Resumo para o Supervisor Estadual.	Pretende uma Avaliação dos Programas em nível de Área Estadual (80 Municípios) baseada no Resumo número 2 para o Supervisor de Área.	Preenchido pelo Supervisor Estadual, que o entrega aos Agentes da Coordenação Estadual.
. Resumo para os Agentes	Pretende uma Avaliação dos Programas em nível de Estado, baseada no "Resumo para o Supervisor Estadual".	Preenchido pelos Agentes das Coordenações e enviado às COREGs e às Gerências do MOBRAL/Central.
. Resumo para a COREG	Pretende uma Avaliação dos Programas em nível regional, baseia-se no "Resumo para os Agentes"	Preenchido pela COREG, para uso próprio e para informação à ASSUP.
. Resumo para as Gerências.	Pretende uma Avaliação dos Programas em nível regional e nacional e baseia-se nos "Resumos para os Agentes" e "Resumo para a COREG" enviados pelas Coordenações Estaduais e COREGs às Gerências do MOBRAL/Central.	Preenchido pelas Gerências do MOBRAL/Central, que remetem à Secretaria Executiva e Assessores.

No fluxo de utilização dos Instrumentais, as informações resultantes da Avaliação são recebidas em primeiro lugar pelo elemento da COMUN responsável pelas tarefas de Supervisão Global, sendo depois filtradas linha acima como

resumos globais de cada nível (Municipal, Área local, Área Estadual, Regional e Nacional) para o nível superior, até à Secretaria Executiva do MOBREAL/Central.

Nos instrumentais acima discriminados acham-se definidos os padrões mínimos para avaliação dos Programas, as categorias (Ver Modelo dos Instrumentais, Anexo XI).

2.5.6. Quando avaliar

A avaliação deve se realizar de forma progressiva, continuada, abrangente e global, uma vez que é considerada como uma parte integrante do processo educativo. Isto, no entanto, não invalida a previsão de etapas pré-fixadas, para a aplicação de instrumentais, que venham comprovar ou reforçar os julgamentos que progressivamente o supervisor já venha estabelecendo.

Assim, no sentido também de disciplinar o fluxo de informações, foram determinadas as seguintes etapas para a avaliação de cada programa.

Início - Metade e Final do Programa

2.5.7. Fases da Avaliação

Enquanto parte do Sistema de Supervisão Global, o processo de Avaliação se desenvolverá também ele em duas fases:

Fase I - Implantação do Processo de Avaliação
Período de duração: nov/72/Jan/74

Fase II - Consolidação do Processo de Avaliação
Início: Fevereiro 74

FASE I - Objetivos

a) Diagnosticar possíveis pontos de estrangulamento na montagem da infra-estrutura do Sistema de Supervisão Global pelas COESTs.

- b) Avaliação do Treinamento dado pela equipe técnica do MOBRAL CENTRAL aos elementos envolvidos no Sistema de Supervisão Global.
- c) Avaliação do Desempenho do Aluno e Professor nos diferentes programas do MOBRAL.

Essa Avaliação de Desempenho tem por finalidades:

- 19) levantar dados para diagnosticar os possíveis pontos de estrangulamento dos programas do MOBRAL a nível de Município, Área e Estado.
- 20) instrumentalizar os elementos envolvidos no Sistema de Supervisão Global nas técnicas de levantamento de dados e preenchimento dos instrumentais.

Pesquisas realizadas pelo Setor de Avaliação da GEPED nos dois últimos anos, mostram como um dos mais sérios pontos de estrangulamento o despreparo do professor, dos membros das COMUNs e mesmo dos técnicos das COESTs para preencherem corretamente os Instrumentais de Avaliação a começar pelos próprios Boletins de Frequência.

Assim, procurou-se nessa primeira fase de Implantação do Processo de Avaliação, elaborar para a Avaliação do Desempenho do Professor um instrumental que ao mesmo tempo em que se levantasse dados para caracterização do desempenho do Professor nas diversas áreas de Metodologia dos Programas do MOBRAL, fosse simplificado ao máximo e de fácil preenchimento.

Para a Avaliação do Desempenho do Aluno, serão utilizados nessa primeira fase apenas os Boletins de Frequência, que permitirão controlar as variáveis: aprovação e evasão do aluno.

Para preenchimento correto desses instrumentais, os professores e encarregados das tare-

fas de Supervisão Municipal, serão treinados em serviço pelos Supervisores de Área. Com tal medida espera-se minimizar ou mesmo corrigir os erros e distorções resultantes do mau preenchimento dos instrumentais e a curto prazo padronizar uma linguagem para um sistema de processamento de dados mais sofisticado.

39) operacionalização dos Instrumentais: os Instrumentais em questão têm por objetivo, não apenas o levantamento de dados para diagnóstico dos Programas: Alfabetização Funcional e Desenvolvimento Comunitário, mas na medida em que forem preenchidos, são meios para que os elementos envolvidos no Sistema de Supervisão Global conscientizem os princípios da Metodologia do MOBREAL e na medida em que detectem os pontos de estrangulamento nas diferentes áreas dos Programas, procurem desenvolver mecanismos corretivos para os mesmos, a nível de Município, Área, Região e Estado.

d) Elaboração, pela GEPED, de um Projeto de Acompanhamento e Avaliação da primeira fase do Processo de Avaliação.

Julgamos este Projeto de importância fundamental para a testagem a nível de Município dos instrumentais, da sua própria operacionalidade e da funcionalidade do fluxo do processamento dos dados, através dos diferentes níveis de supervisão.

O Projeto em questão vai exigir o deslocamento para o campo de técnicos da GEPED, GEMOB, GERAFA e GERAP nos momentos determinados para Avaliação: início, meio e fim dos Programas para acompanhamento e avaliação do trabalho feito pelos elementos encarregados da Supervisão Municipal, Supervisores de Área, Supervisores Estaduais, Agentes e Assessores das COREGs.

Para a Fase I, passamos a apresentar um quadro onde são objetivadas as ATividades Fim, Atividades Meio e Atividades Estratégicas para a concretização do Processo de

Avaliação.

Determinação da Amostra - duas classes retiradas aleatoriamente do total de classes existentes em cada Município: 1 classe para a zona urbana e 1 classe para a zona rural.

FASE DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

ATIVIDADES FIM	ATIVIDADES MEIO	A T I V I D A D E S E S T R A T É G I C A S			
		Nº	NATUREZA DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PE LA EXECUÇÃO	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
Avaliar os possíveis pontos de estrangulamento na montagem pelas COESTs da Infraestrutura para a Implantação do Sistema de Supervisão Global do MOBREAL	Elaboração de Instrumental para detectar os possíveis pontos de estrangulamento na montagem pelas COESTs da Infraestrutura para a Implantação do Sistema de Supervisão Global	1	Elaboração do Instrumental	GEPED	15/10/72 a 17/10/72
		2	Aplicação de Instrumental	Técnicos da GEPED/GEMOB	6/11/72 a 11/11/72
		3	Processamento dos Dados	GEPED/GEMOB	15/11/72 a 20/11/72
		4	Elaboração de Diagnóstico	GEPED/GEMOB	21/11/72
Avaliar o treinamento dado pela equipe técnica do MOBREAL/Central aos elementos envolvidos no Sistema de Supervisão Global nas COESTs	Elaboração de Instrumentais para avaliação de desempenho dos elementos envolvidos no Sistema de Supervisão Global durante o treinamento	1	Elaboração dos Instrumentais	GEPED	28/12/72 a 2/1/73
		2	Testagem dos Instrumentais	GEPED/GEMOB	10/1/73 a 11/1/73
		3	Aplicação dos Instrumentais	GEPED/GEMOB	15/1/73 a 11/2/73
		4	Processamento dos dados	GEPED	1/2 a 21/2/73
		5	Diagnóstico	GEPED	20/2 a 26/2/73
Avaliar o desempenho do aluno, professor, elemento encarregado das tarefas de supervisão a nível municipal, Supervisor de Área, Estadual, APED, AMOB, ARAF, ARAP, no processo de Implantação do Sistema de Supervisão Global	Elaboração de instrumentais para avaliação de desempenho dos elementos envolvidos no sistema de Supervisão Global durante a fase de Implantação	1	Elaboração dos Instrumentais	GEPED/GEMOB/ ASSOM/COORD/ GETEP	1/10/72 a 30/11/72
		2	Compatibilização dos Instrumentais	GEPED/GEMOB	2/12/72 a 8/12/72
		3	Testagem dos Instrumentais	GEPED/GEMOB	5/1/73 (trein. Int.) 15/1 a 11/2/73
		4	Reformulação dos Instrumentais	GEPED/GEMOB	12/2/73 a 20/2/73
		5	Envio dos instrumentais para as COESTs	Setor Gráfico GEPED	12/3/73 a 20/3/73
Acompanhar e Avaliar o processo de avaliação de desempenho dos elementos envolvidos no Sist. Supervisão Global	Elaboração de um Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Avaliação do Sistema de Supervisão Global	1	Elaboração do Projeto de Acompanhamento e Avaliação do processo de Avaliação	GEPED	18/3/73 a 30/3/73

FASE II - Consolidação do Processo de Avaliação

Tendo em vista a análise dos resultados obtidos na primeira fase de Implantação do Processo de Avaliação, na qual será avaliada a operacionalidade do Sistema de Supervisão Global e conseqüentemente do Processo de Avaliação, caso sejam positivos os resultados, espera-se poder nesta segunda fase atingir os seguintes objetivos:

- a) quanto a capacitação do professor; elaborar instrumentais mais sofisticados que permitam avaliar com maior precisão a dinâmica do processo de desempenho do professor.

- b) quanto ao desempenho do aluno:
 - 1) continuando a utilizar boletim de frequência elaborar outros instrumentais que permitam medir com maior precisão:
 - a) nível de aprendizagem do aluno nos diversos Programas;

 - b) mudança de hábitos e atitudes decorrentes dos ensinamentos recebidos;

 - c) acompanhamento do aluno uma vez terminado os cursos dando, assim início a pesquisas de follow up no sentido de avaliar os resultados do produto MOBREAL na área de aquisição de novos conhecimentos de mudança de hábitos e atitudes e integração como membro produtivo na comunidade.